



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL
PPGEC**

ARLINDA OLIVA

**MORADOR E MORADIA
NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE SALVADOR**

**Florianópolis - SC
2009**

ARLINDA OLIVA

**MORADOR E MORADIA
NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE SALVADOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Engenharia Civil. Área de Estudo: Cadastro Multifinalitário e Gestão Territorial.

Orientador:

Prof. Dr. Roberto de Oliveira

Co-orientador:

Prof. Dr. Roberto Moraes Cruz

**Florianópolis – SC
2009**

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina**

O48m Oliva, Arlinda

Morador e Moradia no espaço urbano da cidade de Salvador
[tese] / Arlinda M. de Oliva Araujo ; orientador, Roberto
de Oliveira ; co-orientador, Roberto Cruz.

- Florianópolis, SC, 2009.

186 f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação
em Engenharia Civil.

Inclui referências

1. Engenharia civil. 2. Habitação - Salvador (BA).
3. Território. 4. Sustentabilidade urbana. I. Oliveira,
Roberto de. II. Cruz, Roberto Moraes. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Engenharia Civil. IV. Título.

CDU 624

ARLINDA OLIVA

**MORADOR E MORADIA
NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE SALVADOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Engenharia Civil. Área de Estudo: Cadastro Multifinalitário e Gestão

Florianópolis, ____ de ____ de 2009.

Prof. Dr. Roberto de Oliveira
Orientador

Prof. Dr. Roberto Moraes Cruz
Co-Orientador

OLIVA, Arlinda. **Morador e Moradia no espaço urbano da cidade de Salvador**. 2009. 173 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RESUMO

Este trabalho está situado na área de Gestão Territorial, mas especificamente no tema Habitação de Interesse Social, vinculado à Sustentabilidade Urbana, e especificamente no seu aspecto qualitativo. O presente trabalho tem a pretensão de oferecer uma contribuição para a produção do conhecimento teórico no tema habitação de interesse social, tendo sua concepção estruturada em duas etapas: a construção conceitual do significado do termo moradia e a validação empírica do conceito construído através da comparação do processo de acesso à moradia percorrido por duas comunidades, Engomadeira e o Movimento dos Sem-Teto de Salvador, sendo usado o método comparativo e a análise estatística descritiva e indutiva. O trabalho recorre à complexidade do conceito de moradia para buscar respostas à problemática do processo de acesso à mesma, e acrescenta a este panorama as relações de desempenhos do ambiente construído, através da percepção do morador. A integração de teorias com origem em outras áreas de conhecimento fundamenta essa pesquisa, na medida em que, cada qual, em espaço e tempo diferente, adota uma visão de inter-relação entre o indivíduo e o ambiente, compreendendo-os contextualizados entre si. O trabalho tem como resultado geral o desenho de uma Matriz Inacabada de Sustentabilidade em Territórios de Populações de Baixa Renda, e aponta como tendência o desenho da Gestão da Tecnologia da Moradia das Populações de Baixa Renda. A constatação que a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade dispensadas ao tratamento do tema são insuficientes para a compreensão dos problemas vinculados ao mesmo, é considerada pela autora como conclusão do trabalho.

Palavras-chave: Moradia. Território. Sustentabilidade urbana

OLIVA, Arlinda. **Morador e Moradia no espaço urbano da cidade de Salvador**. 2009. 173 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ABSTRACT

This work is located on Land Management area, specifically in the Social Housing themme, attached to Urban Sustainability, and on its qualitative aspect. It has the intention to offer a contribution to the theoretical knowledge to the themme, having its conception framed into two phases: conceptual construction of the housing meaning and the empirical validation of the constructed concept through comparison of the access process to the dwelling spaned by two communities, Engomadeira and Movimento dos Sem-Teto de Salvador (Salvador Homeless Movement), being used the method comparative and statistic analysis. The work resorts to the complexity of housing concept seeking for answers to the process issue for its access, and adds to this panorama the relations among performances of the building environment through the dweller perceptions. Oncoming theories from other áreas integration grounds this research, since each one of those, on space and time adopts an interrelation vision between individual and environment, understanding them as contextualized each other. The work has as geral result the drawing of a Matrix Unaccomplished of Sustainability on Lands of People of Low Income, and indicated as tendency the drawing of Administration from Tecnology from Home of the People of Low Income. The certify what the multidisciplinaridade and the interdisciplinaridade laid-off the treatment theme are insufficient for apprehension from the problems linked at the same is considerate by the author as the conclusion of the work.

Key Words: Housing. Territoriality. Urban sustainability

LISTA DE FIRUGAS

Figura 1 - Dimensão Casa.....	33
Figura 2 - Dimensão Infra-estrutura Física e de Serviços.....	33
Figura 3 - Dimensão Forma de Ocupação e Uso	33
Figura 4 – Problematização: (Dimensões Referenciadas + Nova Dimensão) e Desempenhos da Moradia.	34
Figura 5 - Desempenho Técnico: o indivíduo, a segurança, e a tecnologia de construção da casa.....	35
Figura 6 - Desempenho Econômico: o indivíduo, e a relação custo e benefício da casa	35
Figura 7 - Desempenho Ambiental: o indivíduo e o ambiente onde a casa está inserida	35
Figura 8 - Desempenho Social: condição de facilitador ou não que a casa de estabelecer relações do indivíduo com o ambiente social.....	36
Figura 9 - Desempenho Humano: o indivíduo e o efeito da casa e do ambiente construído na fisiologia humana (foto com escada construída a revelia de normas técnicas como exemplo para inadequação do ambiente construído para a fisiologia humana)	36
Figura 10 - Desempenho Simbólico: o indivíduo e a leitura da estrutura física da casa como valor (foto com lajes de cobertura como exemplo de elemento simbólico do ambiente construído em territórios de populações de baixa renda). 36	
Figura 11 - Estudo e os Ambientes de Pesquisa	38
Figura 12 - Delimitação do Universo da Pesquisa: Município de Salvador - Estado da Bahia	42
Figura 13 - Mapa de Salvador e sua Região Metropolitana.....	93
Figura 14 - Caracterização das Comunidades-Amostras Pesquisadas. 94	
Figura 15 - Distribuição Espacial das duas Amostras Engomadeira e MSTs (MSTs representada por 15 das suas 26 ocupações no ano de 2006)	95
Figura 16 - Amostra Engomadeira 1.....	95
Figura 17 - Amostra Engomadeira 2.....	96
Figura 18 - Amostra MSTs 1 (Calçada, local de concentração das ocupações do MSTs).....	97
Figura 19 - Amostra MSTs 2 (Calçada, local de concentração das ocupações do MSTs).....	98

Figura 20 - Amostra MSTS 3 (Valéria, local onde estão sendo construídas as novas casas do MSTS)	99
Figura 21 - Amostra MSTS 4 (Valéria, local onde estão sendo construídas as novas casas do MSTS)	100
Figura 22 - Comunidade Engomadeira e MSTS (construção das casas de Valéria)	101
Figura 23 - Variáveis e Categorias (dimensões) das Comunidades...	107
Figura 24 - Matriz Inacabada de Sustentabilidade em Territórios HIS ou Plataforma Permanente de Auto-Gerenciamento dos Desempenhos da Moradia HIS.	134

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Problematização	21
1.1.1 Aspectos históricos do tema HIS no Brasil.....	21
1.1.2 Estágio de conhecimento do tema HIS no Brasil	24
1.1.3 Estágio de conhecimento do tema HIS no mundo.....	25
1.1.4 Entendimento adotado para o tratamento do tema HIS	27
1.1.5 Lógica adotada para o tratamento do tema HIS	29
1.1.6 Mediador para o tratamento do tema HIS: desempenho do ambiente construído	31
1.2 Problema de pesquisa	32
1.2.1 Equacionamento do Problema de Pesquisa.....	33
1.3 Objeto de estudo.....	37
1.4 Objetivo.....	38
1.5 Justificativa	39
1.6 Delimitação da pesquisa	40
1.7 Caracterização do local onde estão inseridas as amostras da pesquisa	41
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	45
2.1 Conceito de moradia	45
2.2 Conceito de território	50
2.3 Conceito de sustentabilidade urbana.....	54
2.4 Vinculação conceitual: morador – moradia – território – sustentabilidade urbana	60
2.5 O morador e a educação-trabalho.....	61
2.6 Moradia: aspectos técnicos e econômicos.....	64
2.7 Moradia: aspectos ambientais e legais	64
2.8 Moradia: aspectos sociais, humanos e simbólicos	70
2.9 Moradia: conceito em permanente construção	73
3 MÉTODO DE TRABALHO	89
3.1 Método adotado	89
3.2 Seleção das amostras.....	90
3.2.1 Critérios de Seleção das Amostras.....	90

3.2.2 Caracterização das Amostras	90
3.2.3 Representatividade das amostras	100
3.3 Instrumentos de pesquisa.....	101
3.3.1 Tipo de instrumento de pesquisa.....	101
3.3.2 Características do Instrumento de Pesquisa.....	102
3.3.3 Filtros do Instrumento de Pesquisa.....	102
3.3.4 Instrumento de pesquisa aplicado nas fontes primárias (questionário de campo).....	103
3.4 Coleta de dados	104
3.5 Tratamento dos dados	104
3.5.1 Tratamento de dados: estatística descritiva	105
3.5.2 Tratamento de dados: estatística indutiva	105
3.6 Utilização do software spss	106
4 RESULTADOS	108
4.1 Estrutura da análise de dados.....	108
4.2 Validação das amostras	108
4.3 Resultados estatísticos das fontes primárias	109
4.3.1 Resultados da estatística descritiva vinculados ao objetivo geral	109
4.3.2 Resultados da estatística descritiva vinculados ao objetivo específico 1	112
4.3.3 Resultados da estatística descritiva vinculados aos objetivos específicos 2.....	113
4.3.4 Resultados da estatística indutiva: vinculação conceitual morador- moradia-território	115
4.4 Resultados da Sistematização de dados das fontes secundárias ..	117
4.4.1 Comunidade de Engomadeira	117
4.4.1.1 Caracterização da Comunidade e seus Moradores	117
4.4.1.1.1 Localização geográfica da comunidade.....	117
4.4.1.1.2 Período de existência da comunidade	117
4.4.1.1.3 Agente iniciador do processo de formação de invasão para a moradia	118
4.4.1.1.4 Localidade principal de origem dos moradores.....	118
4.4.1.1.5 Perfil de formação escolar dos moradores	119
4.4.1.1.6 Perfil de formação profissional dos moradores	119
4.4.1.1.7 Estrutura familiar dos moradores	119
4.4.1.1.8 Perfil de renda familiar dos moradores	120
4.4.1.1.9 Perfil social (gênero e idade) dos moradores.....	120

4.4.1.2 Morador – Moradia – Território - Sustentabilidade Urbana..	120
4.4.1.2.1 Motivação dos moradores para instalação de moradias na comunidade.....	120
4.4.1.2.2 Justificativa dos moradores para permanência e consolidação do bairro	120
4.4.1.2.3 Anseios e reivindicações dos moradores da comunidade ..	120
4.4.1.2.4 Lideranças da comunidade.....	121
4.4.1.2.5 Suporte financeiro para as associações de bairro	121
4.4.1.2.6 Suporte legal para as associações de bairro	121
4.4.1.2.7 Suporte político para as associações de bairro.....	121
4.4.1.2.8 Suporte tecnológico oferecido à comunidade.....	121
4.4.1.2.9 Suporte social oferecido à comunidade	121
4.4.1.2.10 Suporte cultural oferecido à comunidade	123
4.4.1.2.11 Suporte para as questões do meio ambiente oferecido à comunidade.....	123
4.4.1.2.12 Suporte para a geração de trabalho-renda oferecido à comunidade.....	123
4.4.1.2.13 Suporte oferecido à comunidade para movimentação física dos moradores	123
4.4.1.3 Tendências vinculadas à temática moradia-território-sustentabilidade urbana percebidas na comunidade	124
4.4.1.3.1 Tecnológica (busca de solução para a moradia)	124
4.4.1.3.2 Econômica (busca de soluções para a geração de trabalho e renda no bairro)	124
4.4.1.3.3 Social (busca de solução para os conflitos com a vizinhança do bairro).....	124
4.4.2 Comunidade Movimento dos Sem Teto de Salvador	124
4.4.2.1 Caracterização da Comunidade e seus Moradores	124
4.4.2.1.1 Localização geográfica da comunidade	124
4.4.2.1.2 Período de existência da comunidade.....	124
4.4.2.1.3 Agente iniciador do processo do movimento para acesso à moradia	125
4.4.2.1.4 Localidade principal de origem dos moradores/participantes MSTs	125
4.4.2.1.5 Perfil de formação escolar dos moradores/participantes MSTs	125
4.4.2.1.6 Perfil de formação profissional dos moradores/participantes MSTs	126
4.4.2.1.7 Estrutura familiar dos moradores/participantes MSTs.....	126

4.4.2.1.8 Perfil de renda familiar dos moradores/participantes	
MSTS.....	126
4.4.2.1.9 Perfil social (estado civil) dos moradores/participantes	
MSTS.....	126
4.4.2.1.10 Perfil social (idade) dos moradores/participantes	MSTS.. 127
4.4.2.1.11 Perfil social (cor de pele) dos moradores/participantes	
MSTS.....	127
4.4.2.1.12 Forma de uso da moradia (forma de moradia anterior à participação no movimento) dos moradores/participantes	
MSTS.....	127
4.4.2.1.13 Forma de uso da moradia (forma de ocupação da moradia anterior à participação no movimento) dos moradores/participantes	MSTS 127
4.4.2.1.14 Tecnologia da casa (material da casa anterior à participação no movimento) dos moradores/participantes	MSTS 128
4.4.2.2 Morador – Moradia – Território - Sustentabilidade Urbana ..	128
4.4.2.2.1 Motivação dos coordenadores do MSTs para a criação do movimento	128
4.4.2.2.2 Justificativa dos moradores para adesão e permanência no movimento MSTs	128
4.4.2.2.3 Justificativa dos moradores para consolidação do movimento MSTs.....	129
4.4.2.2.4 Anseios e reivindicações dos moradores do movimento MSTs.....	129
4.4.2.2.5 Lideranças do movimento MSTs	129
4.4.2.2.6 Suporte financeiro para o movimento MSTs	129
4.4.2.2.7 Suporte legal para o movimento MSTs	130
4.4.2.2.8 Suporte político para o movimento MSTs.....	130
4.4.2.2.9 Suporte tecnológico oferecido ao movimento MSTs.....	130
4.4.2.2.10 Suporte social oferecido ao movimento MSTs	130
4.4.2.2.11 Suporte cultural oferecido ao movimento MSTs.....	130
4.4.2.2.12 Suporte para as questões do meio ambiente oferecido ao movimento MSTs	131
4.4.2.2.13 Suporte para a geração de trabalho-renda oferecido ao movimento MSTs	131
4.4.2.2.14 Suporte oferecido ao movimento para movimentação física dos moradores.....	132
4.4.2.3 Tendências vinculadas à temática moradia-território-sustentabilidade urbana percebidas na comunidade	132

4.4.2.3.1 Tecnológica (busca de solução para a moradia dos participantes do MSTS).....	132
4.4.2.3.2 Econômica (busca de soluções para a geração de trabalho e renda no MSTS).....	132
4.4.2.3.3 Social (busca de solução para os conflitos com a vizinhança das ocupações do MSTS).....	132
4.5 Resultado geral (ou sugestão a ser implantada a curto e médio prazo)	133
4.6 Tendência para o tema (ou sugestão a ser implantada a médio e longo prazo).....	134
4.7 Potencialidades	136
4.8 Dificuldades	137
4.9 Considerações.....	137
5 CONCLUSÕES.....	139
5.1 Conclusões vinculadas ao objetivo geral	139
5.2 Conclusões vinculadas aos objetivos específicos	140
5.3 Sugestões para pesquisas futuras	143
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICES	154
APÊNDICE A - Quadros gerados pelo tratamento da estatística descritiva.....	154
Apêndice B - Testes gerados pelo tratamento da estatística indutiva ..	178
Apêndice C - Questionário de entrevista de campo.....	185

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho constitui-se em uma tese de doutoramento, e tem a pretensão de oferecer uma contribuição para a produção do conhecimento teórico no tema habitação de interesse social, tendo sua concepção estruturada em duas etapas: a construção conceitual do significado do termo moradia e a validação empírica do conceito construído através da comparação do processo de acesso à moradia percorrido por duas comunidades, Engomadeira e o Movimento dos Sem-Teto de Salvador.

O trabalho recorre à complexidade do conceito de moradia para buscar respostas à problemática do processo de acesso à mesma, e acrescenta a este panorama as relações de desempenhos das dimensões referenciadas no conceito vigente para o tema, através da percepção do morador. Não há a pretensão de ser estabelecida uma análise pós-ocupacional das amostras trabalhadas na etapa de validação empírica do conceito construído, nem de ser realizada uma avaliação de cada amostra separadamente.

O trabalho está situado na área de Gestão Territorial, mas especificamente no tema Habitação de Interesse Social (HIS). Na área de Gestão Territorial, este trabalho pode ser enquadrado como vinculado à Sustentabilidade Urbana, e especificamente no seu aspecto qualitativo.

Este trabalho tem sido construído nos últimos seis anos. O projeto inicial da autora tinha como objetivo o estudo comparativo de fatores da produção que incidem diretamente em empreendimentos de habitação de interesse social, a exemplo de materiais, mão-de-obra, e equipamentos. No entanto, a vivência profissional da autora não conseguiu “ver sentido” em se estudar tais fatores desvinculados dos fatores indiretos da produção, a exemplo de aspectos gerenciais. Da mesma forma, e mais adiante, a autora também não conseguiu “ver sentido” em se estudar fatores da produção com atuação direta e indireta no empreendimento, mas de forma descontextualizada, ou seja, sem considerar o perfil do promotor, do proprietário, do usuário do empreendimento e do local onde ele acontece.

O trabalho foi desenvolvido de forma empírica durante parte do tempo de sua concepção, ou melhor, explicitando, a compreensão do problema estudado precedeu a construção dos conceitos científicos adotados. Assim, no decorrer da elaboração do trabalho, conceitos determinantes para sua compreensão foram “se reconfigurando” em

outros entendimentos. O termo habitação¹ foi substituído por moradia². O termo usuário³ foi substituído por morador⁴. O termo lote⁵ foi substituído por território⁶.

Entender essa circunstância demandou tempo, dedicação, curiosidade, conflito, persistência. No entanto, o maior desafio encontrado pela autora, tem sido “encaixar” esta compreensão do estudo do processo de acesso à moradia, em um texto/contexto interdisciplinar passível de ser institucionalizado na academia, estando ainda, sujeito a análise e avaliação, sob a visão da multidisciplinaridade vigente no ambiente acadêmico da construção civil.

Transcender a lógica usualmente adotada para o tema, na qual os aspectos técnicos e econômicos são simultaneamente, lastro e direção para as pesquisas, exigiu da autora a necessidade de serem pesquisados caminhos que “humanizassem a instrumentalização”⁷, ou seja, sem descartar os valores de mercado de produtividade e qualidade no processo de construir a casa/moradia, fossem a eles integrados os aspectos simbólicos, humanos, sociais, através do conhecimento de outras áreas de estudo.

Autores como Paulo Freire⁸, Milton Santos⁹, Lev Vygotsky¹⁰, Paulo Nathanael de Souza¹¹, Edgar Morin¹², e Maria Cândida Moraes¹³,

¹ Habitação: casa (conceito explicitado no Capítulo II).

² Moradia: casa + infra-estrutura + forma de uso (conceito explicitado no Capítulo II).

³ Usuário: aquele que faz uso de um objeto de forma funcional e racional.

⁴ Morador: aquele que faz uso da casa/moradia de forma funcional e racional, sem prescindir do aspecto emocional.

⁵ Lote: parcela do solo para fins de edificação, divisão da terra em unidades juridicamente independentes.

⁶ Território: envolve aspectos geográficos (lote, clima, fauna, flora, topografia, geologia), políticos (poder), antropológicos (demografia), sociológicos (cultura, crenças, tradições), econômicos (trabalho), psicológicos (condicionantes, símbolos).

⁷ Expressão usada por Maria Cândida Moraes no livro *O Paradigma Educacional Emergente* em referência à educação

⁸ Paulo Freire (1921-1997): Educador brasileiro. Doutor *honoris causa* de 28 universidades em vários países. Autor de obras traduzidas em 20 idiomas. Professor de universidade na Suíça, Estados Unidos e Chile. Dedicou-se à população socialmente excluída. Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular. Considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial.

⁹ Milton Santos (1926-2001): Educador brasileiro. Doutor em Geografia. Professor de universidade na França, Canadá, Estados Unidos, Venezuela, Peru, entre outras. Autor de 44 livros e outros 46 em obras coletivas, publicados em diversos idiomas. Destacou-se pelos trabalhos sobre pobreza urbana para a Organização das Nações Unidas e Organização Internacional do Trabalho.

¹⁰ Lev Vygotsky (1896-1934): Educador russo. Mestre em Psicologia da Arte. Autor de mais de 200 trabalhos científicos no campo da psicologia. Destacou-se pela construção de uma teoria da educação baseada na interação indivíduo e meio social.

¹¹ Paulo Nathanael de Souza: Educador brasileiro. Doutor em Educação. Professor de

entre outros, fundamentam essa pesquisa, na medida em que, cada qual, em sua área de atuação, e em espaço e tempo diferente, adotam uma visão de inter-relação entre o indivíduo e seu ambiente, compreendendo-os contextualizados entre si. A casa, e consequentemente, a moradia deste indivíduo, não estão apenas inseridas neste contexto, mas quase sempre, se configuram também como agente que o promove.

A integração de autores e teorias com origem em outras áreas de conhecimento contribui e agrega novos entendimentos para a formação de um novo referencial para o tema, pois o referencial consagrado, baseado quase que, exclusivamente nos aspectos técnicos e econômicos, e mais recentemente, acrescido dos aspectos ambientais e legais, embora vasto, traduz a percepção fragmentada ainda em vigência nas pesquisas, e não tem oferecido solução para a problemática que envolve o tema, na medida em que, as evidências demonstram que o problema da moradia da população de baixa renda na maioria das grandes cidades somente cresce, e descontroladamente, o que sugere uma baixa efetividade das soluções adotadas sob o referencial consagrado, bem como a necessidade de serem buscadas outras lógicas para análise do problema.

Desta forma, o aporte de conhecimentos de outras áreas de estudo foi determinante para a proposição do trabalho. Contudo, o trabalho está predominantemente situado nas áreas de gestão territorial/construção civil, basicamente porque é sobre e com o território que estas áreas atuam. A desvinculação e desintegração da gestão territorial/construção civil com outras áreas do conhecimento não têm demonstrado serem vantajosas para o território. Esta constatação implica na necessidade de ser revisto o nível de conhecimento trabalhado para o trato do problema.

Geralmente, na análise dos problemas vinculados à moradia HIS, as ciências exatas e engenharias tratam o indivíduo inserido no processo de acesso à moradia, como um usuário de seu produto final. As ciências humanas e ciências sociais aplicadas tratam o mesmo indivíduo como morador e parte do processo de morar. Assim, a pesquisa acadêmica trata o mesmo indivíduo como dois objetos diferentes. O indivíduo

universidade nas áreas de Economia, História e Educação. Autor de diversos trabalhos sobre educação. Destaca-se pelas suas idéias na área de educação profissional.

¹² Edgar Morin (1921-....): Educador francês. Doutor *honoris causa* em universidades de vários países. Autor de mais de 30 livros nas áreas de Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França. Considerado um dos pensadores mais importantes do século XX e XXI. Destaca-se pelas suas teorias que integram ciência, arte, filosofia, e crenças.

¹³ Maria Cândida Moraes: Educadora brasileira. Doutora em Educação. Destaca-se ao trabalho teórico e aplicado de disseminação da informática nas escolas da rede pública e de comunidades carentes.

usuário e o indivíduo morador se configuram como um único objeto, cujo estudo tem sido realizado, sistematicamente, a partir de referencial diferente. A integração, da multidisciplinaridade da construção civil e da interdisciplinaridade da gestão territorial, ao conhecimento das ciências humanas e sociais aplicadas, pode fazer emergir dados novos que, quando articulados entre si, possam oferecer uma visão mais próxima da realidade do problema.

Além disso, a complexidade dos problemas vinculados ao tema exige busca do equilíbrio entre a compreensão generalista (abordada neste trabalho) e a compreensão especialista/instrumentalista (usualmente abordada nos trabalhos de pesquisa do tema) dos mesmos, qualquer que seja a perspectiva a ser analisada, sendo necessário transcender a busca de soluções imediatas das pesquisas, e instalar uma compreensão que possibilite a passagem do particular (solução instrumental) para o universal (solução conceitual), e deste para o particular, o que significa dizer que, não há contradição entre o saber especializado e o saber generalista, mas sim complementação.

A constatação que, a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade dispensadas ao tratamento tema, são insuficientes para a compreensão dos problemas vinculados ao mesmo, é considerada pela autora como conclusão do trabalho, o que significa dizer que, o fato de, a natureza do objeto de estudo não ser suficientemente conhecida pela pesquisa científica, compromete os caminhos escolhidos para a busca de soluções para os problemas do tema HIS.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

1.1.1 Aspectos históricos do tema HIS no Brasil

Historicamente, o espaço urbano no Brasil tem sido demarcado pela desigualdade de condições de vida dos indivíduos, evidenciando a dificuldade de acesso a terra, a casa, a infra-estrutura urbana, e a serviços sociais básicos. Os graves problemas urbanos, em especial aqueles relacionados às necessidades da moradia que afligem grande parte da população brasileira que atualmente vive nas cidades, começaram a ser fomentados em séculos passados, por fatores políticos, econômicos e sociais (MARICATO, 1997).

A Lei da Abolição da Escravatura, em 1888, que acabou com o regime de escravidão de negros, iniciou um processo crescente e ininterrupto de migração rural-urbana¹⁴, que se intensificou com o processo de industrialização no país no século XX. A Lei de Terras, em 1850, pela qual a compra passou a ser a única forma de acesso a terra, “privatizou” as chamadas terras devolutas, ou terras públicas, ou terras do governo até então, dando início à formação de capital em imóveis por parte da população mais abastada, o que contribuiu significativamente para a segregação espacial nas grandes cidades. No início da República, os chamados Códigos de Postura, ou conjunto de normas criadas pelas câmaras municipais do país, estabeleceram normas e critérios orientadores da construção das casas e edificações em geral, nas cidades, sendo a propriedade da terra o requisito fundamental para o direito de morar na cidade entendida como cidade oficial ou cidade legal, onde “as terras já estavam legalizadas” e pertenciam a uma elite política e rural. Este instrumento oficial inviabilizou a compra de terras, entendidas como valorizadas, pela população pobre (GORDILHO, 2000).

A Lei do Inquilinato, de 1922, colaborou com este cenário, na medida em que, ao apresentar tratamento específico para a questão das locações dos imóveis urbanos, funcionou como instrumento de

¹⁴ Segundo o historiador Luis Henrique Dias Tavares, no final do período do império, a proposta de que, fosse entregue um lote de terra para cada escravo que deixasse de sê-lo, não encontrou aprovação no conservador parlamento brasileiro, composto de proprietários de terra, que desejavam a continuidade do trabalho escravo, sendo que, muito se buscou indenização para esses proprietários, que só não as tiveram por causa da ação de Rui Barbosa, no Governo de Deodoro da Fonseca.

desestímulo à construção para moradia e acentuou o custo da casa pela escassez de oferta de imóveis disponíveis. Somente a partir de 1937, com o Estado Novo, período de poder autoritário da história do Brasil, promovido pelo presidente Getúlio Vargas, entre os anos de 1937 e 1945, a questão da moradia passou a ser tratada de forma oficial, embora mais como instrumento político que técnico-social.

Simultaneamente a estas leis, no final do século XIX e durante todo século XX, e devido a real necessidade de morar, surgiram as primeiras edificações erguidas à revelia da lei, das normas, e das técnicas construtivas, em geral, unidades auto-construídas por indivíduos marginais à cidade legal.

Importante considerar, também, a existência em diversas cidades do país, e em especial na cidade de São Paulo, de movimentos sociais para acesso à casa e à terra. Iniciativa e organização dos próprios trabalhadores, esses movimentos sociais setorizados por categoria de trabalhadores, fizeram história através da realização de suas ações desde a primeira metade do século XX até a década de 80. Na atualidade, os movimentos sociais para acesso à casa têm nos excluídos sociais seus principais atores sociais.

Um marco da ação do poder público na questão da moradia no Brasil foi a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), no ano de 1964. O BNH e o Sistema Financeiro de Habitação constituíram-se como uma política e um conjunto de diretrizes e ações para a questão da moradia e do saneamento básico, e de âmbito nacional. O BNH e o SFH foram extintos em 1986, depois de duas décadas, nas quais houve grande produção em número de habitações e redes de saneamento. Concebido para atuar com as questões da moradia das populações de baixa renda, o BNH teve sua atuação direcionada para atender a demanda reprimida de casas da “classe média brasileira” ou populações de renda média, recém instalada no país¹⁵.

A Constituição Federal de 1988, entendida como conjunto de

¹⁵ O mercado consumidor brasileiro pode ser empiricamente estratificado e classificado, segundo a faixa de renda do número de indivíduos economicamente ativos na unidade familiar. Na primeira metade do século XX havia apenas duas classes consumidoras no país: ricos (os fazendeiros latifundiários) e pobres (os trabalhadores de fazendas e os sem-ofício dos centros urbanos). Nas décadas de 60 e 70, surge a chamada classe média, como consequência do “milagre brasileiro” que gerou crescimento econômico, tecnológico e social nas principais capitais brasileiras. Nas décadas de 80 e 90, a melhoria dos processos industriais e a popularização de bens e serviços, o acesso à informação, e principalmente a democratização da educação, fizeram com que a sociedade brasileira passasse a comportar um novo cenário para fins de mercado, ou oferta e demanda de bens e serviços, as conhecidas classes A, B, C, D, e E. (OLIVA, 2007).

artigos que regula os direitos e deveres do indivíduo e da sociedade no Brasil, inaugurou um marco regulatório da política urbana, dedicando um capítulo específico ao tratamento da questão da moradia (Art. 182 “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” e Art. 183 “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”), regulamentados através do Estatuto da Cidade, Lei Federal número 10.257, de 2001, que inova ao adotar o conceito de propriedade territorial em função do uso social em detrimento de aspectos técnicos tais como localização e área medida, o que implica em serem observados os interesses da coletividade, e das relações do indivíduo e seu entorno territorial.

Recentemente, a Lei Federal 11.224, de junho de 2005, veio dispor sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), e criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e o Conselho Gestor do FNHIS, tendo como objetivo principal “viabilizar para a população de menor renda o acesso a terra urbanizada e à habitação digna sustentável”. Essa lei determina no seu artigo 17 que “os estados que, aderirem ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, deverão atuar como articuladores das ações do setor habitacional no âmbito do seu território, promovendo a integração regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial nas áreas complementares a habitação, e dando apoio aos Municípios para a implantação dos seus programas habitacionais e suas políticas de subsídios”.

A citação (e o texto explicitado) das leis acima revela avanço no entendimento da questão da moradia no Brasil. No entanto, a despeito de avanços sob o aspecto legal, a questão do acesso à moradia para os indivíduos de baixa renda, pouco mudou no país até o presente momento. E a questão tem se agravado, na medida em que a população cresce, a urbanização se intensifica, a educação exige maior número de anos de investimento individual, e o trabalho exige maior complexidade para ser realizado. Cada um desses fatores, atuando de forma dissociada, perpetua a pobreza e dificulta cada vez mais o acesso à moradia para os indivíduos de baixa renda.

A cronologia dos eventos descritos neste breve histórico das questões vinculadas à habitação de interesse social no Brasil tem o

propósito de fazer registro das ações oficiais, nos aspectos legal e social. Aspectos técnicos, econômicos, e ambientais, da casa e da moradia, não são objeto de estudo deste trabalho, enquanto aspectos dissociados.

1.1.2 Estágio de conhecimento do tema HIS no Brasil

No Brasil, a construção civil, área prioritária de estudo do tema, historicamente sempre privilegiou aspectos quantitativos nas suas pesquisas. No início da segunda metade do século XX, devido principalmente à demanda de obras de infra-estrutura urbana e interurbana no país, as pesquisas na engenharia civil estiveram concentradas nas áreas de estrutura e geotecnia, o que manteve os pesquisadores dentro dos limites dos laboratórios. Na década de 80, a introdução do estudo das questões ambientais, no mundo do trabalho e na construção civil, estimulou pesquisas na área de materiais e resíduos. Nos últimos vinte anos, ou seja, a partir da década de 90, a construção civil, devido principalmente a novos padrões de exigência do mercado consumidor de seus produtos, tem atentado para aspectos qualitativos em pesquisas, em especial aspectos vinculados à produtividade de serviços e qualidade de produto.

No entanto, o que concerne à qualidade de serviço, a exemplo do padrão de atendimento a seu consumidor, ou do suporte à manutenção de seus produtos em fase pós-venda, a construção civil ainda carece de se compreender como sendo o segmento produtivo detentor de direitos e deveres para com o mercado que consome seus produtos, o que explica o baixo investimento em pesquisas direcionadas para a qualidade de serviço.

No âmbito das questões referentes à moradia (sub-setor do setor de edificações, que compõe juntamente com infra-estrutura, o segmento produtivo construção civil), se por um lado, existe avanço nas tecnologias de projeto, materiais, planejamento, e execução; por outro lado, a gestão dessas tecnologias ainda utiliza como prática usual o recurso do empirismo.

Nos empreendimentos de moradia destinados à população de baixa renda, pode ser acrescentado a este panorama, o pouco interesse empresarial da construção civil por este mercado (até o presente momento), o que a mantém razoavelmente alheia ao agravamento do problema de moradia para indivíduos de baixa renda, o que implica em baixo investimento em pesquisa e compreensão deste perfil de mercado.

Somente recentemente, e devido principalmente à Constituição

Brasileira de 1988, e à Emenda Constitucional N. 26¹⁶ de 2000, e a Lei 10.257 de 2001, Estatuto da Cidade, a construção civil passou a buscar articulação com questões de gestão territorial, o que inclui meio ambiente e moradia. Desta forma, o tema moradia, antes com estudo e solução restritos à visão e atuação multidisciplinar da construção civil, passou a ter a sua percepção e estudo ampliados, o que tem possibilitado a busca de novas formas de solução, com tratamento especial para as questões de acesso a terra.

No entanto, no Brasil, estudos científicos sobre a questão da moradia ainda são recentes. Como justificativa para esta afirmação, pode ser considerado o fato do processo de urbanização das cidades brasileiras ter sido iniciado somente após os anos 50, como consequência do processo de industrialização e da emigração do trabalho do campo para a cidade.

Além disso, a complexidade do tema moradia aliada à ausência de clareza conceitual dificultam o avanço no conhecimento e tratamento da questão, exigindo mais pesquisa como forma de serem viabilizados acesso e efetividade na condição do morar de grande parte da população das maiores cidades do país.

1.1.3 Estágio de conhecimento do tema HIS no mundo

No âmbito internacional, o tema está vinculado a Organização das Nações Unidas¹⁷ (ONU). Ligados à ONU, há organismos especializados que trabalham em áreas específicas como saúde, trabalho, educação, moradia, alimentação. A Organização das Nações para Assentamentos Humanos, UN-HABITAT, é o organismo da ONU responsável pela busca de alternativas de soluções para o problema dos assentamentos humanos no âmbito das nações, visando à promoção social dos povos e o desenvolvimento sustentável das cidades e territórios. A Organização das Nações para Assentamentos Humanos tem sido responsável pela promoção da reflexão do tema moradia e

¹⁶ Emenda Constitucional N. 26: altera o texto do artigo 6 da Constituição Brasileira para “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados”.

¹⁷ Organização das Nações Unidas: instituição internacional formada por 192 estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial, para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhor padrão de vida e direitos humanos, e cujos membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional.

gestão territorial, e da promoção do estabelecimento de diretrizes de trabalho no tema, através de eventos internacionais conduzidos pelas nações participantes.

Ainda no âmbito internacional, a Conferência das Nações para Assentamentos Humanos, Habitat I¹⁸, inovou a concepção até então vigente (na qual moradia era considerada apenas a casa) sob o argumento que “a condição do assentamento humano determina a qualidade de vida do indivíduo, e a melhoria dessa condição é pré-requisito para a plena satisfação das necessidades básicas do indivíduo, como trabalho, moradia, serviço de saúde, educação e recreação”. O Habitat I apresentou um entendimento inovador para a época sobre o significado da moradia, estabelecendo as dimensões casa, infra-estrutura física e de serviço, e a forma de ocupação e uso.

Experiências com esse entendimento passaram a acontecer a partir da década de 80, em programas e projetos em alguns países, mas somente com a Conferência de Istambul, ou Conferência Habitat II¹⁹, o conceito passou a ser adotado nas agências internacionais de fomento. O Habitat II teve como principal objetivo, atualizar os temas e paradigmas que fundamentam a política urbana e habitacional, articulando as duas políticas, com vistas a reorientar a linha de ação dos órgãos e agências de cooperação internacional para esses temas, estabelecendo conexão entre gestão territorial e acesso a moradia. O Habitat II ofereceu outra contribuição para a questão da moradia, ao consolidar o princípio da função social do solo urbano. O evento elegeu os temas “Moradia adequada para todos” e “Desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos num mundo em urbanização”, como os maiores desafios a serem enfrentados em nível global. O Habitat II estabeleceu ainda o conceito de adequação da habitação, reconhecendo que “o acesso a abrigo e serviços básicos saudáveis e seguros, é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico da pessoa”. (FERNANDES, 2003).

A Agenda Habitat, enquanto resultado documental do Habitat II representa o pensamento de 171 países participantes. A reafirmação no ano de 1996, do conceito de moradia de 1976, que integra a casa aos temas vinculados à cidade e ao urbano, possibilitou uma maior e melhor compreensão do tema. Podem também serem considerados neste panorama outros eventos. O I Fórum Urbano Mundial²⁰ teve o

¹⁸ Habitat I: realizada no ano de 1976, na cidade de Vancouver, Canadá.

¹⁹ Habitat II: realizada no ano de 1996, na cidade de Istambul, Turquia.

²⁰ I Fórum Urbano Mundial: realizado no ano de 2002, na cidade de Nairóbi, Quênia.

argumento de unir esforços e experiências do Fórum Urbano de Desenvolvimento e do Fórum Internacional de Pobreza Urbana, além da ênfase à Agenda Habitat instalada por ocasião do Habitat II, no ano de 1996. O II Fórum Urbano Mundial²¹ trabalhou o tema “Cidades: Cruzamento de Culturas, Inclusão, e Integração?”. O III Fórum Urbano Mundial²² debateu o tema “Nosso Futuro: Cidades Sustentáveis – Transformando Idéias em Ações”. O IV Fórum Urbano Mundial²³ trabalhou o tema “Aceleração da Urbanização e seus Impactos nas Comunidades, Cidades, Economias e Políticas”.

Com a intenção de provocar uma reflexão, no nível das nações e das cidades, sobre o direito básico da moradia adequada para todos os indivíduos, e lembrar a todos os indivíduos sobre a responsabilidade coletiva do futuro do habitat humano, a ONU estabeleceu como o Dia Mundial do Habitat, a primeira segunda-feira do mês de outubro de cada ano.

1.1.4 Entendimento adotado para o tratamento do tema HIS

Vinte anos (1976-1996) foram necessários para que a proposta do Habitat I pudesse ser compreendida, e ser transformada de conceito em diretrizes de trabalho, no Habitat II, e mesmo treze anos após a realização deste (1996-2009) suas diretrizes ainda carecem de interpretação.

No Brasil, durante a década de 80, alguns programas de infraestrutura urbana, no âmbito dos estados, já contemplavam projetos denominados de “humanização de favelas”²⁴, envolvendo projetos e obras de drenagem urbana, pavimentação, rede de água, rede de esgoto, contenção de encostas e rede de energia elétrica. O objetivo buscado pelos programas de humanização de favelas era manter o morador na sua moradia evitando os transtornos e problemas sociais gerados com o deslocamento da favela para outras áreas, ação até então praticada como alternativa única para o problema da moradia irregular e inadequada existente nas grandes cidades brasileiras. Projetos de humanização de favelas foram ocasionais e pulverizados (realizados de forma pioneira em Salvador) e já representavam o entendimento sobre o tema defendido

²¹ II Fórum Urbano Mundial: realizado no ano de 2004, na cidade de Barcelona, Espanha.

²² III Fórum Urbano Mundial: realizado no ano de 2006, na cidade de Vancouver, Canadá.

²³ IV Fórum Urbano Mundial: realizado no ano de 2008, na cidade de Nanjing, China.

²⁴ Humanização de Favelas: expressão usada para designar algumas ações de intervenção urbana em favelas já existentes.

no Habitat I.

Somente a partir do ano 2000, o conceito do Habitat I passou a ser adotado oficialmente no Brasil, no programa denominado Habitar Brasil²⁵, e que através da integração de diretrizes e ações no nível municipal e federal, concebia e implantava projeto de habitação, saneamento, geotecnia, e desenvolvimento comunitário, promovendo a melhoria natural da condição de vida da comunidade da área envolvida, a redução da degradação ambiental das áreas urbanas e rurais, além da geração de emprego e renda.

Paralelamente a este panorama, as questões de meio ambiente foram ganhando cada vez mais importância e destaque. No Brasil, a Agenda 21, foi um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ou Conferência Eco-92²⁶, que estabeleceu a importância de cada país se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais, e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais do mundo, buscando a sustentabilidade do planeta. A Agenda 21 se constitui também um instrumento que, exige a re-interpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento.

No entanto, o estágio atual de conhecimento do tema apresenta descompasso entre conceito e operacionalização do conceito, que ora em vigência, articula o tema moradia com a construção civil e a gestão territorial. A construção civil, enquanto protagonista no processo de acesso à moradia, ainda oferece resistência para o entendimento do novo conceito e para a articulação com a gestão territorial na busca de soluções para o problema. Além disso, somente recentemente, a construção civil vem despertando para o mercado consumidor formado pela população de baixa renda, o que significa que, os mecanismos de acesso a este mercado ainda precisam ser explorados e conhecidos. Por

²⁵ O déficit habitacional brasileiro está concentrado em uma população com renda até três salários mínimos. A concepção de políticas de trabalho para a solução deste problema passa pelo desenho de estratégias de ação que procurem conhecer causas, sem perder de vista a correção dos efeitos. Existe o entendimento da necessidade de se adaptar as variáveis internas do programa (por serem propostas e controláveis) às variáveis externas locais (que quase sempre são incontroláveis). Esta adaptação estratégica das políticas oficiais para a solução do referido problema pode ser conseguida pelo estudo do ambiente local. (OLIVA; OLIVEIRA, 2002).

²⁶ Eco-92: realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, ano 1992.

outro lado, a gestão territorial ainda não domina seus novos instrumentos de trabalho. Assim, a distância entre, entendimento e operacionalização do conceito, caracteriza o estágio atual de conhecimento do tema no Brasil, mesmo após 30 anos do Habitat I quando o conceito foi apresentado.

Pode ser acrescentado ainda a este panorama, o funcionamento interno e próprio da área construção civil. A pesquisa especializada-fragmentada tem realizado avanços sob aspectos técnicos e econômicos, mas pouco contribui gerencialmente, na medida em que, exerce também papel de dificultador na articulação interna e na busca de solução do problema da moradia da população de baixa renda. E enquanto a arquitetura concentra esforços no projeto, a engenharia civil se ocupa com a execução, a indústria ignora a necessidade de componentização e todos evitam o diálogo, a população de baixa renda vai se resolvendo com soluções empíricas e temporárias, através da auto-construção.

A adoção do conceito de moradia estabelecido no Habitat I e II representou um grande avanço para a compreensão da questão, mas a despeito disso, e das pesquisas que existem sobre o tema, o problema cresce e de forma descontrolada em muitos países, e particularmente no Brasil.

1.1.5 Lógica adotada para o tratamento do tema HIS

Geralmente, cada uma das dimensões adotadas pelo conceito referenciado no Habitat I (a casa, a infra-estrutura física e de serviços, a forma de uso e ocupação) é estudada e tratada nas pesquisas da área de construção civil de forma isolada, o que significa, de forma diferenciada e dissociada. Na construção civil ocorre que, a pesquisa científica trabalha, separadamente, uma das três dimensões, enfocando em cada uma delas, e também separadamente, o planejamento, o projeto, o material, o método, a mão-de-obra, o financiamento, o lote, o equipamento. O tema é estudado em partes, e cada parte passa a ser considerada o universo, ou a totalidade, não havendo a percepção da necessidade de se integrar as partes para o entendimento do todo, como forma de viabilizar um caminho para a operacionalização do conceito da moradia.

A fragmentação das partes do tema a ser estudado (o que se configura como prática usual nas pesquisas), possibilita a especialização e o ganho de produtividade no conhecimento, o que conduz a uma maior

eficiência²⁷, geralmente estratégia adotada em pesquisas quantitativas no tema e na construção civil, com abordagem de aspectos econômicos e/ou técnicos.

A fragmentação das partes do tema a ser estudado, geralmente está suportada por caminhos ou tendências, visando à eficácia²⁸ (também configurado como prática usual ou estratégia adotada em pesquisas quantitativas e qualitativas, a exemplo de pesquisa de satisfação de usuário, dissociada de outras partes).

A integração das partes do tema estudado, a moradia para populações de baixa renda, ao permitir uma percepção mais próxima da totalidade do tema, pode viabilizar soluções mais efetivas²⁹, ou mais satisfatórias para o morador, havendo clareza que o esforço necessário para se compreender a totalidade do tema, é muito superior ao esforço

²⁷ Eficiência: nivela a capacidade real de produzir o máximo com o mínimo de recursos, energia e tempo. O valor maior da eficiência é a produtividade. O conceito da eficiência surgiu no contexto econômico e racionalista da Revolução Industrial, e mais adiante, as idéias de Taylor sobre eficiência tiveram grande impacto, e juntamente com os estudos de psicologia industrial, no início do século XX, viriam a formar lastro para os estudos de eficiência humana. O conceito de eficiência está assim associado ao da racionalidade econômica, preocupando-se por encontrar os meios e os procedimentos mais adequados para alcançar resultados e metas, independentes de seu conteúdo humano, político ou de natureza ética. No contexto da moradia de populações de baixa renda, o conceito da eficiência pode ser atrelado ao conceito de projeto. Um projeto pode ser entendido como um empreendimento temporário, conduzido com recursos definidos, para criar um produto ou serviço únicos, dentro de um determinado espaço e um determinado tempo. (OLIVA, 2005, citando o conceito de eficiência de SOUZA, 1984).

²⁸ Eficácia: conceito desenvolvido a partir da recessão que se abateu sobre o mundo nos anos 1920, sendo que, após a Segunda Guerra Mundial, a eficácia tornou-se um critério adotado para gestão por objetivos. A eficácia é assim o nível de resultado na consecução dos objetivos institucionais ou de uma determinada área de trabalho. No contexto da questão da moradia das populações de baixa renda, o conceito da eficácia pode ser atrelado ao conceito de programas. O conceito de programa pode ser entendido como um conjunto de instruções estabelecidas mediante um determinado número de pressupostos sobre determinada área de trabalho. (OLIVA, 2005, citando o conceito de eficácia de SOUZA, 1984).

²⁹ Efetividade: significa real, verdadeiro, que causa efeito concreto. Desta forma, a efetividade tenta superar as limitações da eficiência associada à produtividade, e da eficácia comprometida com os objetivos organizacionais, pois visa objetivos mais amplos de equidade, e de desenvolvimento econômico e social. A efetividade implica em um compromisso maior e real com os objetivos sociais e as demandas concretas de uma comunidade, sobrepondo-se à eficácia, que se sobrepõe à eficiência. Efetividade significa resolver o problema. O conceito da efetividade está vinculado à capacidade de produzir a solução ou resposta pelos participantes da comunidade na qual a solicitação está inserida. Efetividade, na questão da moradia das populações de baixa renda, é integrar casa, trabalho, educação, saúde, segurança, renda, buscando inserir essas populações no contexto de cidadania e de qualidade de vida. No contexto da moradia das populações de baixa renda, o conceito da efetividade pode ser atrelado ao conceito de políticas públicas, e sua operacionalização, através da inter-relação entre áreas de necessidade básica do cidadão, como saúde, educação, segurança, trabalho, moradia, renda. (OLIVA, 2005, citando o conceito de efetividade de SOUZA, 1984).

desprendido para a compreensão de cada parte ou mesmo ao esforço necessário a compreensão da soma das partes adotadas (um dos motivos pelos quais existe um domínio de pesquisas instrumentais/quantitativas no tema e na academia).

A observação do problema moradia para populações de baixa renda contextualizado nas diversas circunstâncias e especificidades existentes nas cidades brasileiras, tem demonstrado fartas evidências que, as três dimensões adotadas como referencial nas políticas e programas nacionais e internacionais, são insuficientes para resolver a questão da moradia digna, e que, possivelmente existe uma lacuna a ser preenchida. Neste contexto, buscar conhecer e trabalhar o tema, através de uma nova leitura conceitual, associada às relações de desempenhos das dimensões referenciadas no conceito vigente para o tema, através da percepção do morador, pode contribuir para o avanço do conhecimento da questão.

1.1.6 Mediador para o tratamento do tema HIS: desempenho do ambiente construído

O conceito de desempenho, quando relacionado à moradia, não está vinculado a um determinado tipo ou padrão de produto (material ou componente ou equivalente), ou de edificação. Usualmente, o conceito de desempenho está vinculado ao conjunto do ambiente construído, a edificação, no caso, a casa.

Desempenho pode ser entendido também, como um conjunto de características, referentes ao comportamento ou atuação de um sistema. Para o ambiente construído, o desempenho é dado por inúmeros fatores que interferem na qualidade do produto ambiente construído e na satisfação dos seus usuários. O desempenho da moradia pode assim ser verificado, a partir das oportunidades de atendimentos às prioridades do indivíduo morador, e das oportunidades de promoção de sua interação com o território, através da especificidade dos diversos desempenhos adotados para o ambiente construído (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2004).

Usualmente, a verificação do desempenho de uma edificação faz referência aos aspectos técnicos de projeto, tais como conforto acústico, conforto térmico, conforto visual, conforto antroponômico, entre outros parâmetros de projeto arquitetônico, e quase sempre está vinculado às pesquisas de avaliação pós-ocupacional, APO³⁰. A

³⁰ APO: origem na década de 70 nos Estados Unidos, expandindo-se para a Inglaterra,

avaliação pós-ocupacional procura avaliar a edificação de forma global, utilizando majoritariamente aspectos técnicos combinando com aspectos comportamentais dos usuários. No entanto, o comportamento do ser humano com relação ao ambiente construído e vice-versa, ou seja, as relações ambiente-comportamento, não são plenamente conhecidas (ORNSTEIN, 1992).

Na prática, a avaliação pós-ocupacional do ambiente construído se restringe quase sempre aos aspectos técnicos, possivelmente pela ausência de visão sistêmica do processo. Além disso, embora conceitualmente a APO inclua o usuário como parte deste processo, na prática, as metodologias de mensuração dos aspectos comportamentais adotadas em estudos de caso de habitação de interesse social visam detectar aspectos negativos do projeto, para corrigi-los em projetos futuros. A incoerência instalada nesta metodologia, no entender deste trabalho, é que em projetos futuros, os usuários/moradores serão outros, ou seja, indivíduos diferentes dos avaliados pela metodologia adotada, e consequentemente, as necessidades referentes à moradia podem não ser iguais.

Este trabalho de tese compreende o desempenho do ambiente construído como um estágio operacional superior e mais complexo que o estágio de produtividade (adotada nas diversas fases da construção civil, tais como projeto, planejamento, mão-de-obra, execução, uso e manutenção, demolição), assim como também um estágio operacional superior e mais complexo que o estágio de qualidade (do ambiente construído, ou qualidade de produto e serviço), na medida em que, entende que o desempenho de uma edificação relaciona intrinsecamente o produto a seu usuário, ou a moradia a seu morador. Dessa forma, a verificação de diferentes desempenhos (técnico, econômico, ambiental, social, humano, simbólico) do ambiente construído vinculados às dimensões da moradia, além de viabilizar um melhor entendimento da condição de vida do morador, pode também vir a ser caminho para a compreensão e fomento da sustentabilidade urbana.

1.2 Problema de pesquisa

Este trabalho tem como questão de pesquisa:

Por que as dimensões casa, infra-estrutura física e de serviços, e

formas de ocupação e uso, consagradas como referência de modelo do tema, mesmo juntas, e aplicadas nos projetos de habitação de interesse social, não garantem a efetividade nos desempenhos da moradia dos indivíduos de baixa renda? (dimensões da moradia ilustradas nas Figuras 2, 3, 4).



Figura 1 - Dimensão Casa

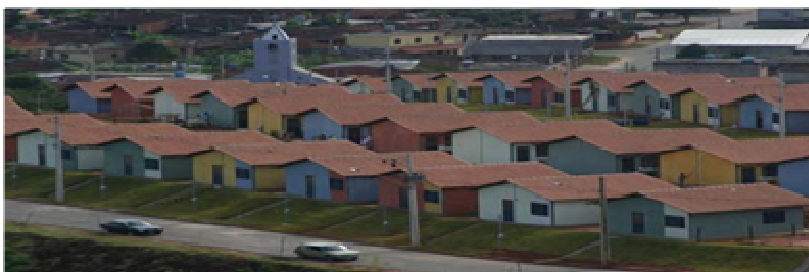


Figura 2 - Dimensão Infra-estrutura Física e de Serviços

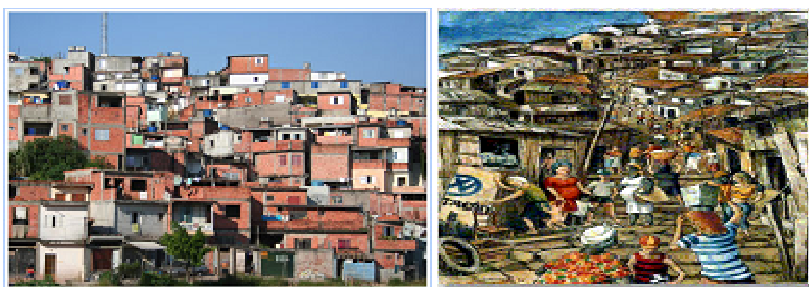


Figura 3 - Dimensão Forma de Ocupação e Uso

1.2.1 Equacionamento do Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa, em conformidade com as idéias

expostas nos itens anteriores do presente capítulo, passa a ser equacionado a partir da constatação da existência de vinculação entre Morador – Moradia – Território - Sustentabilidade Urbana.

A desvinculação praticada nas pesquisas entre os conceitos acima pode, talvez, explicar a ausência de efetividade nos projetos de habitação de interesse social, conforme evidências em diversas cidades brasileiras. Nesse sentido, o equacionamento adotado neste trabalho para o tratamento do problema insere os desempenhos do ambiente construído enquanto mediador da relação morador-moradia-território-sustentabilidade urbana, e faz uma abordagem de forma integrada (diferenciada e integrada) das dimensões da moradia, verificada a partir do conceito referenciado (e adotado no Brasil e no mundo) e da percepção do morador. Adota também a dimensão a educação-trabalho, tratada como dimensão de natureza diversa³¹ das dimensões consagradas, e a insere e a integra neste contexto, conforme apresentado na Figura 4. Dessa forma, o equacionamento do problema de pesquisa integra duas diferentes lógicas ou duas formas diferentes de tratar o problema. As dimensões referenciadas assumem a lógica de produto. Os desempenhos inseridos assumem a lógica de relação produto/usuário ou moradia/morador, e estão ilustrados nas Figuras 5, 6, 7, 8, 9, 10.

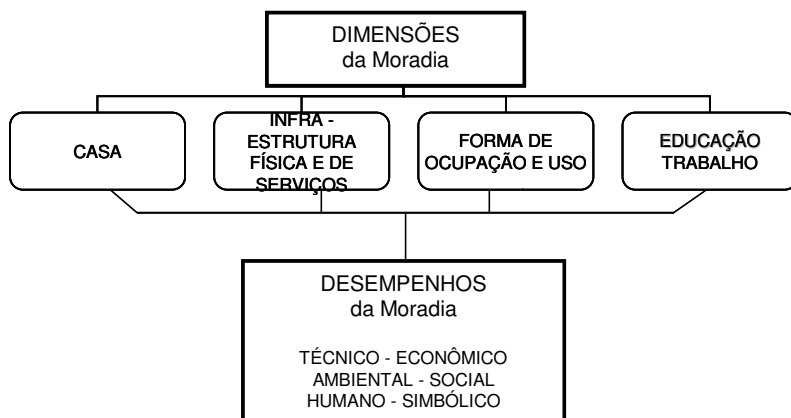


Figura 4 – Problematização: (Dimensões Referenciadas + Nova Dimensão) e Desempenhos da Moradia.

³¹ Diversidade: conceito amplo, com aplicação em diferentes campos do conhecimento humano, entre os quais a Lógica, exemplificada neste caso, como a busca de solução para um determinado problema através de diferentes caminhos.



Figura 5 - Desempenho Técnico: o indivíduo, a segurança, e a tecnologia de construção da casa



Figura 6 - Desempenho Econômico: o indivíduo, e a relação custo e benefício da casa



Figura 7 - Desempenho Ambiental: o indivíduo e o ambiente onde a casa está inserida



Figura 8 - Desempenho Social: condição de facilitador ou não que a casa de estabelecer relações do indivíduo com o ambiente social



Figura 9 - Desempenho Humano: o indivíduo e o efeito da casa e do ambiente construído na fisiologia humana (foto com escada construída a revelia de normas técnicas como exemplo para inadequação do ambiente construído para a fisiologia humana)



Figura 10 - Desempenho Simbólico: o indivíduo e a leitura da estrutura física da casa como valor (foto com lajes de cobertura como exemplo de elemento simbólico do ambiente construído em territórios de populações de baixa renda).

1.3 Objeto de estudo

Situado na construção civil, área multidisciplinar, este trabalho tem como objeto de estudo, o processo de acesso à moradia percorrido pelos indivíduos de baixa renda. O objeto será estudado através da construção conceitual do significado do termo moradia e da validação empírica do conceito construído através da comparação do processo de acesso à moradia percorrido por duas comunidades inseridas no espaço da cidade de Salvador, a Comunidade de Engomadeira e o Movimento dos Sem-Teto de Salvador (MSTS) conforme Figura 2.

A comunidade de Engomadeira é originada de forma não organizada e não planejada. A comunidade foi criada, desenvolvida e guiada pelos próprios anseios e padrões de necessidades e sobrevivência. Para esta comunidade, a moradia alvo das questões abordadas na pesquisa de campo foi a moradia real e experimentada pelo morador. A comunidade de Engomadeira, selecionada para a coleta de dados amostrais, encontra-se localizada no chamado “miolo da cidade”, área até a presente data não valorizada e relegada a populações de baixa renda, e possui população estimada em 43.315 pessoas ou 12.739 famílias (fonte: Posto de Saúde do bairro de Engomadeira, ano 2000). O nome Engomadeira tem origem no principal motivador para a instalação das primeiras famílias na área. A atividade de lavar e engomar as fardas dos quartéis ali instalados, aliada à existência de nascentes de rio que viabilizaram não apenas a atividade de lavar as fardas, mas também a agricultura de subsistência, as atividades domésticas, as atividades de lazer, e as atividades religiosas nos ritos às divindades afro-brasileiras, são explicitadas pelos seus moradores como justificativa para formação e consolidação da comunidade, embora a área continue precariamente urbanizada. Contam seus moradores mais antigos que a ação feminina foi decisiva na formação do bairro.

A comunidade do Movimento dos Sem-Teto de Salvador, MSTS, é originada de forma organizada e planejada. A comunidade foi criada, desenvolvida e conduzida para a satisfação de seus anseios e padrões de necessidades e sobrevivência por liderança instituída e orientada por suporte externo à comunidade. Para esta comunidade, a moradia alvo das questões abordadas foi o “o conjunto das casas de Valéria”, ou “projeto oficial que representa as três dimensões consagradas”, com 54 casas já construídas e com famílias instaladas na época da pesquisa de campo. Selecionada para a coleta de dados amostrais, o MSTS encontra-se distribuído em 28 ocupações em diferentes áreas da cidade de Salvador, algumas na periferia, outras em áreas centrais, havendo uma

concentração de ocupações na área da Calçada e Bonfim. Segundo a liderança do movimento, ocupação é o ato de ocupar um espaço público ou privado, que está desocupado há pelo menos três anos e não tem função social, o que significa que, a liderança do movimento não considera em nenhuma circunstância o uso do termo “invasão” para caracterizar uma área ocupada pelos seus membros. Possui população estimada em 120.000 pessoas, ou 26.000 famílias, sendo aproximadamente 23.000 famílias instaladas na cidade de Salvador e 3.000 famílias instaladas em cidades vizinhas (fonte: depoimento da liderança do movimento, ano 2005-2006).

Os indivíduos pertencentes às comunidades têm perfil sócio-econômico similar. No entanto, as duas comunidades possuem diferenças quanto à origem e trajetória dos seus processos referentes ao acesso à moradia, o que evidencia que, necessidades e prioridades dos indivíduos para a questão do morar parecem não ser iguais. Esta evidência sinaliza a importância de ser revisto o tratamento que a gestão territorial/construção civil dispensa à questão, limitando suas pesquisas às tecnologias de produção da moradia.

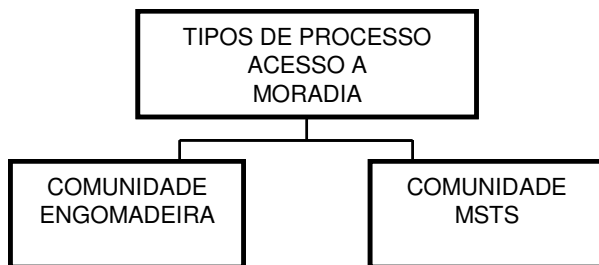


Figura 11 - Estudo e os Ambientes de Pesquisa

1.4 Objetivo

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral verificar o impacto da dimensão Educação-Trabalho junto às dimensões casa, infra-estrutura física e de serviços, forma de ocupação e uso, nos desempenhos da moradia nas comunidades pesquisadas.

Os objetivos específicos deste trabalho podem ser explicitados como:

1- verificar o efeito da inserção e integração da dimensão Educação-Trabalho junto às dimensões casa, infra-estrutura física e de

serviços, forma de ocupação e uso, para o morador da comunidade pesquisada.

2 – verificar a importância do produto casa para o morador da comunidade pesquisada.

Como impacto está sendo considerado o resultado final e em longo prazo atribuível a uma determinada intervenção. Como efeito está sendo considerada a mudança real ou desejável nas condições que definem o que foi observado entre a geração do produto e a verificação do impacto. Como produto está sendo considerado o bem tangível de uma intervenção (LOIOLA; SANTOS; MELO, 2006).

1.5 Justificativa

Este trabalho tem como justificativa a necessidade de se buscar construir um conceito para o termo moradia que seja efetivo operacionalmente para o morador, o território, e a sustentabilidade urbana, e que possa futuramente servir de lastro para o desenvolvimento de mecanismos e instrumentos que possam ser inseridos no desenho de políticas, programas, e projetos de moradia para indivíduos de baixa renda e praticados de forma integrada à gestão territorial/construção civil, sendo esta a relevância técnica do trabalho.

Da mesma forma, enquanto relevância técnica, a adoção de um conceito de moradia, efetivo operacionalmente, implica na geração de melhoria na qualidade de vida dos moradores de uma comunidade, o que se configura como a relevância social do trabalho.

O tratamento do tema sob uma abordagem de forma integrada (diferenciada e integrada) das dimensões e desempenhos da moradia possibilita que sejam estabelecidos novos vínculos acadêmicos no estudo da Habitação de Interesse Social, a exemplo de Educação Profissional³², Economia Solidária³³, Desenvolvimento Local Sustentável³⁴, Psicologia Social³⁵, entre outros, sendo esta a relevância

³² Educação Profissional: aquela que prepara, forma e capacita para o mundo do trabalho e sua dinâmica

³³ Economia Solidária: modalidade de produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de forma associativista, cooperativista e auto-gerida, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

³⁴ Desenvolvimento Local Sustentável: aliança entre (pesquisa científica) + (planejamento/execução de ações de curto, médio e longo prazo) + (atores locais e seus desejos, necessidades, potencialidades e limitações).

³⁵ Psicologia Social: aquela que tem como ponto de interesse o conjunto de relações entre o indivíduo e o território

científica do trabalho. O estágio atual de conhecimento do tema estabelece articulação entre gestão territorial e construção civil, mas conforme evidenciado na maioria das grandes cidades, configura-se como matriz de conhecimento insuficiente para a compreensão da questão, o que sugere a necessidade de integração das Ciências Exatas e Engenharias com outras áreas de conhecimento, como as Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas.

Buscando oferecer uma contribuição para a produção do conhecimento teórico no tema habitação de interesse social, este trabalho entende que, para que a pesquisa científica no tema HIS tenha efetividade, e possa desempenhar um papel de indutor de progresso tecno-social, torna-se necessário que ela não se aliene da vivência do mundo real (ou não se confine ao mundo laboratorial), entende também ser necessária a organização de núcleos de idéias e ações, e a análise das diferentes questões que o tema apresenta, tendo como referencial apenas a busca de solução dessas questões, sem negligenciar a existência de uma zona limítrofe de mudança, típica de cada realidade estudada, como caminho para sair da condição de estrutura e padrão, e adquirir mobilidade dentro do processo, pois o hiato entre eficiência e efetividade nas soluções praticadas para o problema da habitação de interesse social, não apenas caracteriza a eficácia dos programas oficiais (ou soluções praticadas), como também evidencia o nível de percepção e compreensão do problema pela pesquisa científica.

1.6 Delimitação da pesquisa

A pesquisa não tem foco no produto (a casa), nem na estrutura de produção do produto (segmentos produtivos como construção civil e fabricação de materiais, universidades, instituições de pesquisa, agentes de fomento, agentes de financiamento, secretarias municipais e estaduais, ministérios federais), mas foca unicamente o processo, ou a articulação (produto + estrutura) + usuário/morador.

Assim, a delimitação do espaço (a cidade onde as duas comunidades pesquisadas estão inseridos) e do tempo (período 2003-2006) ocorreu devido a questões circunstanciais. Eles podem ser investigados em lugares distintos e épocas diversas. No entanto, este trabalho com a finalidade de proporcionar maior clareza e compreensão para a etapa de validação empírica do conceito de moradia construído nos Capítulos 1 e 2, caracteriza a cidade de Salvador e as amostras pesquisadas no Capítulo 3.

1.7 Caracterização do local onde estão inseridas as amostras da pesquisa

Salvador, fundada em 1549, foi um dos primeiros núcleos urbanos do Brasil colonial, e também, sua primeira capital. Atualmente, Salvador é a terceira maior cidade do país em população, com aproximadamente 2,8 milhões de habitantes. Reconhecida pela sua beleza, pela riqueza da sua cultura, pelas suas potencialidades, mas, ao mesmo tempo, semelhante às demais metrópoles brasileiras, a cidade também é detentora de grandes contrastes no que diz respeito às suas condições de moradia para as populações de baixa renda. Há décadas, os problemas habitacionais desse perfil de população vêm se agravando, exigindo simultaneamente ações corretivas e preventivas do poder público. A localização da cidade está na Figura 12.

No século XX, transformações sociais, econômicas e políticas, que aconteceram nas principais cidades do país, inclusive Salvador, levaram ao surgimento de uma nova organização do espaço, exigindo interação dos agentes econômicos urbanos, os segmentos capitalistas, industrial e imobiliário. Infelizmente, um contingente populacional cada vez maior, mais concentrado e diversificado, não foi inserido de forma planejada e oficial nesta nova organização do espaço, o que resultou na desorganização dos espaços e dos territórios.

No aspecto demográfico, as taxas de crescimento populacional de Salvador, foram crescentes entre os anos 1940 e 1980, com índices médios de 4,0% ao ano. Somente a partir dos anos 1980, uma diminuição nesse crescimento pode ser observada. Na primeira década de 2000, a cidade de Salvador, a despeito de não mais apresentar grandes taxas de crescimento demográfico, tem mantido taxas maiores que às do estado, confirmando a tendência de urbanização. No aspecto espacial, a especulação imobiliária gerada pelo crescimento econômico da cidade (petróleo, turismo, grandes obras de infra-estrutura, serviços técnicos especializados, etc.), e suportada pela Lei Municipal 2.181/1968 (lei da reforma urbana pela qual o município liberou as terras da prefeitura para venda e autorizou a alienação de terras públicas para particulares), estimulou a expansão do capital imobiliário e provocou uma pressão crescente sobre a terra, impondo um deslocamento das populações de baixa renda para áreas mais afastadas do litoral e das áreas onde se concentrariam os novos pólos de desenvolvimento econômico. Ainda na abordagem do aspecto espacial, no universo pesquisado, importante colocar que, em um período de quase 30 anos, entre os anos 1946 e 1978, houve registro

de 68 invasões na cidade de Salvador, tendo esse processo se intensificado nas décadas seguintes, havendo registro de 357 invasões no perímetro urbano e para fins de moradia, no período de 1978 e 1991, o que confirma a tendência de urbanização.



Figura 12 - Delimitação do Universo da Pesquisa: Município de Salvador - Estado da Bahia

No ano de 1991, as invasões estariam ocupando uma área estimada de 1.473 hectares, e estariam acomodando 118.246 habitações, abrigando uma população de 591.230 habitantes, o que corresponde a 28,7% da população total da cidade de Salvador (GORDILHO, 2000).

O incremento populacional ocorrido no município na segunda metade do século XX, aliado à falta de alternativas de moradia, sobretudo para a população de baixa renda, e ao crescente desinteresse privado no mercado de locação, gerou uma grave crise habitacional, que resultou no crescimento acelerado da cidade informal, que em Salvador caracterizou-se pelo imenso processo de invasões de terras públicas e privadas. Assim, pode-se dizer que, as primeiras invasões coletivas de terra, que ocorreram no final dos anos 40, se configuram como manifestação concreta desta crise, representando a forma encontrada para morar pela parte da população que não dispunha de renda para

assumir os valores dos aluguéis, e nem de adquirir uma casa, ou um lote. O processo de invasões em Salvador assumiu então, grandes dimensões, tornando-se a alternativa de moradia para a maior parte da população de baixa renda.

Conceitualmente, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o único critério uniforme que, distingue as áreas invadidas dos outros tipos de moradia em uma cidade, é o fato de constituírem uma ocupação ilegal da terra, já que sua ocupação não se baseia nem na propriedade da terra, nem no seu aluguel aos proprietários legais. Todos os outros critérios freqüentemente utilizados para distinguir as invasões dos outros tipos de moradia se aplicam apenas parcialmente. Geralmente as invasões se dão gradualmente, sem acordo, nem traçado planejado. As invasões coletivas de terras é minoria numérica. O IBGE, desde 1950, adota como designação de favela um setor especial do aglomerado urbano formada, no mínimo, por 50 domicílios, e geralmente carente de infra-estrutura, e localizada em terrenos não pertencentes aos moradores.

A expansão horizontal, no entanto, encontrou limites físicos no município de Salvador, provocando um processo de adensamento dos espaços ocupados, o que levou a cidade a se caracterizar como uma das capitais de maior densidade demográfica do Brasil. Este processo é resultado tanto da verticalização promovida pelo mercado formal para a população de faixa de renda média e alt, e situada nas áreas de valorização imobiliária, como do adensamento das áreas informais, ocupadas pela população de baixa renda. As autoconstruções produzidas atingem até três pavimentos, elevando a concentração populacional, e aumentando a precariedade das moradias. Aliado à precariedade da autoconstrução ocorre a ocupação em áreas ambientalmente frágeis, com construções não compatíveis com o tipo de solo e de topografia do lote, o que representa risco aos moradores.

A ocupação de prédios vazios e ociosos na área central e antiga da cidade, por famílias sem-teto, tem se configurado também, como uma alternativa usada pela população de baixa renda nos últimos dez anos. A ocupação de imóveis vazios na área antiga da cidade, assim como a ocupação de áreas vazias situadas na periferia da cidade, tem se constituído como uma opção importante de ação coletiva dos movimentos organizados de moradia. No município, com atuação na área de moradia, existe um movimento organizado de famílias de sem-teto, o Movimento dos Sem-Teto de Salvador, e outros grupos menores e menos organizados.

No passado, os programas e projetos oficiais de construção de

habitações tinham seu foco nas técnicas construtivas, materiais, e custos. Na atualidade, o acesso à terra ou ao lote se constitui como o dificultador da produção de moradias da população de baixa renda, sendo objeto de políticas públicas e de capacitação de técnicos do setor. Acrescida à dificuldade de acesso a terra para a construção da habitação, a necessidade de aproximar a moradia popular das áreas que concentram o trabalho e o emprego formal, contribui para o processo de invasão e ocupação, seja nos imóveis vazios, seja em áreas vazias próximas à cidade.

A questão do acesso a terra adquire especial importância frente ao fato de que, no município de Salvador, o estoque de áreas livres aptas para ocupação habitacional é reduzido. Alcançava menos de 15% do território soteropolitano continental em 2002, e um número ainda mais baixo, se consideradas apenas as áreas aptas para moradia popular, de acordo com o Plano Municipal de Habitação de Salvador, publicado no ano 2008. Além da carência de terra disponível para habitação de interesse social, o município tem limitação ambiental devido à presença de grandes extensões de reservas ambientais com mananciais aquíferos interligados. Esta constatação, entre outras, como a questão da mobilidade intermunicipal de trabalhadores, tem levado à conclusão de que, o planejamento habitacional de Salvador deve ser elaborado de forma integrada com os municípios que compõem a região metropolitana, pois expansão urbana demanda habitacional, geração de trabalho, condições ambientais, transporte, comunicações, e outros, são fatores interligados.

Importante mencionar que, até o início dos anos 2000, as poucas iniciativas registradas na questão da HIS tiveram a condução dos governos estadual e/ou federal, não havendo registro digno de nota por parte da prefeitura de Salvador, pois no que se refere ao município, tanto a estrutura institucional, como a capacidade de investimento, sempre foram reduzidas. Somente com a publicação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a necessidade oficial de serem implantadas suas diretrizes, a prefeitura de Salvador criou a Secretaria Municipal de Habitação, e passou a contar com equipe de técnicos especializados na condução da questão, sendo no ano de 2008, publicado o Plano Municipal de Habitação, que tem como horizonte de planejamento o ano 2025, e busca, de forma pioneira, nortear as futuras gestões municipais, estabelecendo ação contínua e participativa para o enfrentamento dos graves problemas habitacionais da cidade de Salvador, constituindo-se em um importante instrumento para o combate às desigualdades sociais, o desenvolvimento urbano, e o bem-estar coletivo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceito de moradia

Tradicionalmente, a moradia representa para o homem o abrigo seguro. Existem várias definições de moradia. De forma geral, a referência à habitação remete apenas à edificação ou a casa propriamente dita. No Brasil, habitações destinadas aos indivíduos de baixa renda e vinculadas a programas oficiais são denominadas de habitação de interesse social (HIS), e com função de atender as necessidades de populações com renda familiar mensal entre zero e três salários mínimos. O termo habitação de interesse social (HIS) define uma série de soluções de moradia voltada à população de baixa renda. O termo tem prevalecido nos estudos sobre gestão habitacional e vem sendo utilizado por várias instituições e agências, ao lado de outros termos equivalentes, a exemplo de habitação de baixo custo, habitação para populações de baixa renda, habitação popular. O Interesse Social como terminologia na habitação no Brasil já era utilizada nos programas para faixas de menor renda do extinto Banco Nacional da Habitação. A Constituição Brasileira de 1988 previa o princípio da função social do uso do solo urbano. Sob este princípio, o conceito de Interesse Social é constitucionalmente incorporado às políticas habitacionais para os setores de população de baixa renda (ABIKO, 1995).

A habitação é compreendida também como o local onde ocorrem determinadas situações, atividades de trabalho, a exemplo de pequenos negócios. Neste sentido, as condições de vida, de moradia e de trabalho da população estão estreitamente vinculadas ao processo de desenvolvimento do indivíduo e do território. A abordagem conceitual da gestão habitacional defende que a habitação popular não deve ser entendida meramente como um produto e sim como um processo, com uma dimensão física, mas também como resultado de um processo complexo de produção com determinantes políticos, sociais, econômicos, jurídicos, ecológicos, tecnológicos. Neste conceito, se entende que a habitação não se restringe apenas à unidade habitacional, para cumprir suas funções. Assim, além de conter um espaço confortável, seguro e salubre, é necessário que seja considerada de forma mais abrangente (ABIKO, 1995):

- serviços urbanos: as atividades desenvolvidas no âmbito urbano que atendam às necessidades coletivas de abastecimento de água, coleta de esgotos, distribuição de energia elétrica, transporte coletivo, etc.;

- infra-estrutura urbana: incluindo as redes físicas de distribuição de água e coleta de esgotos, as redes de drenagem, as redes de distribuição de energia elétrica, comunicações, sistema viário, etc.;

- equipamentos sociais: compreendendo as edificações e instalações destinadas às atividades relacionadas com educação, saúde, lazer, etc.

Outro conceito adotado para o tema é o de moradia digna ou aquela que é sadia, segura, acessível, e de preço viável, que inclua serviços básicos, instalações e áreas de lazer, e que esteja livre de qualquer discriminação no que se refere à habitação ou à garantia de posse (FERNANDES, 2003).

O conceito de moradia digna também é definido pela liderança da União Nacional de Luta por Moradia Popular em Salvador como sendo “local onde os cidadãos de Salvador possam se abrigar, criar laços, com espaço e privacidade suficiente para criar filhos, se amar, e ser feliz” (citado em LOIOLA; MATTEDI, 2006).

Moradia digna precisa ser construída em terra urbanizada e titulada, com saneamento ambiental, e toda a infra-estrutura, com transporte público de qualidade, com trânsito seguro, com equipamentos urbanos de convivência, lazer e de cultura, em proximidade de escola, postos de saúde e trabalho, e com acesso para outras áreas da cidade (SAULO, CARDOSO, MENEZES, 2005).

A Fundação João Pinheiro³⁶ (FJP), pioneira no país a trabalhar com o déficit habitacional adota em seus estudos dois pressupostos para a questão.

O primeiro pressuposto considera que em uma sociedade profundamente hierarquizada e extremamente desigual como a brasileira não se deve padronizar as necessidades de moradias para todos os estratos de renda. O desafio enfrentado quando se trabalha com índices sociais numa realidade desse tipo é grande. A adoção da padronização no tratamento da questão pode facilitar a tomada de decisão do poder público, mas dificulta a busca de solução efetiva do problema, pois o problema da moradia, entendido dentro de uma perspectiva sociológica, reflete o dinamismo e a complexidade de uma determinada realidade socioeconômica. Assim as demandas habitacionais não são apenas

³⁶ Fundação João Pinheiro: instituição pública estadual vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais voltada para a realização de projetos de pesquisa aplicada, consultorias, desenvolvimento de recursos humanos e ações de apoio técnico ao Sistema Estadual de Planejamento. Atua nas áreas da administração pública e privada, avaliação de políticas públicas, economia, demografia, estudos históricos, culturais, municipais e político-sociais.

diferentes para os diversos setores sociais, mas também variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade.

O segundo pressuposto é de que a discussão do tema habitacional interage com outras questões recorrentes e complementares, e é inadequada uma abordagem setorial que busque reduzir a complexidade da moradia a um déficit habitacional. Frente a um contexto desse tipo, não é por acaso que, nas grandes metrópoles brasileiras os programas de regularização fundiária, vinculados a melhorias urbanas, têm sido um instrumento de política habitacional extremamente importante na luta de um grande contingente de moradores de favelas e de bairros clandestinos em busca da integração sócio-econômica.

A partir desses pressupostos, a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro para trabalhar com o déficit habitacional brasileiro adota dois segmentos distintos.

1. Déficit Habitacional: corresponde à noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas habitações para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente à carência de estoque e por sua vez pode ainda ser dividido em dois tipos:

1.1 Déficit por reposição do estoque que se refere às habitações sem condições de habitabilidade devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física. Essas habitações devem ser repostas no estoque, o que significa novas construções. Podem ser habitações rústicas acrescidas de uma parcela devida à depreciação das habitações existentes. Habitações rústicas são aquelas que não possuem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das suas condições de insalubridade. A depreciação de habitações está relacionada ao pressuposto de que há um limite estimado de 50 anos para a vida útil de uma construção a partir do qual são exigidos reparos em sua estrutura física, visando à conservação de sua habitabilidade.

1.2 Déficit por incremento de estoque contempla as habitações improvisadas e a coabitação familiar. O conceito de habitação improvisada engloba todos os locais construídos sem fins residenciais e que servem como moradia, o que indica claramente a carência de novas unidades habitacionais. A coabitação familiar compreende a soma das famílias que convivem junto com outra família em uma mesma habitação, e das que vivem em cômodos, exceto os cedidos por empregador.

2. Inadequação Habitacional: As habitações inadequadas são

aquelas que não proporcionam condições desejáveis de habitabilidade, o que não implica em necessidade de construção de novas unidades. Pelo conceito adotado, são passíveis de serem identificadas somente as localizadas em áreas urbanas. Não são contempladas as áreas rurais. Como inadequadas são classificados as habitações com carência de infra-estrutura, com adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza fundiária, em alto grau de depreciação, ou sem unidade sanitária exclusiva. São consideradas habitações carentes de infra-estrutura todos as que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica, e coleta de lixo. O adensamento excessivo ocorre quando a habitação apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem em caráter permanente de dormitório para os moradores da habitação. A inadequação fundiária refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores da habitação tem a propriedade da casa, mas não possui a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza. A inexistência de unidade sanitária exclusiva define a habitação que não dispõe de sanitário e banheiro. Os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos. Os resultados não podem ser somados, sob risco de haver múltipla contagem (a mesma habitação pode ser simultaneamente inadequada segundo vários critérios). Assim, a inadequação da habitação está intrinsecamente vinculada à qualidade de vida dos moradores e não está relacionada ao dimensionamento do estoque de habitações e sim a especificidades internas das mesmas. O cálculo de habitações inadequadas visa ao delineamento de políticas complementares à construção de habitações, voltadas para a melhoria das já existentes.

A organização internacional UN-HABITAT, mencionada no Capítulo 1, define o habitat humano (habitação) como o espaço onde o ser humano cresce e vive naturalmente, incluindo a área geográfica na qual a habitação se localiza, e como ela é ocupada.

Turner (1976), pesquisador do tema, por sua vez, argumenta que a moradia representa para os indivíduos aquilo que ela promove para estas pessoas e não aquilo que, sob o aspecto de produto material, ela representa. Argumenta também que, as necessidades dos indivíduos, nas questões de moradia, devem ser sempre enunciadas em termos de prioridades, e estas devem ser adaptadas ou ajustadas às três dimensões universais da moradia, a casa, a infra-estrutura, e a forma de uso e

ocupação da casa. O autor menciona ainda que, quanto mais centralizada for a gestão de um empreendimento de construção de moradia, mais frequentemente falsos aspectos serão colocados entre as prioridades do morar dos indivíduos e a casa que eles recebem, o que implica no acúmulo de falsos aspectos que fazem com que os usuários fiquem insatisfeitos. Para Turner, a importância de que cada indivíduo ou família possa estabelecer as suas prioridades na questão da morar, pode ser compreendido através da explicação de que, somente em um mundo sem limites de recursos e de justiça perfeita, poderia haver coincidência de valores humanos e materiais para todos os indivíduos, ou nas palavras do autor “as pessoas precisam estar aptas a escolher entre um bolo e o que elas podem comer”.

Handler (1970) explica o que pode ser entendido como desempenhos das dimensões ou o gerenciamento da operacionalidade da dimensão casa dentro do ambiente e contexto onde está inserida. Esse autor assegura que qualquer edificação precisa ter em harmonia o desempenho simbólico (o indivíduo e a leitura da estrutura física da casa como valor), o desempenho humano (o indivíduo e o efeito da casa na fisiologia humana), o desempenho ambiental (o indivíduo e o meio ambiente onde a casa está inserida), o desempenho técnico (o indivíduo e a segurança e a tecnologia da casa), e o desempenho econômico (o indivíduo e a relação custo e benefício da casa).

Handler (1970) argumenta que o projeto, a construção, o uso e manutenção, e o usuário, interagem como um todo, formando um sistema que, nas palavras do autor, fica mais confiante na subjetividade dos valores humanos. Para este autor, a concepção de desempenho na habitação vai além do que e de como os materiais e métodos são usados.

Oliveira (1994) acrescenta aos desempenhos de Handler (1970) o desempenho social da casa, ou a condição de facilitador ou não, que tem a casa e a moradia, de estabelecer relações do indivíduo com o ambiente social. Para este autor morar é um processo mais complexo que construir, pois para entender o fenômeno morar relativo à qualidade e satisfação do usuário, aspectos sociais do processo precisam ser examinados.

Diante do exposto, pode-se entender que o desempenho do ambiente construído nos seus aspectos ambiental, técnico, econômico, simbólico, humano e social, relativos à casa, e por extensão, à moradia, se constitui como suporte de identificação das necessidades e prioridades de cada indivíduo, e se constitui também como subsídio para o debate sobre o entendimento da sustentabilidade dos territórios.

Este trabalho de tese adota então, inicialmente, como conceito

referência para o termo moradia, os estudos de Turner, publicado na conferência das Organizações das Nações para Assentamentos Humanos, Habitat I, realizado no ano de 1976, na cidade de Vancouver, Canadá, que definiu as três necessidades universais do morar. O trabalho, ao adotar a proposição de que estas três dimensões relacionam o indivíduo à moradia, e esta ao território onde a mesma está inserida, entende que, através da relação morador-moradia-território, as prioridades do morar para cada indivíduo são estabelecidas, sendo importante que o próprio indivíduo possa fazer esta leitura e possa perceber os desempenhos associados às dimensões da sua moradia, não sendo por isso entendido ser possível de serem verificados e medidos esses desempenhos, de forma efetiva, sem a inserção da percepção do indivíduo no processo, a exemplo do que pode ocorrer com a avaliação pós-ocupacional, APO, onde são avaliados aspectos técnicos, econômicos, estéticos e comportamentais do ambiente construído e em uso, sem atentar para aspectos sociais, humanos e simbólicos que vinculam morador-moradia.

Acordando com a argumentação destes três autores, Turner, Handler e Oliveira, e acrescentando a percepção do morador como instrumento de verificação de desempenho da sua moradia, esse trabalho de tese persegue o objetivo de verificar o impacto da (des) integração das dimensões casa, infra-estrutura física e de serviço, forma de ocupação e uso, e mais a participação da Educação-Trabalho no processo de acesso a moradia.

2.2 Conceito de território

A palavra território, em latim, significa pedaço de terra apropriado, e tem seu significado jurídico associado a três idéias: limites materializados por fronteira, dominação ligada ao poder, dominação ligada ao próprio espaço.

Assim, a palavra território refere-se a uma área delimitada sob a posse de um indivíduo (ou grupo de indivíduos), ou de um animal, ou de uma organização ou instituição. O termo é empregado na política (referente a uma nação, por exemplo), na biologia (área de vivência de uma espécie animal, por exemplo), na psicologia (ações de animais ou indivíduos para a defesa do espaço, por exemplo), na geografia, na geopolítica (identificação de estados subordinados a um poder externo, por exemplo). Há vários sentidos figurados para a palavra território, mas todos compartilham a idéia de apropriação de uma parcela geográfica

por um indivíduo ou uma coletividade. A palavra território não é usada na construção civil, o que sinaliza um não-conhecimento do seu significado, ou um não-reconhecimento do mesmo, a despeito da construção civil atuar com e sobre o território.

Por território entende-se também um espaço físico e social, o que inclui aspectos antropológicos, culturais, e ambientais e cujos valores e especificidades são definidos de forma endógena, para depois ser reconhecidos pelo exterior (ROSA, [S.d.]).

Outra abordagem trata do caráter político do território, e da compreensão do conceito de espaço geográfico, entendendo-o como substrato, como palco pré-existente ao território, o que significa que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o ator “territorializa” o espaço. Nesse sentido, entende o território como sendo um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Assim, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço, e como produção, por causa de todas as relações que ela envolve, se inscreve no campo de poder (RAFFESTIN, 1993).

O conceito de território também se inicia na definição do espaço delimitado por e a partir de relações de poder, contudo considerando que, o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Prossegue na sua construção do conceito de território, e propõe o conceito de território autônomo como uma alternativa de desenvolvimento. A autonomia constituiria a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto-instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade, pois uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, sendo que o território contém a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo (SOUZA, 2001).

Outra análise da questão conceitua o território como associado à idéia de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, produção, comércio, transportes, e fiscalização oficial, sendo no território que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes. Já o espaço é mais amplo que o território, englobando também as áreas vazias que ainda não se territorializaram, isto é, que ainda não sofreram uma ocupação humana efetiva. Assim, o espaço é mais amplo que o território, englobando-o. É

uma área delimitada geograficamente e administrativamente pelas suas fronteiras. A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas (ANDRADE, 1995).

Caio Prado Júnior (1987) utiliza-se da vertente econômica para explicar as transformações ocorridas no espaço brasileiro. O território é sempre visto como porção territorial, palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade. Na obra mencionada, os ciclos econômicos e as transformações do território em razão da economia, são as vertentes predominantes na abordagem do autor.

A organização internacional UN-HABITAT, mencionada no Capítulo 1, define o habitat urbano (território) como a concentração de pessoas em uma cidade, o que inclui lugar e condições de vida que a cidade oferece.

Milton Santos³⁷ (1988), pesquisador da área de geografia, ao estudar a gestão do espaço físico, estabeleceu vinculação clara entre indivíduo e território, cidadão e cidade. Santos desenvolveu teorias que transformaram a geografia de um conhecimento estático e dissociado de contexto, em um conhecimento dinâmico e integrado a diversas outras áreas de conhecimento, tais como a educação, a antropologia, a economia, entre outras; e integrado também com diversos setores produtivos, a exemplo da construção civil. Santos (1988) argumenta que a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.

Santos (1985) coloca o tempo como base indispensável para o entendimento do espaço, pois a estrutura do espaço varia conforme os diferentes períodos históricos. Estabelece conceitos como fixos e fluxos, e explica que cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas e organizacionais; e cada tipo de fixo corresponde a uma

³⁷ No ano de 2008, a Universidade Federal da Bahia criou o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos (IHAC). Uma das funções do instituto é analisar o novo tipo de relação da universidade com a sociedade e colaborar para a reflexão sobre os rumos da sociedade da informação em uma economia globalizada, através da pesquisa e debate sobre a finalidade das profissões e como organizar o trabalho docente, a fim de garantir um aprendizado cognitivo profundo. O instituto tem também o propósito de trabalhar o exercício do ensino superior através do desenvolvimento de uma pedagogia específica para a docência universitária como elemento essencial de uma política energética de formação pessoal e ética.

tipologia de fluxos. Um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente.

Desta forma, para este autor, deve-se entender o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não permitem conhecimentos, se são vistos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. A totalidade que é buscada pela análise espacial, é impossível de ser completamente entendida, pois se os sistemas de objetos e ações são dinâmicos, o espaço reflete este dinamismo, e assim a análise espacial já não é mais ela mesma no momento seguinte.

Santos (1988) argumenta ainda que a formação do território é algo externo ao território pois a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. O autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica, pois a cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo.

Para Santos (1997) o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana. Mais adiante, continua avançando na construção do conceito de território e inclui mais um item para suas análises: conclui que o trabalho é um dos pontos fortes para a compreensão do território. Desta forma, o autor sugere aos pesquisadores do território que se adentrem no mundo do trabalho, para efetuar uma ampla compreensão do mesmo. Para este autor, urge um embate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território.

Este trabalho de tese adota o conceito de Milton Santos para a compreensão do território e assim como esse autor, entende o espaço como possuidor de elementos quantitativos e qualitativos. Assim, considerando que a moradia está inserida no território, o estudo da mesma exigiria, além de conhecimentos das ciências exatas (como a engenharia civil e arquitetura), os conhecimentos da gestão territorial (o

que inclui o urbanismo, a agrimensura, entre outras), o aporte das ciências humanas (como a antropologia, a história, a geografia, a educação, a psicologia, e das ciências sociais aplicadas como a economia, entre outras).

2.3 Conceito de sustentabilidade urbana

A UN-HABITAT define como cidade sustentável aquela onde as vantagens alcançadas com o desenvolvimento social, econômico e físico são duráveis, e aquela que possui uma oferta contínua de recursos naturais que servem de base para seu desenvolvimento. Para esta instituição, uma cidade é considerada sustentável, na medida em que, é capaz de evitar a degradação e manter a saúde de seu sistema ambiental, reduzir a desigualdade social, prover seus habitantes de um ambiente construído saudável, bem como construir pactos políticos e ações de cidadania que a permitam enfrentar desafios presentes e futuros.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu não só como noção fadada a produzir consenso, mas também como um enigma a ser criticado por sua vaguidão, imprecisão e caráter contraditório. De fato, o que mais se viu (e ainda se vê) desde a publicação do livro *Our Common Future*, o chamado Relatório Brundtland³⁸, de 1987, foi a busca por uma definição de desenvolvimento sustentável, o anseio pela resposta final sobre o que seja tal noção a que quase ninguém parece se opor. No entanto, parece que, a força do conceito esteve inicialmente em sua vaguidão e imprecisão [...]. E o conceito de desenvolvimento sustentável parece também estar longe de estabelecer um campo “neutro” de disputa política. Não parece difícil estabelecer que, a problemática ambiental sempre estivesse atrelada ao “desenvolvimento” e que este fosse frequentemente definido como “crescimento econômico”. Esta trivialidade, entretanto, pode apontar caminhos interessantes para a investigação sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, se for observado que, o Programa Ambiental da ONU (UNEP) começou promovendo uma Conferência sobre Meio Ambiente

³⁸ Relatório Brundtland: sustentabilidade pode ser definida como suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas. No entanto, a noção de sustentabilidade já começava a surgir anos antes de 1987, no Clube de Roma, no relatório intitulado Limites do Crescimento em 1972. Empregando modelos matemáticos, o relatório concluiu que o Planeta Terra não teria como suportar o crescimento populacional, com a conseqüente escassez dos recursos naturais e o aumento da poluição, mesmo considerando o avanço das tecnologias.

Humano, em Estocolmo em 1972, e que dez anos depois uma sessão especial do próprio UNEP decidiu criar uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (a chamada Comissão Brundtland) e que, em 1992, o nome da conferência já era “sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” (Rio-92). A tarefa, portanto, parece ser a deslindar as configurações que foi assumindo a palavra “desenvolvimento” neste processo, para que seja possível circunscrever o adjetivo “sustentável” (NOBRE, 2002).

Neste sentido, o conceito de “ecodesenvolvimento” trata de estabelecer que, o bem-estar aumenta quando melhora o padrão de vida de um ou mais indivíduos sem que decaia o padrão de vida de outro indivíduo e sem que diminua o estoque de capital natural³⁹ ou o produzido pelo homem. Mas se existem pontos de vista normativos que devem necessariamente ser levados em conta na elaboração científica, e se a noção de desenvolvimento sustentável permite fazer esta operação de maneira mais ampla, qual seria então a diferença entre ciência e ideologia? Se o diagnóstico indica que o fosso se põe entre “ciência” e moralidade/eticidade”, aterrar o fosso significa destruir os pólos do problema [...]. Pode-se ainda perceber, segundo Constanza et al (1997), que “um consenso amplo, abrangente, está se formando em torno da meta da sustentabilidade. Mas o movimento em direção a esta meta está sendo impedido não tanto por falta de conhecimento, ou mesmo por falta de vontade política, mas antes pela falta de visão coerente, relativamente detalhada, e partilhada do que possa ser realmente uma sociedade sustentável...desenvolver esta visão partilhada é um pré-requisito essencial para gerar qualquer movimento em direção a ela” (NOBRE, 2002).

Embora os diversos conceitos de sustentabilidade tenham o mérito de chamar a atenção para o problema da depreciação dos ativos ambientais, pode-se perceber que estimativas empíricas baseadas na valoração monetária do capital natural são enganosas. Vários autores consideram mais adequado definir claramente restrições biofísicas para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento, e insistem na necessidade de assegurar por outros mecanismos, que não apenas os de mercado, a proteção e a renovação dos ativos ambientais. Assim, a “abordagem termodinâmica”, na qual vários autores representam uma

³⁹ Capital Natural: ativos ambientais, ou a própria natureza em si, são tratados como guardando uma considerável similaridade com as formas manufaturadas ou artificiais de capital. O conceito não é novo, Irving Fischer em 1904 utilizou recursos naturais como lagos e rios para ilustrar os conceitos de estoque e fluxo de capital físico

importante tentativa de incorporar as leis da física à economia, parece ser a que tem dedicado maior atenção sistemática à questão (AMAZONAS, 2002).

A noção de sustentabilidade urbana está centrada na reconstituição da legitimidade das políticas urbanas, que combina modelos de eficiência e equidade e remete a sustentabilidade à construção de pactos políticos capazes de reproduzir suas próprias condições de legitimidade e assim dar sustentação a políticas urbanas que possam adaptar a oferta de serviços urbanos às demandas qualitativas e quantitativas da população (ACSERALD, 1999 citado em BRAGA, 2004).

Para ser considerada sustentável, não é suficiente que a cidade confira condições ambientais equilibradas a seus habitantes, mas que o faça mantendo baixos níveis de externalidades negativas sobre outras regiões (próximas ou distantes) e sobre o futuro. Isso implica atentar não apenas para a escala local, ou intra-urbana, da sustentabilidade, mas também levar em consideração as escalas regional, constituída pela cidade e suas relações com o entorno, e global, constituída pelos impactos da mesma sobre questões globais como efeito estufa e por questões relativas aos impactos agregados da rede mundial de grandes cidades sobre o planeta (McGRANAHAN; SATTERTHWAITE, 2002, MILLER; SMALL, 2003 citados em BRAGA, 2004).

Os estudos sobre a sustentabilidade encontram o desafio freqüente de lidar com a incerteza e a carência de informações sistematizadas, e grande parte das decisões tomadas por órgãos públicos na área ambiental se dão a partir de informações imprecisas e certezas fragilmente construídas. Portanto, um grande desafio da sustentabilidade é criar instrumentos de mensuração capazes de guiar e subsidiar a tomada de decisão em políticas públicas (BRAGA, 2004).

Os autores acima registram a construção de um índice de sustentabilidade urbana baseado em indicadores ambientais e indicadores de sustentabilidade, seguindo três vertentes principais. A primeira delas, a vertente biocêntrica, consiste principalmente na busca por indicadores biológicos, físico-químicos ou energéticos de equilíbrio ecológico de ecossistemas. Em geral, suas avaliações incidem sobre o curto/médio prazo e se defrontam com dificuldades metodológicas referentes à concepção conceitual, à definição de variáveis e à obtenção e tratamento dos dados. Uma dificuldade diz respeito aos diferentes conceitos e concepções sobre o que seja sustentabilidade e qualidade ambiental, o que torna obscuro o processo de escolha das variáveis a serem utilizadas na mensuração. A segunda, a vertente econômica,

consiste em avaliações monetárias do capital natural e do uso de recursos naturais. A terceira vertente busca construir índices síntese de sustentabilidade e qualidade ambiental que combinem aspectos do ecossistema natural a aspectos do sistema econômico e da qualidade de vida humana, sendo que, em alguns casos, também são levados em consideração aspectos dos sistemas político, cultural e institucional (BRAGA, 2004). O texto registrado apresenta uma metodologia de construção de índice de sustentabilidade urbana, e embora a conclusão do referido trabalho aponte para esta empreitada com sucesso, os autores mencionam nas suas considerações finais que, a avaliação dos indicadores está suportada por uma metodologia de padronização, sendo baseada nos critérios de relevância, aderência local, adequação dos dados, e inspirada na metodologia utilizada em ESI⁴⁰ do ano 2002. Menciona também que, ambas as metodologias de padronização de variáveis adotadas na construção do índice de sustentabilidade urbana, implicam em que os resultados obtidos são comparáveis apenas entre os municípios que participaram do teste, não sendo possível extrair comparações para outros municípios/regiões. Recomenda ainda uma metodologia distinta de padronização, que utilize valores referência teóricos, ou máximos e mínimos, nacionais e/ou estaduais, como forma de permitir uma maior amplitude do poder de comparação oferecido pelos índices, e registra que, dado o pequeno número de municípios incluídos nos testes, a padronização por *z-score*, ao forçar a normalização dos valores, mostrou-se pouco adequada.

A noção de desenvolvimento sustentável também pode estar contribuindo para os interesses de maior protagonismo por parte das cidades já que, as cidades, como forma de responder às inquietações de seus habitantes quanto aos problemas ambientais, passam a buscar ter voz ativa em políticas tradicionais dos governos centrais. Sobre isso, Emelianoff afirma que o desenvolvimento urbano sustentável não é “dissociável do alargamento dos poderes urbanos”. Os inegáveis benefícios de tal situação podem ser contrabalançados pelo acirramento da competitividade entre as cidades, processo do qual o protagonismo urbano faz parte. Por outro lado, há o risco de que o discurso da sustentabilidade não produza alterações substantivas, podendo o mesmo, como afirma Emelianoff, “ser reduzido por certas coletividades locais a

⁴⁰ ESI: Environmental Sustainability Index desenvolvido pelas universidades de Columbia e Yale, para 142 países, e com o apoio do World Economic Forum, é uma exceção na concepção de metodologias de indicadores, pois incorpora indicadores que traduzem a capacidade política/institucional de resposta a mudanças na condição de sustentabilidade no médio/longo prazo.

um simples marketing destinado a valorizar suas vantagens territoriais, a aumentar sua atratividade e seu poder”. Acselrad lembra que uma das vertentes da busca da sustentabilidade urbana estaria associada a estratégias do modelo de cidade-empresa, cidade competitiva, sendo a sustentabilidade de uma cidade um dos atributos para a atração de investimentos no contexto da competição global. O autor salienta, ainda, um outro aspecto da aplicação do conceito de “cidades sustentáveis”, o de buscar “reconstruir a unidade das cidades, sua coesão social e sua governabilidade política” num contexto de desmonte do Estado, de reforço das instâncias privadas e de fragmentação do tecido social, ou seja, “promover uma conexão gestonária do que é, antes de tudo, fratura política”. Para o autor, tal fratura é proveniente de conflitos que “refletem as contradições deste novo modo de regulação das cidades em gestação, ou deste modo de inserção das cidades em uma regulação que é própria ao capitalismo em sua fase flexível”. Brand também aborda o tema do urbanismo ambiental como tentativa de promoção da segurança ontológica e do controle, tão ausentes na pós-modernidade: “É possível argüir que o ambientalismo urbano procura tornar a natureza transparente e visível, numa resposta exorcizante aos medos não só da destruição ecológica, mas também de uma ordem social instável”. A incapacidade de regular os espaços urbanos seria um obstáculo à construção da sustentabilidade, pois “tudo que diz respeito ao ordenamento espacial regulamentar da cidade, inclusive suas dimensões ecológicas, se esvai em ausência de forças de coordenação, que são eventualmente substituídas pela auto organização da “governança corporativa”, da parceria privado-privado, ou seja, em parte crescente, pelos próprios capitais em competição (MAGALHÃES, 2006).

E vinculando a sustentabilidade urbana à ação do profissional especializado para a questão, pode-se analisar o contexto em que se dá a ação dos urbanistas. A sensação de insegurança presente na pós-modernidade alcançou os mais diversos meandros da vida privada. A noção de risco tornou-se parte de diversos aspectos do dia a dia das pessoas, fazendo-as co-responsáveis pelos efeitos de suas ações. Segundo Brand isto se dá com: riscos do consumo de energia em relação às mudanças climáticas, poluição para a saúde, desenvolvimento para a biodiversidade, sistemas de transportes para os acidentes, tecnologias de construção para o bem-estar psicológico; modelos dos assentamentos para a comunidade, disposições das edificações para o crime e a segurança, e assim por diante. Num tal contexto sócio-espacial pós-moderno, o autor considera que o meio ambiente “tornou-se o meio patológico de transmissão de um mal estar social generalizado” e que “o

planejamento tornou-se preocupado com a limitação de danos – uma arena na qual os medos da sociedade, mais do que as esperanças, estão sendo jogados”. Contrariamente ao passado modernista, o planejamento passaria a ser exercido num ambiente de enorme incerteza. Ele não teria mais como definir o que seja uma organização saudável do espaço ambiental: “ele agora apenas pode responder a uma confusão de conhecimentos especializados contraditórios, conflitantes grupos de interesse e uma plethora de valorações de estilos de vida. [...] o planejamento é compelido a adotar o papel de mediação de conflitos”. É o que também aponta Campbell que sugere que o planejador tenha o “desenvolvimento sustentável holístico” como um objetivo de longo prazo, enquanto no curto prazo busque soluções do tipo win-win dos conflitos enraizados entre interesses econômicos, sociais e ambientais, através de um multilinguismo regulatório, ou seja, estabelecendo pontes entre linguagens distintas. Ao planejamento, assim esvaziado de sua capacidade propositiva, restaria a função de reagir a situações criadas por conflitos de interesses, buscando a melhor acomodação possível dos mesmos (MAGALHÃES, 2006).

No entanto, o fato é que, a sociedade já se encontra majoritariamente instalada em cidades, e as questões socioambientais têm e terão cada vez mais um papel predominante na determinação das políticas públicas no meio ambiente urbano. Trata-se de assegurar condições dignas de vida urbana a todos, buscando um equilíbrio social e ambiental do planeta. Não se trata de abandonar os modelos clássicos de regulação do mercado ou de intervenção direta na construção dos equipamentos e na prestação de serviços públicos. Mas há a necessidade de democratização nas escolhas prioritárias de cada sociedade. Essas escolhas fundamentarão as ações e os programas governamentais, ou seja, as políticas públicas. Ao lado da ação governamental são as parcerias entre o setor público e o setor privado que devem auxiliar no processo de gestão sustentável do meio ambiente urbano (SILVA, [S.d.]).

Geralmente, o termo sustentabilidade urbana remete a problemas ambientais, e a maioria das pesquisas no tema assim procede. O interesse das pesquisas no tema sustentabilidade urbana é resultado do estágio de conhecimento científico sobre os problemas ambientais no planeta Terra. Os países mais desenvolvidos, e em especial aqueles nos quais, os problemas sociais “já foram equacionaram” há algumas décadas, passaram a investir no estudo dos problemas ambientais desde então. Ocorre que, problemas ambientais e problemas sociais, a exemplo da moradia, da saúde, da segurança, são resultados da promoção de

algum desequilíbrio na capacidade de auto-gestão dos territórios. Este trabalho de tese adota o conceito apresentado no Relatório Brundtland, que apresenta o tema sob a forma do tripé sociedade-ambiente-economia, e foca o vértice sociedade. Assim, compreende a sustentabilidade urbana como a capacidade de auto-gestão permanente das cidades e/ou territórios, e considerando que a cidade é a representação territorial de seus cidadãos ou indivíduos, esta capacidade precisa estar instalada em cada indivíduo inserido no território. Neste sentido, este trabalho de tese entende que, antes do investimento em pesquisas que visem a estabelecer indicadores de sustentabilidade, criar instrumentos de mensuração do nível de sustentabilidade das cidades, monitorar dados referentes ao tema, como insiste a bibliografia sobre o tema, mais importante é o investimento na compreensão do conceito de sustentabilidade urbana, para em momento seguinte poderem ser estudados os fatores que a promovem, respeitando as especificidades de cada território, através dos processos de auto-gestão e de permanente construção e evolução, instalados nos territórios e nos indivíduos. Para este trabalho de tese, pesquisar e entender como ocorre a integração do indivíduo com o território (e a moradia) onde o mesmo está inserido, através da educação e do trabalho, pode vir a ser um caminho para a compreensão do conceito de sustentabilidade urbana, e da mesma forma, para potencializar as condições favoráveis e amenizar as condições desfavoráveis de cada território, vinculadas à questão.

2.4 Vinculação conceitual: morador – moradia – território – sustentabilidade urbana

Os conceitos expostos nos três itens anteriores explicitam com clareza a existência de vinculação entre Morador – Moradia – Território – Sustentabilidade Urbana. Considerando que, esta vinculação conceitual não é praticada na pesquisa científica e no desenho de programas oficiais referentes ao tema habitação de interesse social até o presente momento, e considerando também que, o desempenho do ambiente construído está sendo tratado neste trabalho como mediador das relações estabelecidas pela vinculação dos conceitos acima expostos, a constatação da desvinculação dos conceitos pode ser acrescentada à justificativa para os argumentos expostos no item Problemática no Capítulo 1, e implica na conclusão que, no tema HIS:

- Quem oferta o produto (construção civil) não tem clareza sobre

os desempenhos do ambiente construído ofertado.

- Quem demanda (usuário/morador) não tem clareza sobre os desempenhos do ambiente construído demandado.

A partir da conclusão acima, o objetivo proposto neste trabalho será abordado e equacionado através da vinculação conceitual explicitada, e focado no usuário/morador/demandante.

2.5 O morador e a educação-trabalho

O entendimento de um problema social impõe a necessidade de ser buscada uma compreensão do território onde o problema está instalado. As ciências exatas e as engenharias geralmente trabalham em laboratórios, onde as condições em que se realizam os experimentos são previamente estabelecidas. A relação morador-moradia se realiza dentro dos territórios cujas condições não podem ser estabelecidas e fixadas com rigor, e muito menos controladas. Esta constatação implica na necessidade de serem buscados outros conhecimentos para que esta relação seja compreendida.

Além disso, a falta de uma perfeita caracterização do conceito de morar no âmbito da ciência se configura como um dificultador para o estudo do tema e dificulta a observação da própria questão e suas causas. Consequentemente, seu estudo e análise também ficam comprometidos a menos que se desenvolvam percepções, conceitos, e plataformas operacionais para a busca do entendimento da questão.

O acesso à moradia, sob o entendimento da construção civil, é tratado de forma multidisciplinar, ou seja, o objeto de estudo em questão pode ser compreendido como o somatório de conteúdos de disciplinas relacionadas às fases da construção (materiais, projeto, planejamento, execução, manutenção, demolição), que juntas, resultam no objeto habitação, por exemplo. A articulação, da construção civil com a gestão territorial, confere ao objeto de estudo em questão, um tratamento interdisciplinar, através da articulação de seus conteúdos com disciplinas vinculadas a agrimensura, geografia, economia, direito, urbanismo, que juntas resultam em um determinado conhecimento, ou um instrumento, a exemplo do Estatuto da Cidade, que trata de habitação de interesse social. Este trabalho compreende o objeto de estudo, o acesso à moradia HIS, como passível de ser analisado por mais de uma percepção, ou admite o reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade de percepção para este objeto, ou “enxerga além dos conteúdos de disciplinas”, como “através da moradia ver o

morador”, ou “através do morador ver a moradia”, o que significa ampliar as possibilidades de serem buscadas soluções mais efetivas para o problema que envolve o objeto de estudo.

Centros urbanos de grande porte como a cidade de Salvador, onde a maior parte de sua população mora em habitações inadequadas (considerando aqui o conceito de inadequação da FJP), e onde há décadas já existe clareza por parte do poder público que, a situação da questão da moradia das populações de baixa renda, deixou de ser circunstancial, e passou a ser entendida como estrutural (GORDILHO, 2000), requerem um tratamento para esta questão que vai além da implantação das três dimensões de Turner, na medida em que, nesta cidade e em quase todas as outras grandes cidades brasileiras, o maior problema não está configurado como carência de habitações (embora haja também a carência), mas de inadequação de habitações. Além disso, os recursos para novas moradias serem construídas não são abundantes, e principalmente, não há mais terra disponível, “e mesmo que houvesse terra”, para além do lote da moradia, está a necessidade de adequação da moradia às necessidades e prioridades de cada morador.

O problema do acesso à moradia HIS, embora equacionado pela multidisciplinaridade da construção civil, e pela interdisciplinaridade da gestão territorial, não demonstra encontrar solução. Nestas circunstâncias, convém haver uma releitura dos dados do problema e da forma adotada de equacionamento de solução.

Nas últimas décadas, a casa, a infra-estrutura física e de serviços e a forma de ocupação, já demonstraram que, mesmo juntas, não se configuram como modelo de solução efetiva para a questão da moradia dos indivíduos de baixa renda, como pode ser observado empiricamente em Salvador e em outras cidades brasileiras e de outros países, o que se constitui evidência do problema (e não pressuposto).

Os indivíduos de baixa renda, diferentemente de indivíduos oriundos de camadas sociais de renda média e alta (que têm acesso à formação e à informação, que os conduzem espontaneamente, ou mais explicitamente, são conduzidos pela família, à educação e ao trabalho), são destituídos de meios próprios que lhes dêem acesso. Essa condição de impossibilidade de construir o seu próprio caminho lhes inviabiliza o caminho de inserção e adaptação ao ambiente, o que envolve o acesso à moradia, colocando e mantendo indefinidamente os indivíduos de baixa renda como dependentes de políticas públicas assistencialistas (a exemplo de oferta de cesta básica, vale gás, vale transporte), em programas que padronizam de forma excessiva as necessidades dos indivíduos, sem atentar para prioridades.

Políticas, programas e projetos oficiais têm registro de que, mesmo tendo sua moradia contemplada com as três dimensões de Turner, os indivíduos muitas vezes abandonam a casa e se instalam no entorno das fontes de postos de trabalho, numa manifestação da hierarquia entre necessidades, demonstrando que, possivelmente, para os indivíduos de baixa renda (e possivelmente para qualquer indivíduo), educação e trabalho mobilizam mais do que a casa.

Considerando a moradia como necessidade básica do indivíduo, cada uma das três dimensões estudadas e adotadas por Turner assume parte do suprimento dessa necessidade. A casa atende à necessidade de abrigo. A infra-estrutura física e de serviços atende à necessidade do indivíduo interagir com o meio. A forma de ocupação atende a necessidade de legalidade ou pertencimento do indivíduo. A dimensão educação-trabalho, de natureza diversa das três dimensões já consagradas, e inserida neste trabalho de pesquisa se constituiria como a necessidade inata⁴¹ do indivíduo para se auto-capacitar e se auto-gerenciar, e desta forma, melhor se inserir no território. Uma necessidade inata⁴² antecede uma necessidade básica⁴³.

Este trabalho, ao propor a educação-trabalho como dimensão da moradia, entende que a educação assume a função de viabilizador da percepção do indivíduo/morador relativa ao território/moradia; e o trabalho assume a função de mediador no processo de integração do indivíduo com o território. A ausência da implantação da dimensão educação-trabalho nos programas de habitação de interesse social pode esclarecer a baixa efetividade nas soluções adotadas nos programas. Além disso, na questão do acesso à moradia HIS, objeto de estudo deste trabalho, a prática de pesquisa que quantifica universos, experimentos e resultados, não esclarece sobre a qualidade dos universos, o que significa que, a pesquisa científica, em última análise, e nesta questão, lida com universos desqualificados, sem caracterização, o que também pode explicar a baixa efetividade das soluções encontradas nas pesquisas da área de estudo.

⁴¹ Paulo Freire na sua pedagogia da autonomia explicita que, todo indivíduo possui a habilidade natural de aprender, com o meio e consigo próprio, daí decorrendo a habilidade adquirida, para alguns, de ensinar. Tanto o meio, quanto o próprio indivíduo, pode desenvolver ou atrofiar a habilidade natural de aprender do indivíduo. A necessidade inata de aprender com o meio e consigo próprio se manifesta através da habilidade natural em aprender.

⁴² Inata: que nasce com o indivíduo.

⁴³ Necessidade Básica: vinculada à teoria de Maslow sobre a hierarquização das cinco necessidades básicas do indivíduo. (1) necessidade fisiológica + (2) necessidade de segurança + (3) necessidade de aceitação + (4) necessidade de estima + (5) necessidade de auto-realização.

A comunidade de Engomadeira que representa a operacionalização do conceito de moradia proposto neste trabalho, embora de forma empírica e não planejada, possui evidências que demonstram que os desempenhos do ambiente construído pesquisados atendem de forma satisfatória às prioridades dos moradores, na medida em que, a moradia representa também para essa comunidade, acesso à educação e trabalho. A comunidade MSTs que representa o conceito referenciado de Turner, na medida em que a expectativa do movimento é assim registrada, possui evidências que demonstram que não há clareza quanto à percepção dos desempenhos da moradia pretendida e de suas prioridades, o que não lhe diminui a importância de organização, mas mantém seus integrantes reféns de condução externa e desintegração das suas prioridades de morar.

2.6 Moradia: aspectos técnicos e econômicos

Materiais, mão-de-obra e equipamentos, considerados como insumos que têm atuação direta no processo de construir, e aliados às tecnologias de produção⁴⁴ e às tecnologias de gestão⁴⁵, se configuram como fatores de produção na construção civil passíveis de fomento, pesquisa e desenvolvimento, seja pela iniciativa privada, seja pela iniciativa do poder público. Esses fatores de produção, pelo motivo acima expresso, historicamente têm sido contemplados com o interesse em pesquisa e desenvolvimento da área de estudo construção civil. Esses fatores de produção não são objetos de estudo e análise neste trabalho de tese.

2.7 Moradia: aspectos ambientais e legais

A terra ou lote, por ser não passível de fomento, crescimento, e multiplicação, se configura como o fator de produção gargalo na construção civil, o que lhe impõe a necessidade de gestão em condição

⁴⁴ Tecnologia de Produção na construção civil: vinculada às fases do processo de construir: planejamento, projeto, execução, uso e manutenção, demolição. Vinculada aos fatores da produção na construção civil (materiais, mão-de-obra, equipamentos/ferramentas, lote, recursos financeiros, e tecnologias).

⁴⁵ Tecnologia de Gestão na construção civil: vinculada à sincronia entre insumos, atividades, infra-estrutura para o trabalho, e referências necessárias para adicionar valores para o ser humano.

de prioridade na articulação da construção civil com a gestão territorial. Esse fator de produção, embora não seja objeto de estudo, é objeto de análise neste trabalho de tese, pelo motivo acima expresso e por se constituir como o atual ponto de debate acadêmico vinculado ao tema HIS.

Historicamente, no Brasil, a construção civil priorizou questões de tecnologia de materiais⁴⁶ e de processo⁴⁷, seja no ambiente empresarial, seja no ambiente da pesquisa acadêmica. Somente nos últimos trinta anos, e devido ao avanço do conhecimento nas questões ambientais e na legislação de direito do consumidor, aspectos que geraram impacto direto na indústria da construção civil, a tecnologia da gestão de processos⁴⁸ passou a merecer atenção, e em especial, a gestão do acesso e do uso da terra.

As questões de acesso a terra, conduzidas por caminhos nem sempre democráticos, públicos (e muito menos científicos) conforme explicitado no Capítulo 1, a partir de então, passaram a inquietar o poder oficial, o ambiente empresarial, e mesmo a academia, como forma de se buscar soluções para os graves problemas gerados pela intensificação da urbanização em quase todas as cidades brasileiras e de outros países.

A importância estratégica de certos recursos, a exemplo do solo, tem levado os países a estabelecer provisões desses recursos em seus instrumentos legais, e em suas constituições, com a finalidade de assegurar que esses recursos sejam usados em benefício da sociedade em seu conjunto. Também são acionadas medidas para evitar práticas de monopólio e enriquecimento sem causa justa, e para evitar que seja reduzido o acesso de satisfações básicas da população, com o enriquecimento de uns e empobrecimento de outros. Assim, o interesse coletivo sobre o acesso ao solo se consagra como superior ao interesse privado na legislação da maioria dos países do mundo. Esse postulado reconhece que, devido à importância do recurso solo, o mesmo não pode ser deixado para ser organizado de acordo com os interesses privados, sob pena de se dar um resultado indesejado para a sociedade de uma cidade (SCHECHINGER, 2005).

A definição de interesse público em matéria de solo urbano não é

⁴⁶ Tecnologia de Materiais na construção civil: extração de materiais naturais, fabricação de materiais e componentes, componentização, logística externa (distribuição) e logística interna (canteiro de obras).

⁴⁷ Tecnologia de Processo na construção civil: o mesmo que Tecnologia de Produção na construção civil.

⁴⁸ Tecnologia de Gestão de Processo na construção civil: o mesmo que Tecnologia de Gestão de Produção na construção civil.

única, nem é unidimensional, e cada país tem a sua definição, sem poder, contudo, deixar de integrar na definição, componentes que assegurem que a cidade seja produtiva, equitativa, favoreça a convivência e seja integrada ao meio natural. O mercado livre do solo pode contribuir para que seus usos tornem a cidade produtiva, mas sem deixar de fora os usos sociais, públicos e ecológicos. Então, o objetivo da regulação legal do solo é assegurar a oferta de solo para a habitação de interesse social, espaço público como praças, escolas, centros de convivência, recreação, e proteger as áreas que cumprem uma função ecológica. Existem muitos diferentes e instrumentos no corpo legislativo de vários países. Alguns são aplicados com firmeza, outros com muita timidez, o que contribui negativamente para a regulação do acesso ao solo, embora quase todos os países possuam instrumentos importantes na legislação para tal (SCHECHINGER, 2005).

Na questão da legislação e regulação do acesso e uso do solo, uma primeira iniciativa de trato no tema no Brasil, o Estatuto da Terra, de 1964, consolidou-se como instrumento vinculado ao acesso à terra rural, e relacionou a reforma agrária a uma melhor distribuição de terra e a justiça social, sendo dever do poder público a promoção e a criação de condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra. Da mesma forma, o Estatuto da Cidade, de 2001, instrumento vinculado ao acesso à terra urbana, e referência do tema para diversos países em estágio de desenvolvimento social mais avançado que o brasileiro, inovou ao restringir e regular o direito sobre o solo urbano, subordinando o direito de propriedade e o direito de construir ao bem coletivo e ao interesse social.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/01, vinculou a política urbana à Constituição Brasileira de 1988 através dos capítulos 182 e 183, e instituiu um novo modelo institucional para regular a política urbana a ser feita pela União, Estados e Municípios. A lei apresenta inovações em relação às práticas institucionais tradicionais do planejamento urbano, trazendo uma renovação de princípios e diretrizes que orientam as práticas e políticas territoriais, o detalhamento do conceito de função social da propriedade e cidade, a regulamentação de instrumentos urbanísticos e jurídicos que trabalham em várias direções, no sentido de induzir e pressionar a ocupação de áreas consideradas subutilizadas e facilitar os processos de regularização da terra e da moradia, promover a gestão democrática do território, o que inclui a gestão participativa.

O Estatuto da Cidade ao estabelecer e regular a função social do solo urbano, efetiva a moradia como um direito básico da população e

de cada indivíduo, e viabiliza o exercício desse direito através de instrumentos que, necessariamente precisam estar vinculados a políticas públicas de moradia para as populações de baixa renda, a exemplo dos planos diretores. O direito à moradia, enquanto instrumento, está previsto na Constituição Federal de 1988, explicitado na Emenda Constitucional N. 26, de 2000, no artigo 6, no qual “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, e no Estatuto da Cidade.

O solo, fator da produção imprescindível para o acesso à moradia, e representado pelo lote ou terreno na construção civil, além de escasso, pois não pode ser multiplicado, sempre teve seu acesso e valorização, mediado por políticas públicas, que nem sempre exercitavam e ou respeitavam o direito da coletividade e a democracia. O acesso ao solo para a construção de habitação de interesse social, direito reconhecido nos últimos anos através da legislação brasileira, encontra, todavia, na sua operacionalidade, circunstâncias não contempladas na lei.

Nas áreas onde a população já está assentada, ou seja, áreas urbanas que geraram invasões para fins de moradia, ou mesmo nos assentamento de habitações de interesse social, os programas de regularização do solo que são de natureza curativa têm custo de oportunidade mais alto quando comparados com aqueles que proporcionam a terra urbanizada às populações de maneira mais preventiva. Esta constatação sugere uma limitação dos programas curativos a favor dos preventivos. No entanto, se faz relevante mencionar que o tempo necessário para que seja desenvolvido um projeto de assentamento com base na regularização do solo pode levar de três a cinco anos, enquanto a regularização de assentamento informal pode ser feita em menos de seis meses. Desta forma, as políticas de regularização desenvolvidas em alguns países podem estar contribuindo para agravar o problema que buscam remediar. Em outras palavras, o enfoque curativo praticado por essas políticas, pode, ao contrário, provocar efeitos perversos e contraproducentes na questão de acesso ao solo urbano (SMOLKA, 2003).

A informalidade das invasões de terra para fins de moradia é custosa e exacerba as penúrias de viver na pobreza. O diagnóstico de agências como Habitat, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outras, parecem estar correto respeitando os programas de melhoramento como parte essencial de qualquer política para enfrentar a pobreza urbana. No entanto, devido ao enfoque fragmentado e limitado desses programas, não existe nenhuma garantia

de que a regularização dos assentamentos contribua para a redução da pobreza urbana. O efeito observado é que esses programas “refazem a regra do jogo” do mercado, e contribuem assim para a manutenção da informalidade, sendo que geralmente provocam efeitos perversos sobre a questão. Esta situação provoca um dilema e um desafio. O dilema é que, não regularizar, não é uma opção política, nem social, nem humana. O desafio é como interromper o ciclo vicioso de pobreza e informalidade através da intervenção no mercado de terras. Essa é uma grande tarefa (SMOLKA, 2003).

No Brasil, de uma forma geral, o processo de valorização da terra acontece através da conversão do solo rural em solo urbano, quando a terra deixa de ser comercializada por hectare e ganha um preço por metro quadrado, processo este acentuado com a aceleração e intensificação da urbanização. A quantificação da valorização de um território cuja categoria foi alterada, não é prática político-territorial disseminada. Por outro lado, a propriedade de um terreno não garante o direito automático e irrestrito a seus proprietários, seja para edificar seja para urbanizar, conforme demonstrado por diversos instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade (SANTORO; CYMBALISTA, 2006).

No Brasil, redistribuição da terra e justiça social é uma idéia concebida e implantada em termos políticos não a partir de políticas territoriais re-distributivas, ou seja, não a partir de políticas que redistribuam no território as mais valias do solo, que promovam a mistura de estratos sociais, renda familiar e usos no mesmo perímetro. Nos municípios brasileiros, a redistribuição territorial ocorre principalmente a partir de políticas econômicas que geram emprego, renda para a população, o que significa que, de forma geral, políticas de arrecadação para o município, através de impostos sobre atividades econômicas têm maior importância sobre políticas que visam apenas redistribuição do território (SANTORO, 2005).

O dinamismo econômico e a geração de emprego informam mais claramente à população que estão sendo realizadas políticas com viés redistributivo de solo, além de possibilitarem a construção de sustentação política, aspecto que não é reconhecido através das políticas de recuperação de mais-valia de solo, freqüentemente vistas com restrições pela população, entendidas de forma preconceituosa como um novo tributo, a exemplo da regularização fundiária que estabelece o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Nesse caminho a lógica política é aplicação de tributos sobre as atividades econômicas para gerar política territorial, o que pode incluir instrumentos como isenção de IPTU, construção de obras viárias significativas para o fluxo econômico,

estabelecimento de cobrança de pedágios, entre outros. No entanto, as experiências que visam exclusivamente, a arrecadação fiscal isolada de uma política territorial mais ampla, podem vir a ampliar as oportunidades para o mercado imobiliário sem uma contrapartida redistributiva de solo, e ao contrário, muitas vezes aumentam as disparidades entre as partes ricas e pobres das cidades brasileiras. Esse tipo de prática não é apenas injusta do ponto de vista social, mas ilegal dentro do marco regulatório da política urbana expressos pela Constituição e pelo Estatuto da Cidade (SANTORO; CYMBALISTA, 2006).

No entanto, apesar das dificuldades na interpretação da legislação e das circunstâncias onde ela se enquadra, as resistências à implementação de políticas de recuperação de mais-valias fundiárias estão inegavelmente despertando mais interesse e sendo objeto de maior aceitação na América Latina. Esforços para a aplicação dessas políticas estão sendo ampliados tanto em quantidade como em criatividade. Outras virtudes, além do seu reconhecimento como fonte alternativa de recursos públicos, vêm sendo melhores percebidas e incorporadas ao planejamento urbano. As administrações públicas locais vêm se dando conta do “valor de mercado” de sua prerrogativa de controlar direitos de uso e ocupação do solo, assim como de definir a localização e o timing das obras públicas. Percebem, também, que a transparência na negociação de índices urbanísticos reduz a margem ou os graus de liberdade das transações antes realizadas “por baixo da mesa”. Na medida em que o elo entre a intervenção pública e a valorização fundiária está se tornando mais visível, as atitudes em relação ao destino das mais-valias fundiárias estão mudando, o que vem favorecendo a constituição de uma cultura fiscal indispensável para o fortalecimento dos tributos imobiliários e dos recursos locais em geral (SMOLKA; FURTADO, 2001).

Entretanto, há ainda muito a fazer, em duas esferas: desenvolver a pesquisa sobre a natureza complexa das políticas de recuperação de mais-valias fundiárias e promover um maior entendimento por parte dos planejadores urbanos a respeito de como essas políticas e instrumentos podem ser usados para beneficiar suas comunidades. É particularmente necessário aprofundar o conhecimento sobre certas idiossincrasias latino-americanas, como por exemplo, nas situações em que significativos incrementos de valor da terra são gerados em circunstâncias em que as relações de propriedade da terra não estão legalmente definidas, e nas quais a terra representa um importante mecanismo de capitalização para os pobres. Mais além dos

constrangimentos tradicionais e estruturais do patrimonialismo, da corrupção, dos interesses escusos e da insensibilidade ideológica, uma parte considerável da “variância não explicada” em diferentes experiências com a recuperação de mais-valias fundiárias na América Latina pode ser atribuída à ausência de conhecimento sobre o tema, seus alcances e também suas limitações (SMOLKA; FURTADO, 2001).

Assim, embora amparada pela legislação brasileira, a questão do acesso à terra, para moradia de indivíduos de baixa renda ainda carece de estudo e compreensão dos fatores envolvidos, para viabilizar efetividade nas soluções adotadas na legislação vigente e no tema HIS. Por outro lado, aspectos técnicos, econômicos, e ambientais, vinculados ao tema HIS, embora possuam estágio de conhecimento e tecnologia avançados, pouco contribuem para o tema HIS por atuarem de forma dissociada e não integrada, o que pode explicar a baixa efetividade das soluções adotadas pelos programas oficiais de moradia dos indivíduos de baixa renda.

2.8 Moradia: aspectos sociais, humanos e simbólicos

A relação entre espaço físico e cultura pode muitas vezes ser percebida, observando-se onde e como os membros de um grupo social se localizam, se acomodam e se abrigam, estabelecendo assim vinculação entre território e abrigo do indivíduo. Na antropologia, a acomodação territorial de grupos de uma sociedade em relação uns com os outros, com seus recursos ambientais e com as outras sociedades é chamada de padrão de aldeamento.

Um aldeamento humano é constituído de algo mais que apenas a terra na qual reside um povo e dos abrigos que construiu. Os aldeamentos também incluem as terras afastadas das quais são obtidos os recursos naturais da produção. No processo de adaptação ao seu ambiente, os grupos humanos retiram recursos naturais do meio e os convertem em recursos culturais através de processos econômicos de produção, distribuição e consumo. O reconhecimento social da matéria-prima do ambiente como recurso cultural transforma os materiais brutos do ambiente em propriedade (HOEBEL; FROST, 1990).

Para a antropologia uma variável que afeta a localização de uma sociedade são as espécies de fontes de alimentação que seus membros procuram e as habilidades que têm e a forma de uso dessas habilidades (neste trabalho, esse fator seria equivalente a possíveis fontes de trabalho geradoras de renda). As experiências evolucionistas se

constituem como outro fator importante de aldeamento (neste trabalho, esse fator seria equivalente a contextos que favoreceriam a inserção e adaptação do indivíduo no meio, a exemplo da proximidade com as classes sociais de renda média e alta, por servirem de modelo a ser perseguido, além de fonte de trabalho e renda, pois grupos menos favorecidos economicamente, os pobres, procuram sempre acompanhar o deslocamento espacial de grupos mais favorecidos economicamente, os ricos, daí que nas grandes cidades as invasões e favelas se formam e se consolidam próximos a bairros de melhor renda). Nenhuma sociedade existe no vazio, separada de outros grupos, de forma que as relações entre as sociedades são consideradas um terceiro fator de aldeamento pela antropologia.

Os padrões de aldeamento estabelecem a identidade dos territórios que corresponde à identificação de recursos locais e valores do grupo, percebidos endógena e exogenamente como características específicas de um determinado território: paisagem, cultura, música, arquitetura, patrimônio histórico, folclore, etc. Esta identidade, construída historicamente, apresenta símbolos e interesses da população local. Geralmente, grande parte destes valores simbólicos e produtos têm repercussões na economia do território e pode contribuir para o seu desenvolvimento, se já não o fez em outras épocas. O local onde os grupos se acomodam não é apenas o espaço físico. O local é um território, e como tal expressa as possibilidades de desenvolvimento da comunidade que nele vive. Neste território existe a identidade e a cultura de uma comunidade que foi construída ao longo do tempo. Constitui o modo de ver e de fazer, de resolver problemas, de pensar o presente e o futuro. Assim, a referência ao local, induz ao concreto, imediato e conhecido/reconhecido pela experiência. Os limites ou fronteiras de um território também são definidos localmente. Contudo nem sempre os limites e fronteiras de um território coincidem com mapeamentos externos realizados por estudiosos e poder administrativo (ROSA, [S.d.]).

Todas as culturas têm padrões que regulam o estabelecimento físico da casa. Os tipos de casa variam na estrutura, dependendo da natureza do clima e dos materiais, da espécie de economia de subsistência praticada e da natureza da organização social da sociedade e das espécies de ameaça de agressão que deve enfrentar dos inimigos (HOEBEL; FROST, 1990).

Apesar da grande variedade de formato de casas em todo o mundo e em todos os tempos, a antropologia advoga que os seres humanos não têm preocupação em modificar suas habitações, salvo se

as circunstâncias externas a elas forem modificadas, mesmo quando as oportunidades para melhorias são bem conhecidas e possíveis. O formato da casa, ou seja, da unidade habitacional, está também relacionado com a unidade da organização social e política. No passado, os grupos que habitavam cabanas onde se abrigavam uma única família, representavam grupos individualistas e que conviviam com um grau acentuado de incertezas. A habitação isolada, distante de todas as outras, representava uma família coesa, concentrada, independente, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista moral. Casas independentes, porém reunidas em comunidades ou aldeias, permitiam uma estrutura mais coesa no parentesco por afinidade e muito maior cooperação local. E a casa relativa a habitações conjuntas, especialmente quando são unidas debaixo de um só chefe, seria a representação de relações de dependência entre seus membros. No entanto, para a antropologia, os indivíduos não concentram seu interesse ou atenção no problema de construir uma habitação funcionalmente sólida. Isso comparativamente ao empenho e zelo com que os homens, ao longo da história, têm tratado outras questões, tais como mitos, religião, artes, música, e mesmo a dança, demonstra a importância de valores subjetivos para os indivíduos (HOEBEL; FROST, 1990).

Ao estudar o homem e os grupos sociais, o que inclui tecnologias de sobrevivência, valores e símbolos dos grupos, a antropologia se contextualiza no espaço e no tempo, buscando o aporte de conhecimentos de outras áreas de estudo, a exemplo da geografia e da história. Modernamente, existe aceitação que, na gestão dos territórios, tecnologias de produção/gestão de bens e serviços precisam estar integradas a tecnologias sociais⁴⁹, como condição necessária para a efetividade de programas e projetos em algumas áreas do conhecimento. A compreensão das limitações de produção de um território qualquer tem inclusive levado o poder público a conceber projetos de desenvolvimento local sustentável (aliança entre pesquisa científica e planejamento/execução de ações de curto, médio e longo prazo com os atores locais e seus desejos, necessidades, potencialidades e limitações)

⁴⁹ Tecnologia Social: conjunto de técnicas e metodologias interligadas e de diferentes áreas (engenharia, nutrição, saúde, educação, economia, agronomia e outras) que visa a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida das pessoas, solucionando problemas relativos à alimentação, saúde, saneamento, habitação, meio ambiente, trabalho, etc, e que pode ser contextualizada e reproduzida nos diferentes territórios. O conceito é novo e foi tema do IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, em abril de 2009, sob o tema Tecnologias Sociais e Inclusão: caminhos para a extensão universitária. Podem ser considerados exemplos de tecnologias sociais: as cisternas para captação de água de chuva no semi-árido brasileiro, o soro caseiro que evita a desidratação de crianças carentes.

nos quais a integração de diversas dimensões de um objeto de estudo, é estratégia para não se limitar o território, ou comunidade/espço a um único modelo de produção e sobrevivência.

Mudanças na cultura e na tecnologia das sociedades sempre aconteceram desde o início da civilização. As ciências humanas e sociais têm a tarefa da pesquisa dos valores culturais e do comportamento dos grupos. Por sua vez, a construção civil pode ser caracterizada como uma indústria regionalizada, onde materiais, mão-de-obra, métodos, assumem as características da região onde a obra se realiza, na busca pela melhor adequação à realidade local para o processo de construir. Características naturais de cada região, como tipo de solo e tipo de clima, também são condicionantes para a tipologia da casa, que por sua vez, evidencia a forma de morar e viver de cada território e de cada indivíduo.

A forma de morar reflete os padrões de aldeamento e identidade de um território. A casa que representa o abrigo seguro para o indivíduo está inserida no território e como tal reflete todo um conjunto de valores do grupo e dos recursos locais. A sobrevivência do indivíduo, seja a disponibilidade de alimento no início da humanidade, seja a oferta de trabalho no mundo atual, e o espaço habitado, estão vinculados e integrados ao território.

Compreende-se assim que, a baixa efetividade das soluções adotadas nos programas oficiais de moradia para indivíduos de baixa renda pode estar parcialmente vinculada ao desconhecimento dos aspectos humanos, simbólicos e sociais, vinculados ao tema HIS (o mesmo não acontece para o morador de outras faixas de renda), sendo necessário que haja investimento na pesquisa nesta questão, atentando para a diferenciação de cada aspecto estudado e para a integração desses aspectos aos outros aspectos tratados no presente capítulo.

2.9 Moradia: conceito em permanente construção

Nas ciências exatas e engenharias, pode ser defendida a existência de relação direta entre alto grau de especialização e efetividade na fabricação de produtos. No entanto, o mesmo parece não ocorrer quando se trata de efetividade na prestação de serviços de engenharia, sendo necessário que sejam acessados aspectos organizacionais e gerenciais para que esta relação seja entendida. Particularmente no segmento produtivo construção civil, o desequilíbrio

nesta relação se torna mais evidente ainda. No Brasil, a construção civil atua com um alto grau de especialização, em especial em obras de infraestrutura interurbana e em plantas industriais. Apesar desta realidade, grande parte da população do país carece de melhores condições de moradia.

O que inicialmente pode ser interpretado como resultado da condição de renda do trabalhador brasileiro pode também ser analisado sobre outros aspectos, tais como alheamento do setor produtivo construção civil para com as questões sociais, mesmo aquelas questões que estão intrinsecamente vinculadas ao setor, a exemplo da moradia.

Além disso, a fragmentação e especialização do conhecimento na engenharia civil têm feito a opção de concentrar esforços e investimento em pesquisas instrumentais, desprezando o debate conceitual, o que significa dizer que o alheamento às questões sociais vinculadas ao setor se inicia na pesquisa, passa pelo ensino e formação de profissionais, e assume o caráter de “isso não é problema meu” na interação do profissional com o território.

Modernamente existe clareza que, alguns problemas sociais, pelo seu tamanho, abrangência, e complexidade, necessitam da integração entre o poder público e sociedade na busca de soluções mais efetivas para estes problemas. Este trabalho de tese argumenta que a questão da moradia dos indivíduos de baixa renda carece de ser compreendida sob esta nova lógica. Neste sentido, se faz necessário que seja desenvolvida novas percepções do problema, e que sejam construídos outros caminhos para conhecer e entender o problema, para que posteriormente sejam pesquisadas e desenvolvidas novas soluções.

A filosofia, por exemplo, enquanto área de estudo que fomenta a reflexão dos problemas humanos, sociais e políticos, através do texto e para além do texto (o que a configura como “berço da transdisciplinaridade”), sempre se empenhou em compreender a configuração das relações sujeito-objeto, no caso, a relação morador-moradia. Para a construção civil entender esta relação faz-se necessário inicialmente constatar a limitação de conhecimentos das ciências exatas para a questão acima, a relação morador-moradia. Não há, na construção civil, de acordo com os conceitos expostos no presente capítulo, suporte conceitual em suas disciplinas, para o significado das palavras morador, moradia, território, sustentabilidade.

Como disciplina se entende o conjunto específico de conhecimentos com características próprias e específicas. A multidisciplinar (que na construção civil pode ser representada por uma grade de curso) pode ser entendida como a justaposição de disciplinas

diversas, desprovidas de relação aparente entre elas, podendo haver alguma proximidade de atuação entre as mesmas, contudo sem haver nenhum tipo de cooperação entre as disciplinas. A interdisciplina (que na construção civil pode representada por um conjunto de disciplinas de diferentes cursos) é considerada como a interação existente entre duas ou mais disciplinas, havendo diálogo e cooperação entre as disciplinas. Os níveis definidos acima apresentam uma gradação que se estabelece no nível de cooperação e interação entre as disciplinas, de acordo com Japiassú (1976). A multidisciplinaridade vigente na construção civil e a interdisciplinaridade vigente na gestão territorial têm demonstrado através de evidências, não serem suficientes para a solução do problema abordado neste trabalho. Nestas circunstâncias, uma re-leitura dos dados do problema se faz necessário, como forma de ser buscado um novo equacionamento dos mesmos. Num estágio superior a uma análise multidisciplinar e interdisciplinar, encontra-se a transdisciplinaridade.

Para Nicolescu (2000), é muito difícil encontrar uma origem segura para o termo transdisciplinaridade. Para o autor, teria sido Niels Bohr, em um artigo de 1955, sobre a unidade do conhecimento, o primeiro a empregar a expressão ou a idéia da expressão transdisciplinaridade. A origem mais segura, contudo, é um documento redigido por Piaget (1972 citado em JAPIASSU, 1976) em um colóquio da Organização para as Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), sobre interdisciplinaridade. Este documento registra que, da etapa das relações interdisciplinares, pode-se esperar suceder uma etapa superior que será transdisciplinar, que não se contentará com a obtenção de interações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, mas situará essas ligações no interior de um sistema total, sem fronteiras estáveis entre essas disciplinas (IRIBARRY, 2003).

O primeiro documento oficial que registra o interesse de cientistas pela transdisciplinaridade foi a Declaração de Veneza, datado de março de 1986, e com temática A Ciência diante das Fronteiras do Conhecimento. Nesse encontro foi debatido o determinismo mecanicista e positivista como uma ameaça à espécie humana, e foi acordado que, o encontro entre a ciência e as diferentes tradições do mundo deve permitir o surgimento de uma nova visão do conhecimento gerado pela e para a humanidade. Ciências exatas, ciências humanas, arte e tradição devem promover encontros e trocas. Desta forma, o encontro entre ciência e tradição exige novos métodos de pesquisa e educação.

O segundo documento oficial que registra o interesse pelo entendimento do conceito de transdisciplinaridade saiu do Congresso Ciência e Tradição: Perspectivas Transdisciplinares para Século XXI,

ocorrido em Paris, em dezembro de 1991. As conclusões estabelecidas por este congresso mencionam um enfraquecimento da cultura mundial. Por definição não pode haver especialistas transdisciplinares, mas pesquisadores animados por uma atitude transdisciplinar. O desafio da transdisciplinaridade é gerar uma civilização, em escala planetária, movida pela força de um diálogo intercultural (IRIBARRY, 2003).

O terceiro e determinante documento oficial é a Carta de Transdisciplinaridade, resultado do Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, realizado em 1994, no convento de Arrábida, em Portugal, no qual foi destacado o reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes, devendo haver rigor, abertura e tolerância como características fundamentais da atitude e da visão transdisciplinar. O rigor na argumentação, que leva em conta todos os dados, é a barreira às possíveis distorções. A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às idéias e verdades que podem se contrariar entre diferentes disciplinas. Desta forma, a transdisciplinaridade não é neutra, ela opta pelo sentido. A transdisciplinaridade tem como ambição a unificação, em suas diferenças, do objeto e do sujeito, pois o sujeito conhecedor faz parte integrante da natureza e do conhecimento (IRIBARRY, 2003).

O quarto documento oficial foi redigido por Nicolescu, no ano de 1997, na Conferência Evolução Transdisciplinar da Universidade: Condição para o Desenvolvimento Sustentável, na Universidade Chulalongkorn, em Bangkok, Tailândia, na qual é destacado que, na presença de vários níveis de realidade, o espaço entre as disciplinas e além das disciplinas está cheio, assim como o vácuo quântico está cheio de possibilidades, da partícula quântica às galáxias, do quark aos elementos pesados, que condicionam o aparecimento da vida no universo. A estrutura descontínua dos níveis de realidade determina a estrutura descontínua do espaço transdisciplinar, que por sua vez explica porque a pesquisa transdisciplinar é radicalmente distinta da pesquisa disciplinar, mesmo quando totalmente complementar. A pesquisa disciplinar diz respeito, na melhor das hipóteses, a um único e mesmo nível de realidade; além do mais, na maioria dos casos, refere-se a apenas um fragmento de um nível de realidade. Por outro lado, a transdisciplinaridade diz respeito à dinâmica engendrada pela ação de diferentes níveis de realidade ao mesmo tempo. A descoberta destas dinâmicas passa necessariamente pelo conhecimento disciplinar. Embora não se trate de uma nova disciplina ou de uma nova superdisciplina, a transdisciplinaridade é nutrida pela pesquisa

disciplinar; ou seja, a pesquisa disciplinar é esclarecida de maneira nova e fecunda pelo conhecimento transdisciplinar. Nesse sentido, a pesquisa disciplinar e transdisciplinar não são antagônicas, mas complementares. (IRIBARRY, 2003).

Desta forma, enquanto a disciplinaridade significa a exploração científica e especializada de determinado domínio homogêneo de estudo, a multidisciplinaridade se caracteriza por uma série de disciplinas propostas simultaneamente, mas sem fazer aparecer diretamente as relações que podem existir entre elas. É um tipo de sistema de um só nível e de objetivos múltiplos, onde não há nenhuma cooperação entre as disciplinas. Por sua vez, a interdisciplinaridade se caracteriza por um grupo de disciplinas conexas e definidas em um nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade. É um tipo de sistema de dois níveis e de objetivos múltiplos com a coordenação procedendo de nível superior. No entanto, a transdisciplinaridade se caracteriza pela coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas em um sistema de ensino inovado, sobre uma base geral. É um tipo de sistema de níveis e objetivos múltiplos. A coordenação propõe uma finalidade comum dos sistemas (JAPIASSU, 1976 citado em IRIBARRY, 2003). A transdisciplinaridade é assim complementar à aproximação disciplinar, e faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si, oferecendo uma visão da natureza e da realidade. Com relação à interdisciplinaridade e à multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade é então multidimensional (MORIN; NICOLESCU; FREITAS, 1994).

No entanto, embora o conceito de transdisciplinaridade seja novo na academia (pois tem sido construído nos últimos 40 anos), a compreensão de seu entendimento, tal como neste trabalho de tese, precedeu a construção do conceito científico. Neste sentido, o conhecimento da filosofia tem contribuído. Considerado o primeiro pedagogo da humanidade, Platão concebeu um sistema educacional integrado à ética e política, no qual a educação tinha como objetivo prioritário a formação moral do homem, que por sua vez, deveria estar inserido em um “território” representado por um estado justo. Para Platão, a educação utilitarista praticada na Grécia antiga, e que apenas transmitia conhecimentos técnicos como a oratória, não atendia a real necessidade da sociedade. Contudo, a filosofia de Platão não contemplava condições iguais para todos os indivíduos, nem na sua origem, nem no seu destino, o que significa dizer que a sua pedagogia exigia muito do indivíduo, considerando que ele somente poderia aprender através das suas próprias inquietações e indagações. A

compreensão do “território” para Platão se estabelecia assim através do “mundo das idéias”, pois a experiência para ele, “não tem, em nenhum caso, o caráter preciso e inteligível das idéias”.

Aristóteles, seu seguidor, defendeu a experiência como condição necessária (e mais acessível para o homem comum) para a compreensão e o conhecimento da realidade. Aristóteles foi o pensador da Grécia antiga que mais influenciou a civilização ocidental, exatamente por considerar a experiência como a apreensão do singular, estando o indivíduo apto a compreender o plural (ou o território), a partir do singular. Nesse sentido, a experiência surge como um dos principais pilares da ciência, uma vez que só a experiência permite a observação e verificação com uma posterior demonstração. Para este filósofo, a virtude seria uma prática, um exercício “que poderia ser adquirida por qualquer indivíduo através de exercícios proporcionados pelo aprendizado” (em Platão os indivíduos possuíam diferentes graus de virtude e esta condição seria inerente ou inata ao indivíduo).

Este trabalho de tese entende que, a experiência é diferente de um experimento ou de uma experimentação. Ela apresenta certas características que a dissociam desses termos, muitas vezes implicados num determinado método científico. A experiência, de certa forma, transcende os métodos e as implicações científicas. Diferentemente de um experimento ou de uma observação científica, a experiência pode ocorrer sem um planejamento antecipado, ou, ainda, sem que um objetivo tenha sido preestabelecido. Nas duas circunstâncias, o significado da experiência tende a aproximá-la do sujeito-objeto da experiência, no caso, o significado da experiência de morar estabelece a relação morador-moradia. Assim, considerando o pensamento dos dois filósofos, poderíamos hierarquizar de forma crescente os conceitos experimento-experiência-idéia como possível caminho de efetividade na solução de problemas, o que significa que, a limitação das pesquisas aos experimentos, implica no avanço da eficiência, mas pode pouco contribuir para a efetividade das soluções encontradas.

Na condição de “descendente” das idéias de Aristóteles surge Paulo Freire⁵⁰, educador contemporâneo brasileiro. Para ele, a educação

⁵⁰ Idéias contidas na obra de Paulo Freire e que podem ser transportadas para a problemática tratada nesta pesquisa:

. a superação (e não a ruptura) do estágio de conhecimento do indivíduo se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica. Ao criticizar-se, tornando-se então, curiosidade epistemológica, metodicamente “rigorizando-se” na sua aproximação ao objeto, conota-se seus achados de maior exatidão.

significa, precisamente, um movimento que “vai de fora para dentro e depois vem de dentro para fora”, o que significa que o meio/território atua sobre o indivíduo e este posteriormente e por ter adquirido condições para tal, passa a poder atuar sobre si e sobre o meio/território. E, embora este autor tenha passado à história pelo método de trabalho desenvolvido com a alfabetização de adultos, a palavra método não é a mais adequada para definir as idéias e o trabalho do educador, cuja obra se caracteriza mais por uma reflexão, sobre o significado da educação, a vinculação da mesma à natureza do indivíduo, e conseqüentemente a importância da educação para o indivíduo e para o território onde ele está inserido. As idéias do autor se caracterizam como uma concepção de educação embutida numa concepção e compreensão de mundo, que permite que o indivíduo construa um caminho, de início do senso comum para uma visão crítica do mundo, e depois do abstrato para o concreto através da problematização.

Para o autor, a valorização da cultura do indivíduo e do território é a chave para o processo de aprendizagem, que habilita o indivíduo a

- nenhum conhecimento, que seja verdadeiro, pode fazer-se alheado, de um lado, do exercício da criatividade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e do outro lado, do reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação.

- o conhecimento proporcionado pela experiência humana no mundo muda de qualidade com relação à vida animal no suporte. O suporte é o espaço, restrito ou alongado. No suporte, os comportamentos dos indivíduos têm sua explicação muito mais na espécie a que pertencem os indivíduos do que neles mesmos. A vida no suporte não implica a linguagem, nem a postura ereta que permitiu a liberação das mãos. Quanto maior se foi tornando a solidariedade entre mentes e mãos, tanto mais o suporte foi virando mundo e a vida, existência. O suporte veio fazendo-se mundo e a vida, existência, na proporção que, o corpo humano vira corpo consciente, captador, apreendedor, transformador, criador de beleza, e não "espaço" vazio a ser enchido por conteúdos.

- nos indivíduos, o aprendizado com si próprio e com o meio físico e social é perene, daí que, nos indivíduos, a inconclusão também é processo perene. Mais ainda, a inconclusão que se reconhece a si mesma, implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca. O inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento.

- existe uma incompatibilidade total entre o mundo humano da fala, da percepção, da inteligibilidade, da comunicabilidade, da ação, da observação, da comparação, da verificação, da busca, da escolha, da decisão, da ruptura, da ética, da possibilidade de transgressão... e a neutralidade, e a padronização, não importa de que...

- o progresso, científico e tecnológico, que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades da existência humana, não tem significação. O ser humano é um ser programado sim, mas para aprender, e portanto para ensinar, para conhecer, para intervir.

- a eficiência extraordinária buscada pela ciência (dissociada da intuição, da emoção, da sensação), ou mais precisamente a "burocratização da mente", é um estado refinado de estranheza, de "auto-demissão" da mente do indivíduo.

“ler o mundo” ou entender a realidade⁵¹, para em seguida “reescrever o mundo” ou transformar essa realidade para melhor se adaptar a ela, rompendo “a cultura do silêncio” ou do conformismo, instalada nos indivíduos que possuem baixos níveis de compreensão do mundo, quase sempre indivíduos de baixa renda. No conjunto do pensamento do autor encontra-se a idéia de que tudo está em permanente transformação e interação, inclusive o próprio indivíduo que é “um ser histórico e inacabado”. Segundo o autor, o fato do indivíduo se perceber no território, com o território, e com os outros indivíduos, o coloca numa posição em face deste território que, “não é de quem nada tem a ver com ele, pois a presença do indivíduo neste território não é a de quem nele se adapta, mas a de quem nele se insere”⁵².

No início do século XX, Lev Vygotsky⁵³, outro educador “descendente” das idéias de Aristóteles, passou a ter importância na medida em que, ele foi o primeiro psicólogo moderno a sugerir os mecanismos, através dos quais, a cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa, estabelecendo vínculos entre a psicologia (indivíduo) e a antropologia (território), sendo pioneiro ao estudar o desenvolvimento do indivíduo com uma abordagem interdisciplinar. Vygotsky atribuía um papel preponderante às relações sociais na construção do intelecto do indivíduo, daí se originando o termo socioconstrutivismo ou sociointeracionismo. As teorias de aprendizagem deste autor estabeleceram o conceito de zona de desenvolvimento proximal, na qual Vygotsky desenvolveu a argumentação que existe “outro nível de desenvolvimento de aprendizagem, o proximal, que tanto quanto o nível

⁵¹ Para Paulo Freire a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

⁵² Para Paulo Freire, a habilidade do indivíduo para se inserir no território implica em uma relação de troca, do indivíduo para o território, e do território para o indivíduo, e por consequência, transformação e evolução de ambos. A autora deste trabalho entende ser esta uma relação mais complexa que a definida pela adaptação darwiniana, na qual, a habilidade do indivíduo de se adaptar ao território remete apenas à transformação e evolução do indivíduo provocada pelo território. A mesma idéia de Freire se encontra na obra de Vygotsky e de Milton Santos, esse último com ênfase para as questões do espaço físico que compõe o território.

⁵³ Idéias contidas na obra de Vygotsky e que podem ser transportadas para a problemática tratada nesta pesquisa:

- sociointeracionismo (ou socioconstrutivismo): a construção do conhecimento acontece através de uma interação mediada por várias relações, do indivíduo para si próprio, e do indivíduo para o outro social, este último representado por meio de objetos, da organização física do ambiente, do mundo cultural que rodeia o indivíduo. Diferentemente, no construtivismo, no qual apenas o sujeito constrói a realidade.
- mediação: enquanto sujeito do conhecimento, o indivíduo não tem acesso aos objetos, mas acesso mediado, através de recortes do real, operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe.

real deve ser considerado, pois a aprendizagem significativa para o indivíduo é aquela que cria e consolida zonas de desenvolvimento proximal sucessivas”. Outra grande contribuição deste autor foi o aporte de conhecimentos sobre a questão da mediação que “caracteriza a relação do homem com o mundo, e com os outros homens”. Esta relação seria de fundamental importância à sobrevivência do homem porque ao interagir com o mundo, o indivíduo transforma o ambiente e o ambiente transforma o indivíduo.

Vygotsky tinha como motivação em sua obra identificar o mecanismo do desenvolvimento de processos psicológicos no indivíduo (formação da consciência) por meio da aquisição da experiência social e cultural. A atividade humana para o autor seria produtora de conhecimento, e por meio desta atividade o homem transforma a natureza e a constitui em objeto de conhecimento (produção cultural) e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo em sujeito de conhecimento. O papel da cultura na construção teórica de Vygotsky é bastante importante e está no cerne de sua explicação sobre o funcionamento mental humano e a mediação semiótica nesse funcionamento. Para este autor, a cultura tem a ver com a existência concreta dos homens em processos sociais, e é produto da vida social e da atividade social (CAVALCANTI, 2005).

Um terceiro educador, Paulo Nathanael de Souza, com atuação nas questões que envolvem educação e trabalho, defensor de uma educação integral para o indivíduo e aplicada ao mundo, argumenta que a educação pode ser conceituada como o conjunto de conhecimentos e atitudes que permite ao homem a utilização dos recursos a sua disposição em benefício de sua satisfação física, psicológica e espiritual. Para o autor, a “educação em si mesma se configura como um processo que tem o homem como sujeito e objeto, e cuja finalidade é facultar ao homem o domínio de si mesmo e o domínio sobre o ambiente”. Pelo conhecimento que a educação promove, “o homem descobre a si próprio, se auto-interpreta e interpreta o mundo para, querendo, sujeitá-lo as suas conveniências”. Desta forma, para o autor “a educação é processo continuado, em permanente versão e qualificação, de intensidade e complexidade crescentes, aberto às mudanças e transformações ambientais delas mesmas decorrentes, sendo a educação também processo que precisa estar igualmente atento às demandas do próprio sujeito que se educa”. Os mecanismos de adaptação, sobrevivência, e integração ao meio físico e social são construídos através da educação, qualquer que sejam lugar e tempo. Ainda segundo

o autor, a “valorização da diversidade”, como forma de buscar a complementaridade dos processos e das pessoas envolvidas nos processos, e a “criação de valores de longo prazo”, com um maior investimento social e autônomo em educação são também formas de estimular a criatividade, a inovação, e o amor ao trabalho, pois o trabalho integra a natureza do homem.

O autor menciona ainda que, no país, a educação no nível fundamental tem atestado “nível catastrófico do conhecimento, no qual não há ciência, nem arte e, muito menos, capacidade crítica para entender minimamente o que se passa a seu redor”, e que para ser alcançado algum nível de sucesso no ensino, não há necessidade de serem implementadas reformas sofisticadas na educação, nem de equipamentos de luxo para uso de alunos e professores, ou, tampouco, de pedagogias trazidas de fora, como se fossem a última palavra de salvação para a crise. Dependem muito mais, de pequenas medidas apropriadas como as que se seguem: ajustamento da escola e seu funcionamento à cultura local; fixação de focos para a aprendizagem; planejamento e avaliação praticados o tempo todo; reciclagem e capacitação contínuas dos professores, pagando-os decentemente pelo seu trabalho; colocação do aluno como o centro da aprendizagem, dando-lhe suporte permanente na superação das dificuldades; enriquecimento do currículo com atividades extra-escolares complementares; e uma integração entre famílias, alunos e educadores e das escolas locais entre si (as chamadas redes de ensino). De acordo com o autor, a experiência das redes é de baixo custo e se sustenta principalmente nos valores morais para chegar a suas metas e pode ser multiplicada por todo o país.

Maria Cândida Moraes⁵⁴ (1997), educadora brasileira, avança nesta análise e argumenta que, na educação e na pesquisa, a

⁵⁴ Idéias contidas na obra de Maria Cândida Moraes e que podem ser transportadas para a problemática tratada nesta pesquisa:

- mudança na missão da escola: anteriormente a missão da escola era atender “ao público” o que significa, uma população amorfa, um tratamento igual para todos, descuidando-se das diferenças e das necessidades individuais. Modernamente, a missão da escola é atender ao aprendiz, ou seja, atender às especificidades do aprendiz. Esta compreensão se fundamenta nas descobertas da ciência cognitiva e da neurociência, que reconhecem a existência de diversos tipos de mentes, e consequentemente, de diferentes formas de aprender.
- estímulo às diferentes formas de cognição, também chamadas de estruturas da mente ou múltiplas inteligências para trabalharem em harmonia (lingüística, lógico-matemática, musical, corporal-cinestésica, espacial, inter e intrapessoal, e naturalista).
- o objeto do processo educacional se desloca do conteúdo para o aprendiz.
- o objetivo do processo educacional se desloca do ensino para a aprendizagem.
- características do processo educacional: interatividade, interdependência, inter e transdisciplinaridade, importância do contexto.

fragmentação dos enfoques utilizados para analisar a realidade ampara-se em esquemas racionais e científicos especializados, em detrimento de uma visão global da realidade, e mesmo com desprezo por esta visão. Para a autora, a ciência moderna reconheceu a matemática como o instrumento que permitia a análise, a lógica da investigação, e o modelo de representação da estrutura da matéria. Com base nesse posicionamento central, surgiram duas conseqüências importantes, que influenciaram todo o pensamento moderno. Uma se refere ao fato de que, “para conhecer, é preciso quantificar, e o rigor científico é dado pelo rigor das medições”. As qualidades do objeto não têm valor científico. A outra está relacionada ao pensamento científico moderno, em que, “para conhecer, é preciso dividir, classificar, para depois, tentar compreender as relações em separado”.

Cândida Moraes argumenta ainda que, o sucesso de tal proposição permitiu o desenvolvimento científico-tecnológico da atualidade. Entretanto, a visão reducionista passou a ser questionada a partir do momento em que, o método analítico moderno, fruto do racionalismo científico, foi interpretado como sendo a mais completa explicação, a única abordagem válida do conhecimento, ao focalizar as partes, ao conhecer as unidades construtivas, ao retalhar a visão de totalidade. Esta mesma “visão reducionista passou a representar incoerência ao valorizar os aspectos externos das experiências e ignorar as vivências internas do indivíduo, ao fundamentar-se, sobretudo, na razão e nas relações expressas pelos cinco sentidos. No entanto, reducionismo e holismo, análise e síntese, indução e dedução, observador e observado, sujeito e objeto, são aspectos complementares, que quando interagem de forma equilibrada, permite que seja alcançado o conhecimento mais profundo para um determinado problema”. Pelo domínio e exclusividade, os êxitos alcançados pela ciência reducionista, são questionados então, como também geradores, direta ou indiretamente, da maioria dos atuais problemas críticos de ordem social e global presentes na humanidade.

Modernamente, diversos autores desenvolvem teorias e trabalhos, nos quais o modelo de educação e pesquisa em vigência no mundo é questionado, por suportar a fragmentação e a dissociação, como única alternativa de caminho para validar o conhecimento, qualquer que seja área de estudo. Neste sentido, as engenharias, embora aplicadas, têm oferecido mais resistência que as ciências básicas, como a física⁵⁵, uma

⁵⁵ Einstein, no início do século XX, através de dois artigos, fez a primeira grande investida contra o paradigma da ciência moderna, um ataque tão grande, que ele próprio inicialmente não foi capaz de

das áreas responsáveis pela abordagem da questão, e a biologia⁵⁶ a área pioneira pelo novo modo de pensar o mundo, ao introduzir um novo paradigma na ciência, a evolução das espécies.

admitir: A Teoria da Relatividade (simultaneidade de acontecimentos) e a Teoria dos Fenômenos Atômicos (concepção da radiação eletromagnética). Na Teoria da Relatividade, os conceitos tradicionais de espaço e tempo absolutos da física clássica já não mais se sustentariam. O espaço deixaria de ser somente tridimensional e o tempo deixaria de ser uma variável isolada. Para Einstein, o tempo não existiria do jeito que o compreendemos em nosso cotidiano. A relatividade do tempo passou a ser uma das características fundamentais da nova teoria. Ao longo dos últimos 100 anos, graças às contribuições de diversos físicos cientistas, a compreensão do universo foi mudando. Modernamente, Capra, físico e cientista social, argumenta que não há espaço nem tempo absolutos, mas sim medidas de distância e tempo, e que dependem não apenas do ponto onde se encontra, mas também do movimento do observador.

⁵⁶ Charles Darwin, no século XIX, desenvolveu a Teoria da Evolução das Espécies, segundo a qual os seres vivos (o que inclui o ser humano) teriam evoluído biologicamente sob a influência do meio ambiente. Esta teoria contradizia a idéia vigente até então, segundo a qual, o mundo teria sido construído como uma máquina perfeita e concluída (o que inclui o ser humano). Comprovada pela biologia, a Teoria da Evolução das Espécies teve suas observações iniciais na formação e movimento das camadas da terra, ou seja, na geologia, e posteriormente em algumas espécies animais. Segundo Eulina da Rocha Lordelo (Explicações evolucionistas sobre a mente e o comportamento humanos, resumo apresentação Café Científico, Salvador, BA, março 2009), Darwin também desenvolveu observações sistemáticas sobre a mente e o comportamento humanos, mas o pensamento evolucionista sobre a psicologia humana permaneceu dormente durante a maior parte do século 20. A psicologia evolucionista, nos últimos 30 anos, está mudando essa situação. Uma teoria evolucionista sobre a psicologia humana se fundamenta nos mesmos princípios que valem para a anatomia e fisiologia de qualquer animal: formas que conferiram alguma vantagem em sobrevivência e sucesso reprodutivo ao animal que as possuíam foram passadas à sua prole e se tornaram mais freqüentes com o tempo, eventualmente substituindo suas alternativas. O comportamento é parte essencial do design do animal e está sujeito à seleção natural, como qualquer aspecto da anatomia e fisiologia. A psicologia evolucionista é o estudo da mente humana, informado pela moderna biologia evolutiva. A psicologia evolucionista não substitui a antropologia ou a sociologia, nem pode ser reduzida à própria biologia. A psicologia evolucionista é o estudo dos mecanismos psicológicos universais que guiam o comportamento, permitindo que os indivíduos entendam o ambiente particular em que vivem e superem as dificuldades inerentes à realização de metas adaptativas, como o que comer, com quem cooperar, como detectar aliados e adversários, encontrar parceiros confiáveis, quanto cuidado devotar aos filhos, entre outros. A psicologia evolucionista pressupõe uma natureza humana universal, mas essa universalidade existe principalmente no nível dos mecanismos psicológicos, e não de comportamentos culturalmente modelados. A psicologia evolucionista focaliza seu interesse na mente, e menos no comportamento, utilizando a linguagem das ciências cognitivas para descrever os fenômenos do seu campo: mecanismos psicológicos são vistos como softwares específicos para resolver problemas específicos. Essa teoria permite equacionar problemas recorrentes no estudo da psicologia humana, como a relação entre cultura e comportamento, a evidente flexibilidade do comportamento humano, sua capacidade de ajuste às muitas condições ambientais diferentes; ao mesmo tempo, a psicologia evolucionista pode fornecer uma base adequada às teorias de aprendizagem e educação existentes, bem como fornecer fundamentação às ciências humanas, como a antropologia e a sociologia. Modernamente, mais que uma idéia, uma teoria, ou um conceito, a evolução é um nome de um processo que ocorre na natureza, e que sua existência é demonstrada nas inúmeras evidências que ninguém foi capaz de refutar. O evolucionismo darwiniano é importante não apenas para explicar a evolução biológica, mas também para compreender o mundo como um todo e o homem como uma parte. E finalmente, um pouco como Einstein, Darwin intuiu muita coisa que não tinha como comprovar, e com o pouco que se sabia sobre os genes na sua época, grande parte da sua teoria pode ser descrita mais como intuição, do que como dedução ou descrição, intuição esta que o tempo não desmentiu.

Mais recentemente, as teorias de Morin⁵⁷ educador francês, argumentam que o ser humano é uma “espécie de trindade humana: indivíduo, uma espécie, e membro de uma sociedade, três coisas absolutamente inseparáveis”. Explicam que, esse laço fundamental entre esses três aspectos, e que “tendemos a dissociar”, é indispensável ensinar, o que não ocorre. Acrescentam que, por outro lado, “a maneira como pensamos nos torna incapazes de conceber ao mesmo tempo, a unidade e a diversidade humana, o que faz com que a unidade humana, que é genética, anatômica, cerebral e afetiva, seja incontestável, mas aqueles que enxergam a unidade não vêem a diversidade; e quem vê as diversidades humanas, as diferenças entre os indivíduos, entre as raças, entre as culturas, entre as línguas, passam a não perceber a unidade, quando é necessário ver ambas as coisas. Assim pode-se compreender a complexidade: uma unidade que produz a diversidade”.

Suas teorias registram também que, o didatismo só tem sentido se aprendermos a ser autodidatas, ou seja, a sermos autônomos. “Ensinar a autonomia é ensinar a viver e a ter o conhecimento dos problemas de sua própria vida, e para isso vemos que, as ciências exatas e as ciências humanas, são necessárias, mas não são suficientes, porque na literatura, no romance, encontramos uma dimensão humana que não existe nas ciências, que é a dimensão subjetiva e afetiva, traduzida na arte”⁵⁸.

Suas teorias mencionam ainda que, “não pode ser um ensino no qual se introduzirá um pouco de interdisciplinaridade, não é apenas a estrutura que tem que mudar” e argumentam que, se faz necessário um pensamento, não somente interdisciplinar, como também transdisciplinar, ou seja, faz-se necessário reformar, criar novos formatos de universidade, para que também seja ensinado o conhecimento pertinente à condição humana, a compreensão, a incerteza, e todos os problemas de epistemologia: o que é a racionalidade, a complexidade, a cientificidade.

⁵⁷ Idéias contidas na obra de Edgard Morin e que podem ser transportadas para a problemática tratada nesta pesquisa:

- simplificação: para conhecer, se separa as partes, e se descarta as idéias não-conformes, mutilando o conhecimento.
- complexidade: as inumeráveis ligações entre os diferentes aspectos dos conhecimentos.
- marca da cultura: ou idéias fortes (ou paradigmas) que impedem o surgimento e aceitação das idéias diferentes ou não-conformes às primeiras (inclusive no meio científico).
- pertinência: um conhecimento pertinente é aquele que permite situar as informações que recebemos no seu contexto geográfico, cultural, social, histórico, biológico. Um conhecimento pertinente não é um conhecimento sofisticado, ou fundado exclusivamente sobre cálculos rigorosos (o ensino de uma disciplina isolada, por exemplo, pode se configurar como um conhecimento não pertinente, na medida em que atrofia a aptidão natural da mente a contextualizar os conhecimentos).

⁵⁸ A inserção da área da Arte pelo autor citado vai além do propósito de trabalho desta tese, embora compartilhada pela autora do trabalho.

Os cinco autores têm em comum a argumentação que, a compreensão das relações do indivíduo para com o território onde o mesmo está inserido, passa pela integração das diferentes dimensões que envolvem esta relação. Este trabalho de tese transporta esta argumentação para o tema habitação de interesse social, e integra a dimensão educação-trabalho, enquanto mediadora das relações indivíduo-território, na construção do conceito de moradia.

A argumentação exposta neste capítulo sugere a necessidade de ser revisado o conceito de moradia em vigência, no qual as ciências exatas e engenharias são simultaneamente conteúdo e limite. Operacionalmente, a referência à moradia tem significação ampla e abrangente. A função primordial da habitação é a de abrigo. Mas também pode ser observada outra função da habitação, a transmissão de significados e a tradução de aspirações de diferenciação e territorialidade dos habitantes em relação a si, a vizinhos e pessoas de fora de seu grupo. E esta percepção, “re-configura” o conceito de habitação em moradia.

Todo problema (a moradia das populações de baixa renda) não resolvido em uma área de estudo (ciências exatas e engenharias) deve convidar uma área vizinha para contribuir na busca da resolução. Quando um pesquisador está às voltas com um problema não solucionado em sua área temática é preciso que a transdisciplinaridade seja considerada para instaurar um diálogo com outras áreas temáticas. Este diálogo deve promover trocas e aproximações entre os pesquisadores, de modo que o problema não solucionado possa ser compartilhado e, com isso, novas equações e soluções para o problema sejam geradas. Este é o verdadeiro sentido da produção de tecnologias em um domínio de diversidades representado pelo agrupamento de diferentes áreas de conhecimento. Assim sendo, a transdisciplinaridade é dispositivo que faz avançar as relações entre as áreas de conhecimento. Se o problema não resolvido em uma determinada área de conhecimento é passível de uma solução viável através do estabelecimento do diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento e pesquisa, então a necessidade de trabalhar o tema em equipe surge na frente daqueles que desejam levar adiante o desafio da transdisciplinaridade. A transdisciplinaridade é um dispositivo que permite justamente essa integração dos pesquisadores e suas diferentes áreas de conhecimento e pesquisa. A reclusão de pesquisadores de áreas de conhecimento diferentes em guetos fechados é um problema que atinge uma das premissas básicas do estabelecimento de um universo de conhecimentos, que pretende dar conta do ser humano, numa perspectiva global e

integradora de suas contradições naturais e diferenças inevitáveis, de modo que se possa reconhecê-lo como um ente complexo, cuja riqueza está justamente na diversidade radical e constituinte de sua subjetividade.

Um diálogo cujo fundamento principal seja a transdisciplinaridade, ou seja, o respeito à coordenação descentralizada e a cooperação sem decisões verticalizadas, bem como o respeito aos diferentes níveis de realidade de cada área, as quais estão regidas por diferentes tipos de lógica. Assim, podemos ver surgir um novo diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento e pesquisa. Para trazer à luz esse diálogo é preciso um método. Tal método terá de cumprir algumas proposições básicas que se procuram enumerar no estágio mais primário e operacional da transdisciplinaridade: trabalho em equipe; geração de novos dispositivos de estudo; familiarização dos profissionais com outras áreas diferentes da sua; legibilidade e compartilhamento dos discursos e tomada de decisão horizontal (CAON, 1998 citado em IRIBARRY, 2003).

Desta forma, a transdisciplinaridade, enquanto dispositivo que faz avançar as relações entre as áreas de conhecimento é também dispositivo de avanço no conhecimento, e enquanto estratégia de pesquisa para a questão da moradia de indivíduos de baixa renda, pode estar inicialmente situada no trabalho de equipe formada por pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento. A integração da construção civil e da gestão territorial, no tema HIS, embora tenha representado um grande avanço, na medida em que habitação, saneamento, transportes e meio ambiente passaram a estabelecer um diálogo, ainda não sinaliza solução ou controle para o problema.

Para este trabalho de tese, o conceito referenciado das três dimensões de Turner e defendido por Abiko, representou um avanço no conhecimento da questão para o contexto histórico em que foi concebido, na medida em que “acrescentou e institucionalizou”, entre 1976 até a presente data, o conhecimento da gestão territorial à atuação da construção civil no processo de acesso à moradia HIS, mas sob a compreensão deste trabalho, demonstra incompletude (não insere o indivíduo e sua individualidade) e ausência de efetividade (o problema apresenta crescimento descontrolado e não sinaliza solução). A operacionalização efetiva do conceito da moradia passa por adotar a iniciativa e a participação do indivíduo, enquanto morador, e através da dimensão educação-trabalho, como plataforma permanente de autogerenciamento dos desempenhos da moradia do indivíduo em território HIS, o que em última instância, pode significar a busca do equilíbrio

entre autonomia e mediação, na relação do individual inserido no território, e na institucionalização das políticas públicas de habitação de interesse social, e desta forma contribuir para a sustentabilidade do território.

3 MÉTODO DE TRABALHO

3.1 Método adotado

O objeto de estudo deste trabalho, o processo de acesso à moradia percorrido pelos indivíduos de baixa renda, foi tratado na etapa de validação empírica do conceito de moradia construído na fundamentação teórica apresentada no Capítulo 2, através de uma análise comparativa entre duas comunidades, Engomadeira e MSTs, cujas características estão discriminadas na Figura 13.

A escolha do método comparativo é justificada pelas seguintes argumentos:

1. Realiza comparações entre grupos diversos com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências.
2. Pode ser usado com grupos de indivíduos em tempos (passado e presente) e espaços (lugares) diferentes.
3. Permite analisar o dado concreto, como resultados ou soluções adotadas, “deduzindo” do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais, como dados comportamentais.
4. Constitui uma “experimentação indireta”, na medida em que possibilita conclusões (ou percepções) através de elementos “deduzidos” do dado concreto.
5. Pode ser empregado em estudos com temática de largo alcance, como o trabalho de pesquisa em questão.
6. Permite a investigação de fenômenos e problemas complexos.

A etapa de construção do conceito de moradia apresentado no Capítulo 2, por estar fundamentado em aspectos atemporais, não se ampara em um período histórico determinado. A etapa de validação empírica do conceito construído tem cronologia apresentada no presente capítulo e tratamento de dados colhidos nas fontes secundárias e primárias apresentado no Capítulo de Resultados. Da mesma forma, apesar da proposição teórica a ser verificada também prescindir de determinação espacial, tornou-se necessário, com a finalidade de viabilizar a etapa de validação, um recorte espacial da população de baixa renda selecionada para servir de amostra.

3.2 Seleção das amostras

3.2.1 Critérios de Seleção das Amostras

Os critérios de seleção das duas comunidades para servirem de amostras pesquisadas estão vinculados aos objetivos pretendidos pelo trabalho (mencionados no Capítulo Introdução) e estão assim registrados:

1. Comunidades formadas por indivíduos de baixa renda.
2. Moradia como processo integrado e desintegrado de outras necessidades do morador.
3. Moradia com processo de acesso gradual e não gradual.
4. Motivação dos moradores para o início do processo de acesso à moradia
5. Motivação dos moradores ao longo do processo de acesso à moradia.

3.2.2 Caracterização das Amostras

As comunidades selecionadas para serem submetidas à investigação são formadas por indivíduos que têm renda familiar média situada na faixa de zero a três salários mínimos mensais, o que foi considerado, por esse trabalho, como comunidades formadas por indivíduos de baixa renda, embora essa classificação não seja oficializada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A caracterização vinculada aos critérios de seleção das amostras está registrada na Figura 14. As comunidades foram apresentadas no item Objeto de Estudo do Capítulo Introdução, e no presente item caracterizadas.

A comunidade de Engomadeira está situada na região do bairro do Cabula. A área conhecida como Engomadeira teve sua ocupação inicial na década de 50, por famílias vindas do interior do estado. No início, a grande maioria das casas era de barro, construídas com adobe ou sapê, apesar de alguns poucos moradores possuírem casas de tijolos. A urbanização era quase inexistente e ainda hoje é precária. Naquela época, os homens trabalhavam nos roçados das fazendas do Cabula, ou nas próprias plantações de subsistência (a existência de rios foi determinante para a consolidação da comunidade), mas foi a atuação do trabalho das mulheres como lavadeiras e engomadeiras que caracterizou a comunidade. Embora atualmente a comunidade possua dimensões,

características e equipamentos de bairro, a Engomadeira não possui áreas de lazer como praças, pois todo espaço físico é usado para a construção de casas. A consolidação da comunidade está associada a aspectos qualitativos, tais como:

- período compreendido entre as décadas de 50 e 80: trabalho em área coletiva como margens de rios; práticas de sociabilidade apesar das casas inicialmente serem distantes entre si, como festejos juninos e de dias santificados, comércio de trocas, cerimônias de funerais tipicamente rurais com velório, comidas e conversas, que buscavam atender aos aspectos subjetivos da comunidade, mas também resolver um problema de caráter bem prático, pois não se tinha carro para levar os caixões, as distâncias eram grandes, e o cortejo precisava ser feito a pé; maioria dos indivíduos de Engomadeira vinculados aos terreiros de candomblé que foram sendo implantados na área; instalação nos anos 70 de grandes conjuntos habitacionais de moradores de classe média baixa ofertantes de trabalho.

- período compreendido entre as décadas de 80 até o presente momento: quatro centros comunitários atuantes (inclusive rádio comunitária); cooperativas de trabalho de mulheres, proximidade de novos bairros de moradores de classe média ofertantes de trabalho (Centro Administrativo, Paralela, Imbuí); proximidade da Universidade do Estado da Bahia ofertante de convênios e colaboração diversa, além de impulsionar a infra-estrutura física e de serviços da região; proximidade de parte da Universidade Baiana de Medicina e um complexo de unidades de saúde; harmonia entre crenças e práticas religiosas (a comunidade possui igrejas evangélicas, terreiros de candomblé consolidados, e centro espírita, no qual um padre católico colabora nos trabalhos de assistência à comunidade).

A comunidade do Movimento dos Sem Teto⁵⁹ de Salvador (MSTS) fundado no segundo semestre de 2003, com o objetivo primeiro de trabalhar para o processo de acesso à moradia de indivíduos e famílias de baixa renda, que vivem em casas de aluguel, cedidas, de favor, com situação de risco, com renda familiar abaixo do salário mínimo, ou de alguma maneira inadequada e indigna, reacendeu a chama da luta pela moradia na cidade de Salvador, com inovadora

⁵⁹ Os Sem Teto no Brasil são oriundos do processo histórico de exclusão de grande parte da população, dos negros, das comunidades indígenas, dos caboclos do meio rural, que foram expulsos junto com os negros após o 13 de maio de 1988, sem qualquer direito sobre as terras em que trabalhavam e cultivavam e criavam gado, ou qualquer assistência social ou de previdência, sem acesso à alimentação adequada, moradia digna, e trabalho formal. Atualmente são considerados Sem Teto aqueles indivíduos que não possuem moradia para si e sua família.

capacidade de organização e negociação. O MSTs, durante os anos de 2003 a 2006, período de realização dos trabalhos de campo desta pesquisa, ocupou prédios não habitados e terrenos não edificadas, mantendo continuidade de ações depois deste período. O termo ocupação⁶⁰ é conceitualmente diferente de invasão, pois se ocupa um espaço que não está sendo ocupado (ou habitado). O contingente de famílias que se somavam às outras famílias já integrantes do movimento provocou a constante necessidade de serem instaladas novas ocupações consolidando a comunidade⁶¹ MSTs. A localização das ocupações, de forma geral, tem proximidade com fontes de trabalho informal. Não há no MSTs nenhum critério de seleção para a participação no movimento, salvo a necessidade de estar abrigado. No entanto, no gênero, mulheres (e crianças) são maioria numérica nas ocupações; na etnia, afro-descendentes são maioria numérica; na crença, evangélicos são maioria numérica (embora a ala progressista da Igreja Católica, através da Comissão de Justiça e Paz, colabore com o movimento, pois a liderança do movimento tem passagem e história na Teologia da Libertação⁶²). Além da necessidade e do desejo de possuir uma casa, outros fatores contribuíram diretamente (aumento do mercado informal de trabalho) e indiretamente (crise de poder local) para a ascensão do movimento. O MSTs se apresenta como um movimento que tem um “papel de organicidade”, ou a função de organizar determinados setores que parecem ser “inorganizáveis”, a exemplo das instituições públicas vinculadas à moradia na esfera executiva e legislativa, municipal, estadual, e federal, pois “para organizar estas instituições se faz necessário entender os elementos subjetivos, simbólicos e regionalistas da população”. As famílias participantes do movimento têm origem em diversas cidades, em especial, as cidades da Região Metropolitana de Salvador. A motivação aparente parece ser o ganho da casa. A motivação observada é a sobrevivência e a busca de trabalho. O

⁶⁰ Ocupação: local onde as famílias acampam, podendo ser prédio ou terreno, público ou privado.

⁶¹ Comunidade: local efetivo da conquista do teto, que também pode funcionar como núcleo de organização de novas lutas tais como, geração de trabalho e renda, infra-estrutura urbana, entre outras.

⁶² Teologia da Libertação: corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo a partir dos anos 70 do século XX, baseadas na opção pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Desenvolveu-se inicialmente na América Latina. Estas teologias utilizam como ponto de partida de sua reflexão a situação de pobreza e exclusão social à luz da fé cristã. Esta situação é interpretada como produto de estruturas econômicas e sociais injustas, influenciada pela visão das ciências sociais.

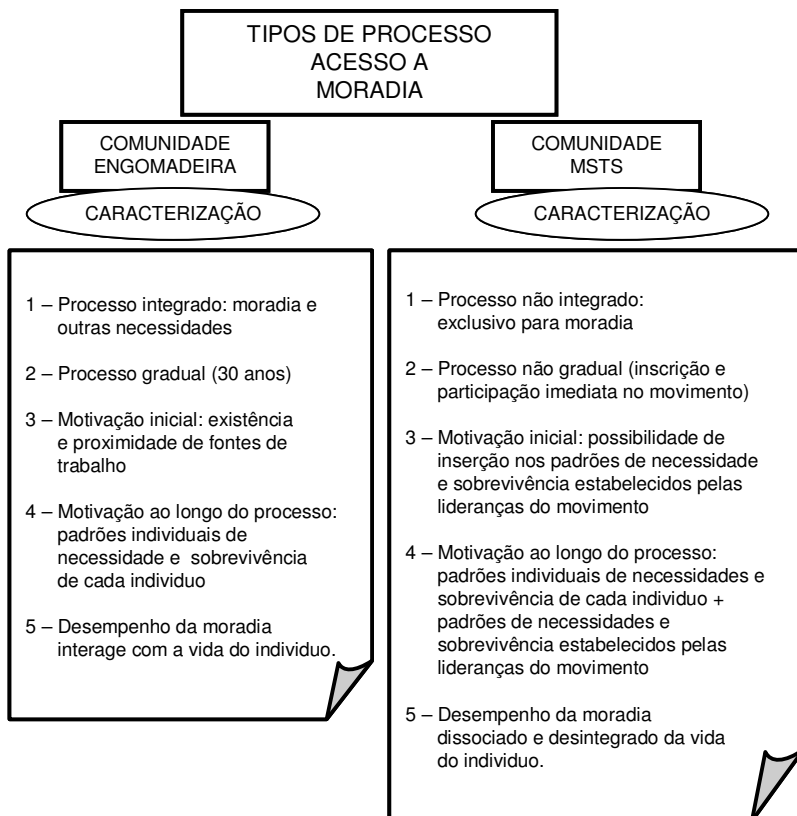


Figura 14 - Caracterização das Comunidades-Amostras Pesquisadas



Figura 15 - Distribuição Espacial das duas Amostras Engomadeira e MSTs (MSTs representada por 15 das suas 26 ocupações no ano de 2006)

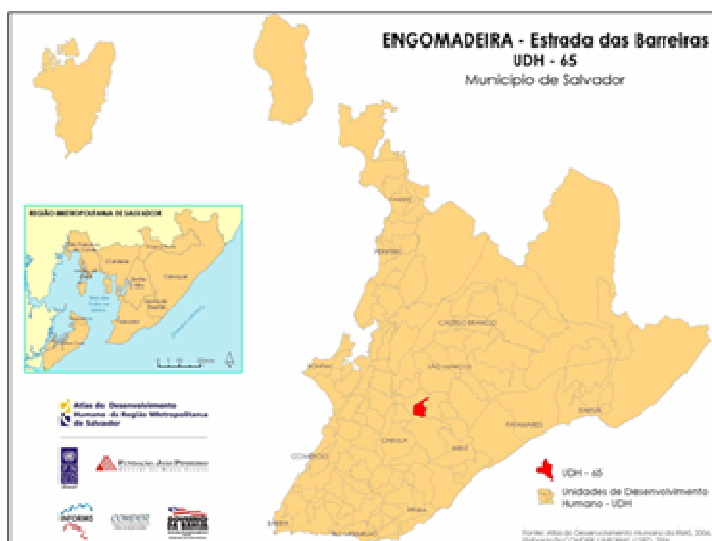


Figura 16 - Amostra Engomadeira 1

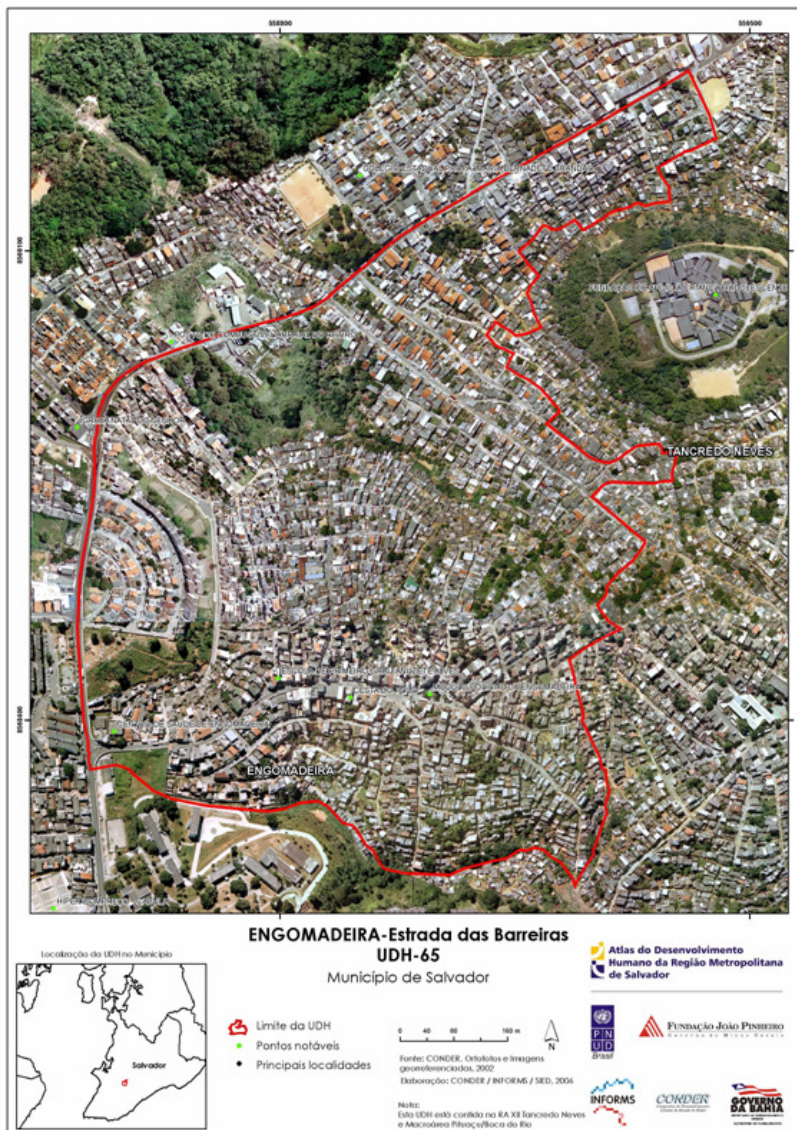


Figura 17 - Amostra Engomadeira 2

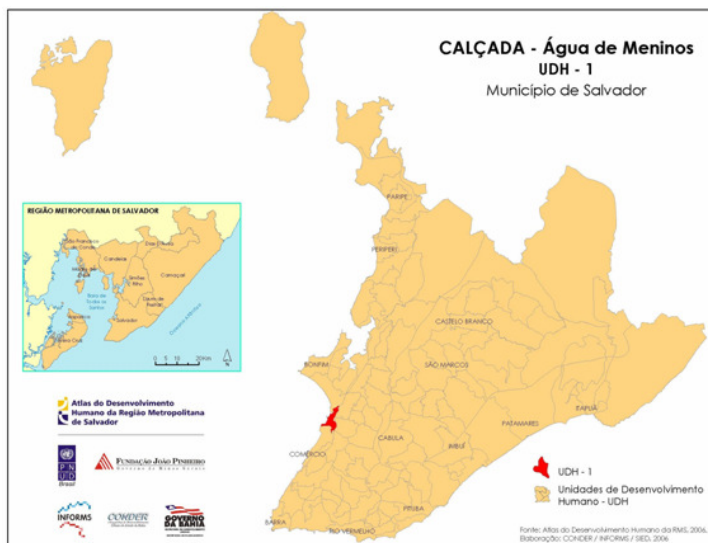


Figura 18 - Amostra MSTs 1 (Calçada, local de concentração das ocupações do MSTs)



Figura 19 - Amostra MSTs 2 (Calçada, local de concentração das ocupações do MSTs)

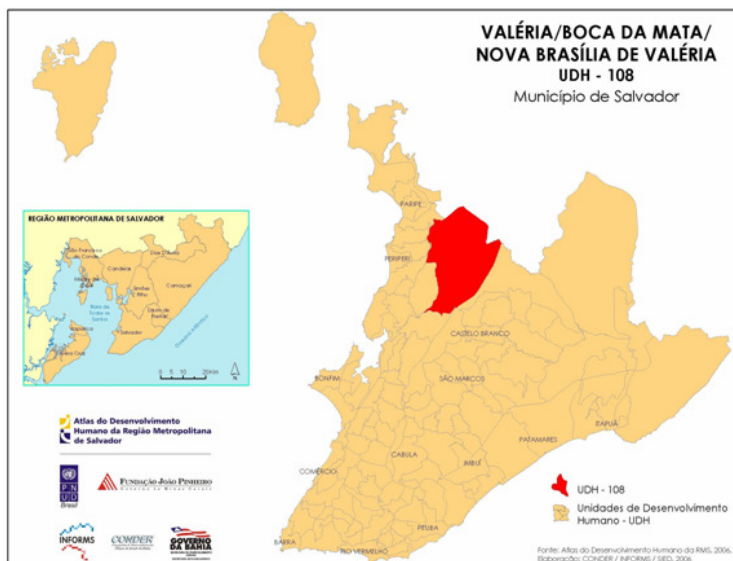


Figura 20 - Amostra MSTs 3 (Valéria, local onde estão sendo construídas as novas casas do MSTs)

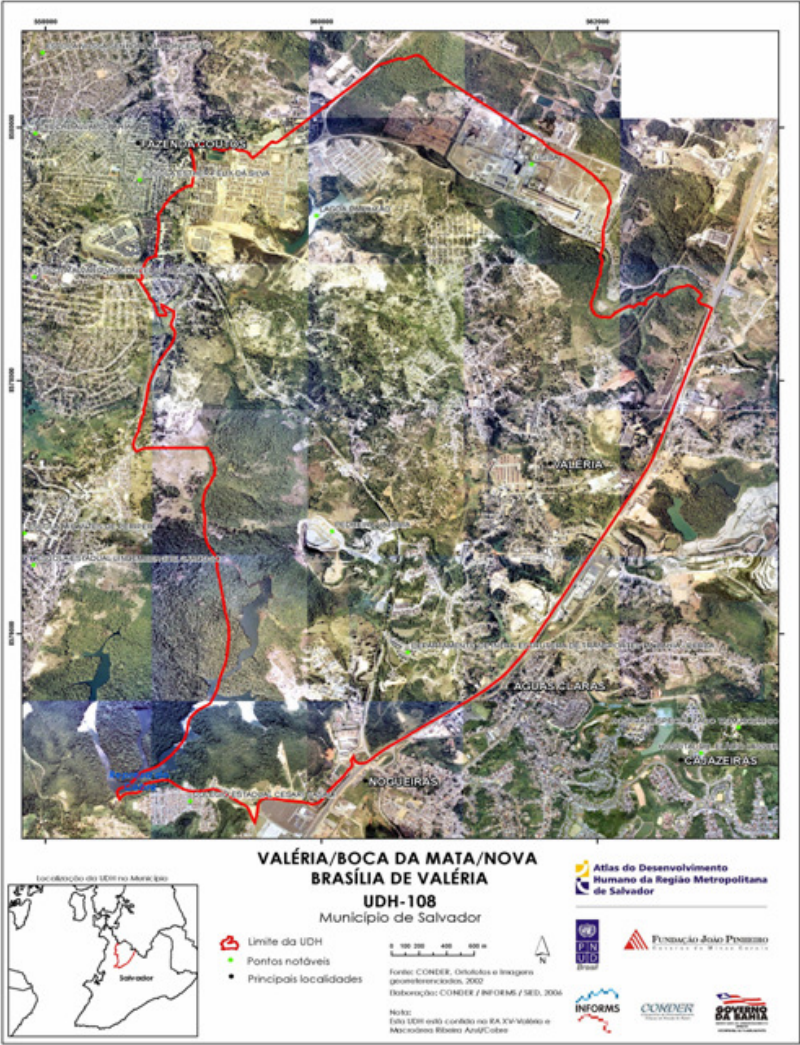


Figura 21 - Amostra MSTs 4 (Valéria, local onde estão sendo construídas as novas casas do MSTs)

3.2.3 Representatividade das amostras

A representatividade das amostras pode ser verificada na relação cidade-comunidade-amostra. O número total de famílias existentes nas

duas comunidades (35.739 famílias) representa 5% do número de famílias existentes na cidade de Salvador (717.538), guardados os desvios por serem os números do MSTs datados do ano 2005, e os números de Engomadeira e da cidade de Salvador, datados do ano 2000. Assim, as amostras têm quantitativo de credibilidade.



Figura 22 - Comunidade Engomadeira e MSTs (construção das casas de Valéria)

3.3 Instrumentos de pesquisa

3.3.1 *Tipo de instrumento de pesquisa*

Foram utilizadas fontes secundárias e fontes primárias na pesquisa de campo. A coleta de dados nos dois tipos de fontes fez parte de projeto elaborado pela autora e selecionado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), através de edital de seleção pública que se propunha a apoiar pesquisas de campo de mestrado e doutorado. O edital teve sua publicação em agosto de 2004. O projeto foi selecionado em dezembro de 2004. O recurso financeiro solicitado (bolsas de alunos) foi liberado em março de 2005. A pesquisa de campo foi realizada no período compreendido entre março de 2005 e março de 2006.

Foi elaborado questionário de pesquisa de campo o e aplicado nas duas amostras. Os dados colhidos tiveram declarações dirigidas e algumas declarações espontâneas. O questionário elaborado conteve:

1. perguntas diretas e respostas diretas.
2. perguntas diretas e respostas espontâneas.
3. comentários espontâneos.

Os alunos entrevistadores foram orientados para proceder a

realização das entrevistas. As entrevistas foram realizadas por quatro alunos diferentes (dois alunos do sétimo semestre do curso de graduação em engenharia da produção civil e dois alunos do quinto semestre do curso técnico de edificações), e acompanhados pela autora deste trabalho. Para a realização das entrevistas foram estabelecidos procedimentos e orientações de conduta para o entrevistador, assim como aplicados alguns filtros no material colhido.

3.3.2 Características do Instrumento de Pesquisa

Os dados coletados das fontes primárias fazem parte de um universo que pode ser caracterizado como:

1. Ambiente natural (e não laboratorial) como fonte de dados.
2. Dados predominantemente descritivos
3. Busca (indireta) de um sistema de significados culturais do universo pesquisado.

Tradicionalmente, as teorias de metodologia científica defendem a necessidade de se manter o pesquisador o mais afastado possível do objeto, como forma de se buscar reduzir o efeito do objeto sobre o pesquisador, para que seus valores e preferências, não influenciem o ato de conhecer. Nas questões do acesso à moradia, assim como na maioria de questões das ciências sociais, compreende-se que, existe a necessidade da interrogação do pesquisador, o acumulado da teoria que conhece a respeito do assunto, interagindo como suporte na construção do conhecimento sobre o objeto de estudo, em sua realidade histórica. A coleta de dados de fontes primárias neste trabalho exigiu do pesquisador capacidade de diferenciar sem dissociar as informações.

Os dados coletados das fontes secundárias fazem parte de um universo que pode ser caracterizado como:

1. registros oficiais (instituições oficiais)
2. registros não oficiais (entrevistas a lideranças da comunidade e catalogação matérias de jornais).

3.3.3 Filtros do Instrumento de Pesquisa

Os filtros estabelecidos para a realização das entrevistas foram:

1. não registrar o nome do entrevistador.
2. registrar o endereço do entrevistado (para oferecer confiabilidade à pesquisa).

3. para a comunidade de Engomadeira, as perguntas do questionário se referem à moradia real ou a vivenciada pelo entrevistado (o entrevistador esclarece isto para o entrevistado).

4. para a comunidade de MSTs, as perguntas do questionário se referem à moradia potencial (modelo das casas de Valéria) ou a ainda não vivenciada pelo entrevistado (o entrevistador esclarece isto para o entrevistado).

5. um núcleo familiar implica em uma só entrevista (ou marido ou esposa ou provedor).

6. a idade desejável mínima para o entrevistado é 21 anos (média).

7. o questionário é preenchido pelos entrevistadores.

3.3.4 Instrumento de pesquisa aplicado nas fontes primárias (questionário de campo)

Os procedimentos e orientações estabelecidos para a realização das entrevistas foram:

Parte A: identifica questões relativas ao indivíduo pertencente à comunidade selecionada para servir de amostra da pesquisa (variáveis nominais).

Parte B: identifica questões relativas à casa (variáveis nominais) do indivíduo pertencente à comunidade selecionada para servir de amostra (dimensão casa X desempenhos da moradia/variáveis ordinais).

Parte C: identifica questões relativas à infra-estrutura (variáveis nominais) física e de serviços do indivíduo pertencente à comunidade selecionada para servir de amostra (dimensão infra-estrutura X desempenhos da moradia/variáveis ordinais).

Parte D: identifica questões relativas à forma de uso (variáveis nominais) da casa do indivíduo pertencente à comunidade selecionada para servir de amostra (dimensão forma de uso X desempenhos da moradia/variáveis ordinais).

Parte E: identifica questões relativas à educação e trabalho (variáveis nominais) do indivíduo pertencente à comunidade selecionada para servir de amostra (dimensão educação e trabalho X desempenhos da moradia/variáveis ordinais).

Parte F: hierarquiza as dimensões/desempenhos da moradia conforme importância para o entrevistado (variáveis ordinais).

Parte G: registra qualquer outro tipo de comentário mencionado espontaneamente pelo entrevistado (variáveis nominais).

3.4 Coleta de dados

O trabalho de campo envolveu um período total de um ano e seis meses, dos quais seis meses foram consumidos com a elaboração de proposta para participação de edital público e providências administrativas referentes ao mesmo; dois meses de capacitação dos alunos selecionados para o trabalho, e 10 meses para o trabalho de coleta de dados das amostras, conforme discriminado:

1. Pesquisa em fontes secundárias.

Objetivo: conhecer para melhor entender as comunidades selecionadas como amostras.

Duração: quatro meses.

1.1 Visitas a instituições públicas, estaduais e municipais para pesquisa em banco de dados da instituição sobre as duas comunidades e a área onde estão inseridas, conforme discriminado no Anexo.

1.2 Catalogadas reportagens publicadas no principal veículo de comunicação impressa, o jornal A Tarde, para o período de 2003 a 2006, para a comunidade MSTs.

1.3 Visitas/entrevistas às associações de bairro da comunidade Engomadeira e visitas às lideranças/entrevistas do movimento MSTs.

2. Pesquisa em fontes primárias.

Objetivo: entrevistar representantes das duas comunidades selecionadas como amostras.

Duração: seis meses.

Foram colhidos na Engomadeira 212 questionários, o que representa 2% do número de famílias existentes na comunidade. Foram colhidos no MSTs, 194 questionários, o que representa 1% do número de famílias existentes na comunidade. Cada questionário está vinculado a uma família. Cada questionário contém 77 variáveis, discriminadas na Figura 5, existindo algumas variáveis nominais e algumas variáveis ordinais.

3.5 Tratamento dos dados

As duas amostras selecionadas, as comunidades de Engomadeira e MSTs, geraram 406 questionários colhidos em fontes primárias, e material descritivo contendo história, formação, e desenvolvimento de

cada comunidade colhido em fontes secundárias. As variáveis⁶⁴ vinculadas às dimensões estudadas e selecionadas para pesquisa de fonte primária pesquisada estão discriminadas na Figura 24. O material gerado em pesquisa de fonte secundária está discriminado no capítulo de Resultados. Os dados gerados pela pesquisa em fontes primárias foram submetidos a tratamento da estatística descritiva e indutiva.

3.5.1 Tratamento de dados: estatística descritiva

A Estatística Descritiva se configura como procedimentos que envolvem a tabulação e descrição de conjunto de observações, cruzadas ou não, sejam elas quantitativas ou qualitativas. Os resultados derivados da análise estatística descritiva viabilizam que sejam estabelecidas conclusões racionais sobre o objeto de estudo, conforme demonstrado nos quadros listados no Apêndice.

3.5.2 Tratamento de dados: estatística indutiva

A Estatística Indutiva ou Estatística Inferencial abrange os métodos de análise de observações que visam testar hipóteses experimentais e estimar características populacionais com base nos dados da amostra. Foi utilizado o Teste Qui-Quadrado de Homogeneidade de Proporções com a finalidade de testar a hipótese⁶⁵ de homogeneidade de proporções entre algumas variáveis pertencentes às duas comunidades, para atender ao método comparativo conforme Capítulo 3. A intenção foi analisar as amostras para distinguir entre os resultados que podem ocorrer facilmente, e os que dificilmente podem ocorrer. No teste de homogeneidade foi testada a afirmação de que as duas comunidades apresentavam a mesma proporção para determinadas características, pois ambas as comunidades são caracterizadas como

⁶⁴ Variável: é uma característica da população. Toda questão de pesquisa define um número de construções teóricas que o pesquisador quer associar. O grau de operacionalização destas construções não faz parte de um consenso. Por essa razão, a seção que trata das definições das variáveis deve permitir ao leitor avaliar a adequação dos instrumentos utilizados, as variáveis escolhidas e as construções teóricas descritas no quadro conceitual.

⁶⁵ Hipótese: em estatística, uma hipótese é uma alegação, ou afirmação, sobre uma propriedade de uma população. Nas pesquisas exploratórias, as hipóteses podem se tornar questões de pesquisa. Estas questões pela sua especificidade devem dar testemunho do trabalho conceitual efetuado pelo pesquisador e, pela sua clareza, permitir uma resposta interpretável.

população de baixa renda.

O Teste de Hipótese ou Teste de Significância tem a finalidade de confirmar se os problemas formulados quanto ao comportamento das variáveis, durante a análise das mesmas, são ou não verdadeiros, adotando-se sempre o H_0 como afirmação. Para proceder ao teste de hipóteses, é necessário fixar um nível de significância α ⁶⁸. Fixar esse valor significa fixar a chance de rejeitar a hipótese H_0 sendo que ela não é falsa, ou seja, a probabilidade cometer um erro deste tipo deve ser especificada. O teste rejeita a hipótese H_0 , se o (p-valor)⁶⁹ for menor do que o nível de significância especificado α , e não rejeita se o p-valor for maior do que α . No teste Qui-quadrado de Homogeneidade de Proporções, a seguinte hipótese é testada:

H_0 : as proporções são iguais nos dois grupos (versus)

H_1 : as proporções são diferentes de um grupo para outro

3.6 Utilização do software spss⁷⁰

A estatística se configura como uma coleção de métodos para planejar experimentos, e obter, organizar, resumir, analisar, interpretar dados, e deles extrair conclusões. Neste trabalho foi usada a estatística suportada pelo SPSS, que é um software aplicativo (programa de computador) do tipo científico. SPSS é uma sigla para *Statistical Package for the Social Sciences*, pacote estatístico para as ciências sociais. Este pacote ajuda no processo de tomada de decisão, pois possui uma série de técnicas estatísticas para transformar dados em informações, podendo ser usado para pesquisa científica. O SPSS Data

⁶⁶ População: na estatística é composta de elementos distintos, possuindo um certo número de características comuns (pelo menos uma). Essa característica comum deve delimitar inequivocamente quais os elementos que pertencem à população e quais os que não pertencem. Estes elementos, chamados de unidades populacionais, são as unidades de análise sobre as quais serão recolhidas informações.

⁶⁷ População de Baixa Renda: renda familiar até 3 salários mínimos, titulares da família com baixa escolaridade, moradia inadequada por algum aspecto.

⁶⁸ @: nível de significância é definido como a probabilidade de rejeitar a hipótese nula (H_0), quando ela é verdadeira.

⁶⁹ p-valor: É a probabilidade de rejeitar H_0 , quando ela é verdadeira, com os dados de uma amostra específica. Este valor é dado pelo pacote estatístico, assim se compara p-valor com o nível de significância escolhido e se toma a decisão. Se o p-valor for menor que o nível de significância escolhido se rejeita H_0 , caso contrário, se aceita H_0 .

⁷⁰ O tratamento dos dados deste trabalho de tese através do sistema SPSS teve a colaboração do Projeto de Extensão do Departamento de Estatística da Universidade Federal da Bahia que promove suporte e consultoria para pesquisas de mestrado e doutorado.

Editor é útil para fazer testes estatísticos, tais como os testes da correlação, multi-colinearidade, e de hipótese, e pode inclusive providenciar ao pesquisador contagens de frequência, ordenar dados, reorganizar a informação. Como programa estatístico é muito usado também pela capacidade de trabalhar com bases de dados de grande dimensão.

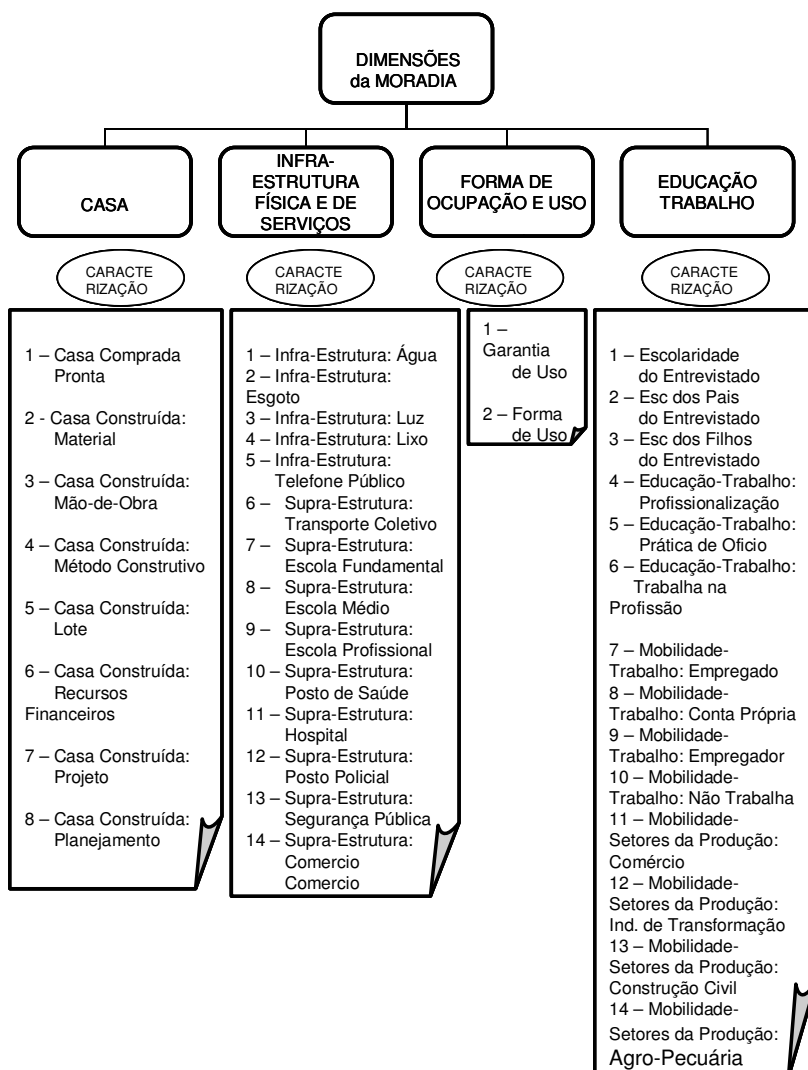


Figura 23 - Variáveis e Categorias (dimensões) das Comunidades

4 RESULTADOS

4.1 Estrutura da análise de dados

Este trabalho de pesquisa tem seus resultados vinculados aos objetivos apresentados no Capítulo de Introdução. Os resultados encontrados foram produzidos pelo tratamento e análise de dados quantitativos (fontes primárias submetidas a tratamento estatístico) e dados qualitativos (fontes secundárias e entrevistas com lideranças das comunidades), gerados pela pesquisa, conforme descrito no Capítulo 3.

Foram consideradas como categorias as quatro dimensões da moradia adotadas no trabalho. Foram consideradas como variáveis os diversos itens existentes no questionário de campo/fontes primárias e que totalizam o número de 77. As variáveis, por sua vez, foram nominais (não têm significado numérico) e ordinais (têm hierarquia numérica). Houve rastreamento de erros em variáveis quantitativos (através de observação de valores extremos da variável, do somatório de valores para a variável, e da observação de valores impossíveis ou inexistentes) e qualitativos (através da confrontação de dados de fontes diferentes). Foi usado o sistema SPSS para as análises de estatística descritiva (variáveis constantes no questionário) e estatística indutiva (teste Qui-Quadrado de homogeneidade de proporções para comparação da relação das variáveis mais importantes da pesquisa de dois grupos independentes, Engomadeira e MSTs). O uso dos dois tipos de técnicas estatísticas, descritiva e indutiva, exprime um sentido de complementariedade (e não de oposição).

4.2 Validação das amostras

- Quadro 1 – Idade do Entrevistado: Limites de idade em atendimento aos filtros estabelecidos. Engomadeira com 92% e MSTs com 83% dos entrevistados maiores de 22 anos.

- Quadro 2 – Gênero do Entrevistado: Engomadeira com 64% e MSTs com 62% dos entrevistados do gênero feminino nos entrevistados. A predominância do gênero feminino está conforme esperado para o tema.

- Quadro 3 – Renda Familiar: Engomadeira com 82% e MSTs com 81% dos entrevistados na faixa de renda familiar de 0 a 3 SM. Maioria numérica em atendimento à caracterização da população

definida como amostra no MSTs e na Engomadeira – população de baixa renda (zero a três SM).

- Quadro 4 – Posição do Entrevistado na Família: Engomadeira com 56% e MSTs com 83% dos entrevistados como titular na família. Maioria numérica de titular como entrevistado em atendimento aos filtros estabelecidos.

- Quadro 5 – Número de Familiares Morando Juntos: Engomadeira com 64% e MSTs com 77% das famílias com 4 membros morando juntos. Maioria numérica em atendimento à caracterização da população definida como amostra – população de baixa renda (estimativa de quatro indivíduos por casa). Engomadeira com 33% e MSTs com 21% das famílias compostas por cinco-oito membros morando juntos. O resultado de Engomadeira demonstra mais densidade familiar possivelmente devido a auto-construção.

- Quadro 30 – Escolaridade do Entrevistado: Engomadeira com 14% e MSTs com 2% dos entrevistados declararam possuir primeiro grau completo. Engomadeira com 33% e MSTs com 5% dos entrevistados declararam possuir segundo completo. Engomadeira com maior escolaridade que MSTs.

- Quadro 33 - Formação para o Trabalho - Profissão adquirida na prática: Engomadeira com 67% e MSTs com 67% dos entrevistados declararam que adquiriram a profissão na prática. Proporções iguais no MSTs e na Engomadeira: cerca de 67% dos indivíduos tem profissão adquirida na prática (construção civil, vendedores ambulantes, etc.), que significa que, para as questões vinculadas ao Trabalho, e tratadas de forma isolada, as duas comunidades têm o mesmo ponto de partida.

Validação das Amostras: Conforme demonstram os resultados acima e explicitados nos referidos quadros localizados no Apêndice, as amostras trabalhadas correspondem à população caracterizada para a pesquisa.

4.3 Resultados estatísticos das fontes primárias

4.3.1 Resultados da estatística descritiva vinculados ao objetivo geral⁷¹

- Quadro 7 - Desempenho Econômico da Casa: Engomadeira com

⁷¹ Objetivo Geral: verificação do impacto da dimensão Educação-Trabalho junto às dimensões casa, infra-estrutura física e de serviços, forma de ocupação e uso, nos desempenhos da moradia nas comunidades pesquisadas.

85% e MSTs com 7% dos entrevistados declararam que o desempenho econômico (relação custo-benefício) da casa é muito importante. Conforme esperado, pois as casas do MSTs do conjunto de Valéria possuem as três dimensões consagradas, mas são longe das fontes de Educação-Trabalho

- Quadro 13 - Desempenho Econômico da Acessibilidade: Engomadeira com 84% e MSTs com 50% dos entrevistados declararam que o desempenho econômico da acessibilidade é muito importante. A Engomadeira possui mais infra-estrutura de serviços e localiza nas proximidades fontes de trabalho, e em MSTs as respostas estão conforme localização da ocupação e a comparação com as casas de Valéria.

- Quadro 19 - Desempenho Econômico da Forma de Ocupação: Engomadeira com 94% e MSTs com 49% dos entrevistados declararam que o desempenho econômico da forma de uso e ocupação é muito importante. Conforme esperado para o MSTs, porque muitos moradores, por não terem trabalho, “sonham” em colocar uma “vendinha” nas imediações das casas de Valéria.

- Quadro 25 - Desempenho Econômico da Educação-Trabalho: Engomadeira com 94% e MSTs com 41% dos entrevistados declararam que o desempenho econômico da educação-trabalho é muito importante. Na Engomadeira, existe proximidade da casa com oportunidade de escolas, universidade, trabalho. No MSTs, a distribuição das respostas possivelmente está relacionada à comparação entre a localização da ocupação (mais interessante) e das casas de Valéria (menos interessante).

Impacto⁷² observado : considerando que o questionário de campo se referia à casa real, na qual, a dimensão Educação-Trabalho foi, ao longo de 30 anos, inserida no território (Engomadeira) e à casa em potencial ou “casa do conjunto de Valéria”, que atende às três dimensões do referencial consagrado (MSTs), foi demonstrado que:

- Desempenho Econômico das dimensões no MSTs é bastante inferior a Engomadeira conforme Quadros 7 – 13 – 19 – 25 - o que está em conformidade com o referencial⁷³ bibliográfico do Capítulo 2.

⁷² Impacto: está sendo considerado o resultado final e em longo prazo atribuível a uma determinada intervenção

⁷³ Padrão de Aldeamento: acomodação territorial de grupos de uma sociedade em relação uns com os outros, com seus recursos ambientais e com as outras sociedades. Uma variável que afeta a localização de uma sociedade são as espécies de fontes de alimentação que seus membros procuram e as habilidades que têm e a forma de uso dessas habilidades (fontes de trabalho geradoras de renda), outra variável seria as experiências evolucionistas (proximidade

- Desempenhos Social e Simbólico das dimensões nas duas comunidades pesquisadas apresentam semelhanças de resultados, mas é importante considerar que, provavelmente as respostas do MSTS tenham vinculação com a força do movimento social e as respostas da Engomadeira tenham vinculação com a construção de uma identidade, ainda conforme o referencial⁷⁴ bibliográfico do Capítulo 2.

- Desempenho Técnico e Ambiental das dimensões nas duas comunidades pesquisadas apresentam semelhanças de resultados, o que está compatível com a argumentação⁷⁵ contida neste trabalho.

Outras considerações:

- Foi observado que, existe a expectativa no MSTS, de que a dimensão Educação-Trabalho, quando inserida e integrada ao contexto da moradia-território provoca impacto positivo nos desempenhos da moradia. Foi observado que existe a expectativa no MSTS que o poder público tem a responsabilidade de construir as casas, e promover esse impacto (a curto prazo!).

- Foi observado, através de informações das fontes secundárias e dos relatos das fontes primárias, que depois de 30 anos de existência, a Engomadeira, pelo seu relativo acesso e integração à Educação-Trabalho, apresenta impacto positivo nos desempenhos da moradia, não sendo observado nos entrevistados o desejo de mudança de bairro ou a expectativa de que o poder público seja responsável pela construção ou reforma das casas existentes, mas tão somente de instalação de melhorias na infra-estrutura urbana.

com as classes sociais de renda média e alta, por servirem de modelo a ser perseguido, além de fonte de trabalho e renda, pois grupos menos favorecidos economicamente, os pobres, procuram sempre acompanhar o deslocamento espacial de grupos mais favorecidos economicamente, os ricos, daí que nas grandes cidades as invasões e favelas se formam e se consolidam próximos a bairros de melhor renda), uma outra variável seria a relação entre as sociedade (ou relações construídas com os bairros vizinhos).

⁷⁴ Os padrões de aldeamento estabelecem a identidade dos territórios que corresponde à identificação de recursos locais e valores do grupo, percebidos endógena e exogenamente como características específicas de um determinado território: paisagem, cultura, música, arquitetura, patrimônio histórico, folclore, etc. Esta identidade, construída historicamente, apresenta símbolos e interesses da população local.

⁷⁵ Materiais, mão-de-obra, e equipamentos, considerados como insumos que têm atuação direta no processo de construir e aliados às tecnologias de produção e às tecnologias de gestão, se configuram como fatores de produção na construção civil, historicamente contemplados com o interesse em pesquisa e desenvolvimento da área de estudo construção civil.

4.3.2 Resultados da estatística descritiva vinculados ao objetivo específico 1⁷⁶

- Quadro 30 - Escolaridade do entrevistado: Engomadeira com 14% e MSTs com 2% dos entrevistados declararam possuir primeiro grau completo. Engomadeira com 33% e MSTs com 5% dos entrevistados declararam possuir segundo completo. Engomadeira com maior escolaridade que MSTs.

- Quadro 33 - Formação para o Trabalho - Profissão adquirida na prática: Engomadeira com 67% e MSTs com 67% dos entrevistados declararam que adquiriram a profissão na prática. Proporções iguais no MSTs e na Engomadeira, o que significa que, para as questões vinculadas ao Trabalho, e tratadas de forma isolada, as duas comunidades têm o mesmo ponto de partida.

- Quadro 31 - Indivíduos com Curso Profissionalizante: Engomadeira com 34% e MSTs com 36% dos entrevistados declararam que possuem curso profissionalizante. Proporções equivalentes no MSTs e na Engomadeira: cerca de 65% dos indivíduos não possuem curso profissionalizante, o que significa que, para as questões vinculadas ao Trabalho, e tratadas de forma isolada, as duas comunidades têm o mesmo ponto de partida.

- Quadro 32 - Indivíduos sem Trabalho: Engomadeira com 34% e MSTs com 57% de indivíduos sem trabalho, embora as duas comunidades possuam em média 65% de indivíduos que não possuem curso profissionalizante.

Efeito⁷⁷ observado: cerca de 65% dos indivíduos nas duas comunidades não fizeram curso profissionalizante, ou cerca de 67% dos indivíduos nas duas comunidades adquiriram a profissão na prática, mas em Engomadeira cerca de 34% dos indivíduos estão sem trabalho e no MSTs, este percentual é cerca de 57%, o que pode significar que, na Engomadeira, por vincular as questões da moradia às oportunidades de educação e trabalho promovidas pelo território, a relação moradia e seus desempenhos, seja mais efetiva que no MSTs, embora não garanta ascensão à renda superior a 3SM, devido à ausência de profissionalização no exercício de um ofício. Desta forma foi observado um efeito positivo para a inserção e integração da dimensão Educação-

⁷⁶ Objetivo Específico 1: verificação do efeito da inserção e integração da dimensão Educação-Trabalho junto às dimensões casa, infra-estrutura física e de serviços, forma de ocupação e uso, para o morador da comunidade pesquisada.

⁷⁷ Efeito: está sendo considerado a mudança real ou desejável nas condições que definem o que foi observado entre a geração do produto e a verificação do impacto

Trabalho junto às dimensões casa, infra-estrutura física e de serviços, forma de ocupação e uso, para o morador da comunidade pesquisada.

4.3.3 Resultados da estatística descritiva vinculados aos objetivos específicos 2⁷⁸

- Quadro 34 – Hierarquização das Dimensões-Comunidades: Engomadeira com 46% e MSTS com 35% dos entrevistados declararam priorizar a casa dentro do universo das quatro dimensões da moradia pesquisadas. Engomadeira com 14% e MSTS com 43% dos entrevistados declararam priorizar a educação-trabalho dentro do universo das quatro dimensões da moradia pesquisadas. No MSTS, maioria das respostas prioriza a Educação-Trabalho, está conforme esperado, mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso à Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza por parte dos entrevistados dessa priorização, devido a baixa escolaridade. A concentração de resposta de Engomadeira na dimensão Forma de Ocupação não está conforme o esperado.

- Quadro 35 – Hierarquização das Dimensões: Gênero-Comunidade: Na Engomadeira 45% e no MSTS 37% dos entrevistados do gênero feminino prioriza a Casa. Na Engomadeira 15% e no MSTS 41% dos entrevistados do gênero feminino prioriza a Educação-Trabalho. Conforme esperado - mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso à Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza dessa priorização, devido a baixa escolaridade.

- Quadro 36 – Hierarquização das Dimensões: Idade-Comunidade: Engomadeira 32% e no MSTS 11% dos entrevistados e situados na faixa etária entre 22 e 50 anos declararam priorizar a casa. Engomadeira 26% e no MSTS 32% dos entrevistados e situados na faixa etária entre 22 e 50 anos declararam priorizar a educação-trabalho.

- Quadro 37 – Hierarquização das Dimensões: Posição na Família-Comunidade: Na Engomadeira 49% e no MSTS 32% dos entrevistados e titulares da família declararam priorizar a casa. Na

⁷⁸ Objetivo Específico 2: verificação da importância do produto casa para o morador da comunidade pesquisada.

Engomadeira 10% e no MSTS 45% dos entrevistados e titulares da família declararam priorizar a educação-trabalho.

- Quadro 38 – Hierarquização das Dimensões: Renda-Comunidade: Na Engomadeira 48% e no MSTS 35% dos entrevistados e com renda familiar de zero a três SM declararam priorizar a casa. Na Engomadeira 14% e no MSTS 39% dos entrevistados e com renda familiar de zero a três SM declararam priorizar a educação-trabalho. No MSTS, dos 38 entrevistados declarados sem renda, 34% priorizam a casa e 58% priorizam a educação-trabalho. Conforme esperado, mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso a Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza por parte dos entrevistados dessa priorização, devido à baixa escolaridade.

- Quadro 39 – Hierarquização das Dimensões: Formação para o Trabalho-1: Na Engomadeira 48% e no MSTS 36% dos entrevistados que não possuem formação para o trabalho (curso profissionalizante) declararam priorizar a casa. Na Engomadeira 13% e no MSTS 42% dos entrevistados que não possuem formação para o trabalho (curso profissionalizante) declararam priorizar a casa priorizar a educação-trabalho. Conforme esperado, mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso a Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza por parte dos entrevistados dessa priorização, devido à baixa escolaridade.

- Quadro 40 – Hierarquização das Dimensões: Formação para o Trabalho-2: Na Engomadeira 45% e no MSTS 32% dos entrevistados que adquiriram profissão na prática declararam priorizar a casa. Na Engomadeira 14% e no MSTS 47% dos entrevistados que adquiriram profissão na prática declararam priorizar a educação-trabalho. Conforme esperado, mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso a Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza por parte dos entrevistados dessa priorização, devido à baixa escolaridade.

Importância do Produto: conforme Quadro 41 (Hierarquização Geral por Renda Familiar) do total de pessoas pesquisadas (406), dos 100% dos indivíduos que Não têm Renda, 58% prioriza a Educação-Trabalho; e do 100% dos indivíduos que Têm Renda de zero a três SM, 41% prioriza a Casa e 27% prioriza a Educação-Trabalho. E separadamente, conforme as amostras:

- A amostra MSTS priorizou a dimensão Educação-Trabalho como demonstrado nos quadros 34 – 35 – 36 – 37 – 38 – 39 – 40. Mesmo não possuindo clareza racional (indivíduos de baixa escolaridade – pouca formação profissional – pouca informação), existe priorização dessa dimensão na vida do indivíduo, ou na relação morador-moradia-território, o que está em conformidade com o referencial bibliográfico⁷⁹ adotado neste trabalho. A priorização desta dimensão por parte dos indivíduos envolvidos na pesquisa, em especial no MSTS, possivelmente os impulsiona a buscar o acesso à Educação-Trabalho através do acesso a Casa, o que em consonância com os objetivos desta pesquisa implica na necessidade de serem integradas as quatro dimensões para a viabilização de efetividade na busca de soluções para as questões da habitação de interesse social.

- A amostra Engomadeira priorizou a Casa como demonstrado nos quadros 34 – 35 – 36 – 37 – 38 – 39 – 40. Esta amostra apresentou respostas relacionadas com a localização das casas no bairro e o grau de escolaridade do entrevistado, e demonstra que, por ter (um relativo acesso à Educação-Trabalho) as famílias podem concentrar esforços no acesso a casa por iniciativa própria (tipo auto-construção), e não por estar vinculada à um movimento social ou programa de governo.

4.3.4 Resultados da estatística indutiva: vinculação conceitual morador-moradia-território

Existem evidências, ao nível de 5% de significância⁸⁰, que as duas comunidades são diferentes para o fator testado nos Testes⁸¹ 1 – 2- 3- 4- 5- 6- 7- 8- 11- 12 – 13- 14. Os fatores estão relacionados às variáveis⁸² da pesquisa. Este resultado está em conformidade com o referencial bibliográfico adotado no Capítulo de Fundamentação Teórica.

Não existe evidências, ao nível de 5% de significância, que as

⁷⁹ Paulo Freire, Milton Santos, Lev Vygotsky, Paulo Nathanael de Souza, Edgar Morin, e Maria Cândida Moraes, e Charles Darwin.

⁸⁰ Nível de significância: É definido como a probabilidade de cometer o erro de tipo I, ou seja, rejeitar a hipótese nula (H_0), quando ela é verdadeira.

⁸¹ Testes Qui-Quadrado de Homogeneidade de Proporções com a finalidade de testar a hipótese de homogeneidade de proporções entre algumas variáveis pertencentes às duas comunidades, para atender ao método comparativo conforme Capítulo 3.

⁸² Variáveis: Tecnologia da Casa (método construtivo – lote – recurso financeiro – planejamento para a construção) – Desempenhos da Dimensão Casa – Desempenhos da Dimensão Educação-Trabalho – Escolaridade – Trabalho/Profissão.

duas comunidades são diferentes para o fator testado nos Testes 9 – 10 – 15 – 16. Os fatores estão relacionados às variáveis da pesquisa. Os resultados do Teste 9 (desempenho social da casa) e do Teste 10 (desempenho social da forma de ocupação da casa) sinalizam para a existência de proporção não diferente do tipo de resposta entre as duas comunidades, possivelmente porque o pertencimento via adesão a um movimento social como o MSTS equivale ao pertencimento a uma comunidade construída através da interação dos seus indivíduos ao longo de décadas. Os resultados do Teste 15 (indivíduos com curso profissionalizante) e do Teste 16 (indivíduos com profissão adquirida na prática) sinalizam para a existência de proporção não diferente do tipo de resposta entre as duas comunidades, endossam o resultado dos quadros 31 – 32 da estatística descritiva.

Considerando que os testes de aderência⁸³ (incluindo o qui-quadrado) correspondem a uma classe dos testes de hipóteses que tem como função verificar a forma de uma distribuição de probabilidade, isto é, visualizar se os dados referentes a uma distribuição de probabilidade se adequam a curva de um modelo distributivo hipotético (no caso se H1 se adequa a H0), o que significa dizer que os testes de aderência são instrumentos da estatística indutiva que se faz uso para saber se um determinado modelo distributivo se adequa ou não a uma dada amostra, conclui-se que as características de uma comunidade não se adequam às características da outra. A estatística indutiva foi usada para a análise de um fator por teste (univariado). Os testes de homogeneidade da estatística indutiva endossam os resultados da estatística descritiva, pois demonstram que, as comunidades testadas são diferentes, apesar de ambas serem caracterizadas como população de baixa renda, o que está em concordância com o referencial de argumentação⁸⁴ deste trabalho de pesquisa. Não houve a pretensão de ser criado um modelo teórico (mesmo um multivariado seria limitador). A constatação de que as duas comunidades são diferentes, implica, de acordo com a proposição deste trabalho, em tratamento diferente para a questão da moradia para cada uma das duas comunidades.

⁸³ Os testes de aderência, como qualquer teste de hipóteses, tem o objetivo de verificar se há uma diferença estatística significativa entre as observações e as supostas realizações, caso essas proviessem de uma população hipotética incluída em H0.

⁸⁴ Paulo Freire, Milton Santos, Lev Vygotsky, Paulo Nathanael de Souza, Edgar Morin, e Maria Cândida Moraes.

4.4 Resultados da Sistematização de dados das fontes secundárias

4.4.1 Comunidade de Engomadeira

4.4.1.1 Caracterização da Comunidade e seus Moradores

4.4.1.1.1 Localização geográfica da comunidade

O bairro de Engomadeira localiza-se no chamado “miolo de Salvador”, com altitude média de 70 metros acima do nível do mar. Apresenta topografia acidentada, caracterizada por um grande grotão, com encostas íngremes e declividade média de 35%. Tem como limites outros bairros de Salvador, a exemplo de Beirú (atualmente Tancredo Neves), Vila Dois Irmãos, Narandiba, assim como faz divisa com diversos conjuntos habitacionais, como Cabula IV, Cabula V, Pomar do Cabula, Condomínio Solar dos Orixás, Conjunto ACM, Maestro Vanderley. Urbanizado há 25 anos, o bairro apresenta traçado desordenado e situação diferenciada entre a parte alta e a parte baixa, que apresenta casas de padrão inferior, às margens de um canal condutor de esgoto a céu aberto, e está caracterizada como área de risco de deslizamento, de alagamento, e de poluição ambiental. Predominam na localidade edificações residenciais de alvenaria e sem reboco, algumas com até três níveis de pavimentos. A maioria das famílias são proprietárias dos imóveis, entretanto o processo de locação já pode ser observado em alguns pontos. O bairro dispõe de abastecimento de água e de energia elétrica, embora existam também diversas ligações clandestinas. Contudo, inexistem drenagem e esgotamento sanitário até a presente data, e a coleta de lixo é feita de forma incipiente, pois na parte mais baixa, o lixo é ensacado e colocado em local distante para ser recolhido. As vias de acesso possuem pavimentação parcial, e se encontram em estado precário de conservação, e da mesma forma, as escadarias drenantes.

4.4.1.1.2 Período de existência da comunidade

Segundo relato de moradores, a ocupação inicial ocorreu na década de 50, período no qual toda a região que hoje compreende o bairro do Cabula era uma área praticamente rural, situação que permaneceu até a década de 70. Fazendas, chácaras, e roças eram os

tipos de propriedades encontradas no que hoje é o bairro do Cabula e adjacências. Nas palavras de D. Sônia Regina, 52 anos, dona de casa e moradora desde a origem do bairro “o bairro do Cabula todo era uma chácara, e dentro havia a Engomadeira que era um tipo de interior. Um interiorzinho cheio de plantas, frutas, muitas jaqueiras, mangueiras, [...] jaqueira então tinha bastante! E a Engomadeira era um bairro como interior mesmo, não tinha transporte, água encanada, asfalto, ônibus [...]”.

4.4.1.1.3 Agente iniciador do processo de formação de invasão para a moradia

O principal córrego de Engomadeira se localizava onde hoje é o fim de linha do ônibus, cortando a Rua 15, que hoje se denomina Rua 25 de Dezembro. O córrego acabou se tornando um dos fatores de popularização do bairro, já que sua presença favorecia a principal atividade desenvolvida pelos moradores dos bairros vizinhos na época, que era a agricultura de subsistência, havendo, porém, a comercialização dos excedentes.

Outro fator que, contribuiu para o crescimento do bairro, foi a construção de diversos conjuntos habitacionais, a partir dos anos 70, e em diversas partes do bairro do Cabula, e a conseqüente urbanização do bairro a partir dos anos 80. Sobre as mudanças proporcionadas pela urbanização do bairro, Dona Sônia assinala em seu depoimento que “quando começou a melhora, veio também a piora também, que foi destruindo tudo, foi quando os primeiros apartamentos começaram a ser construídos. Foi ruim porque perdeu a parte bonita, mas também começou a infra-estruturar o bairro com água e luz. As datas eu não me lembro, mas a poluição dos rios chegou com a construção dos primeiros conjuntos de apartamentos ao redor do rio, e as canalizações eram esvaziadas nos rios. Os detritos eram jogados nos rios. E aí as pessoas não podiam mais ter suas roças, porque a água encanada ainda não era para todo mundo, e quem morava na baixada continuou usando água da fonte por muitos anos [...]”.

4.4.1.1.4 Localidade principal de origem dos moradores

Além dos moradores originais da área, o crescimento da comunidade de Engomadeira se deu principalmente pela imigração de

moradores de bairros vizinhos, e de outros lugares do interior do estado, no final da década de 60 e início da década de 70. Nas palavras de Edmundo Guedes, radialista, treinador de futebol, e morador da comunidade “a partir da década de 60, os moradores começaram a chegar. Chegava um, dois, três, [...]. Na década de 60, 70, foi quando o bairro começou a crescer e aí foi-se... o governo da época, não me lembro bem quem era, começou a colocar energia, saneamento básico, [...] é, no caso, a água...que não tinha naquele tempo não, não existia a água [...] a Embasa não existia”.

4.4.1.1.5 Perfil de formação escolar dos moradores

Os moradores da comunidade de Engomadeira têm perfil de escolaridade com índice acentuado de analfabetismo na presente data, situado na ordem de 30% do total de moradores, sendo que a maioria da população alfabetizada se enquadra na categoria e primeiro grau incompleto. A população pesquisada assinalou que, apenas 36% freqüentaram escola, e como causas para atribuídas a esse baixo índice, foi registrada a questão econômica, como a necessidade de trabalhar desde cedo para reforçar, ou complementar, o orçamento familiar. Por outro lado, na área existem apenas duas escolas públicas de primeiro grau e sem condições de atender a toda a população de faixa escolar, o que obriga o uso de transporte para estudar em escolas localizadas em outros bairros, representando um ônus a mais para a família.

4.4.1.1.6 Perfil de formação profissional dos moradores

Foi constatado, em relação à estrutura ocupacional da população ativa, que o setor terciário detém o maior contingente de mão-de-obra do bairro e que uma considerável parcela da população economicamente ativa se ocupa com serviços de baixa produtividade, a exemplo de comércio ambulante, serviços de limpeza, vigilância, entre outros.

4.4.1.1.7 Estrutura familiar dos moradores

Não foram encontrados registros de dados sobre a estrutura familiar dos moradores da comunidade de Engomadeira.

4.4.1.1.8 Perfil de renda familiar dos moradores

Foi verificado que, a população economicamente ativa da Engomadeira se caracteriza como de baixa renda, pois de acordo com as fontes secundárias pesquisadas, 16,5% das famílias têm renda total de até um salário mínimo, 32% têm renda entre um e dois salários mínimos, e 23,4% têm renda entre dois e três salários mínimos. Portanto, mais de 70% das famílias têm renda mensal inferior a três salários mínimos.

4.4.1.1.9 Perfil social (gênero e idade) dos moradores

Segundo as fontes secundárias pesquisadas, a população do bairro é composta de 50,47% do gênero masculino e 49,53% do gênero feminino, e com relação à faixa etária, existe predominância de crianças e jovens com até 20 anos e que totalizam um índice de 58,69% da população. A faixa etária de menor relevância está acima de 55 anos, contando com apenas 4,05% do total.

4.4.1.2 Morador – Moradia – Território - Sustentabilidade Urbana

4.4.1.2.1 Motivação dos moradores para instalação de moradias na comunidade

Morar próximo ao bairro do Cabula

4.4.1.2.2 Justificativa dos moradores para permanência e consolidação do bairro

Morar próximo ao bairro do Cabula.

4.4.1.2.3 Anseios e reivindicações dos moradores da comunidade

Ter acesso a abastecimento de água encanada para todo o bairro, melhoria das condições das vias (asfaltamento das ruas), fornecimento de energia elétrica em todo o bairro, coletores de esgoto, coleta de lixo, escolas de segundo grau, reforço na segurança.

4.4.1.2.4 Lideranças da comunidade

A liderança do bairro é exercida de forma descentralizada. Existem quatro associações de moradores na presente data.

4.4.1.2.5 Suporte financeiro para as associações de bairro

Na maioria dos casos, as associações de moradores se mantêm, por meio de contribuições dos próprios associados. Em alguns casos, elas encontram suporte financeiro em programas do governo (municipal, estadual, federal), ou em instituições como a Universidade do Estado da Bahia, Uneb.

4.4.1.2.6 Suporte legal para as associações de bairro

As quatro principais associações de moradores, descritas no item 2.10, se encontram devidamente registradas em cartório.

4.4.1.2.7 Suporte político para as associações de bairro

Apenas a Associação dos Moradores da Engomadeira, entre as quatro pesquisadas, deu indícios de envolvimento com grupos políticos, embora sem revelar qual seja o grupo.

4.4.1.2.8 Suporte tecnológico oferecido à comunidade

O principal (e possivelmente o único) suporte tecnológico oferecido à comunidade acontece através de alguns cursos oferecidos pelos projetos de extensão da Uneb.

4.4.1.2.9 Suporte social oferecido à comunidade

A Engomadeira possui quatro associações de bairro:

- Associação Cultural e Comunitária Engenho dos Negros (ACCEN), localizada na Travessa São Francisco, número 214, em um local mais conhecido como “Baixa do Reggae”. As principais atividades

desenvolvidas por essa associação são registradas como a alfabetização de crianças e adultos (50 pessoas beneficiadas); a profissionalização de jovens (62 jovens beneficiados) através de aulas de informática, artesanato, produção de adereços para o carnaval, percussão, inglês, técnicas de DJ, e manutenção de computadores. Há também uma horta auto-gestionada e um banco de informações sobre emprego e serviços, e de dúvidas e diagnóstico sobre mercado de trabalho. A ACCEN foi fundada oficialmente em 1996, mas funciona desde 1994, e tem projetos ligados à prefeitura, que oferece uma ajuda mínima à Escola Comunitária, através do projeto de Merenda Escolar, embora já tenha um ano sem que os alimentos sejam entregues. Existem ainda alguns projetos em parceria com a Uneb e com a Associação de Escolas Comunitárias (AEC) além de outros projetos esporádicos.

- Sociedade Beneficente Recreativa e Cultural do Bairro da Engomadeira, localizada na Rua Direita da Engomadeira, número 29-E. As principais atividades desenvolvidas são registradas como campeonatos de dominó, aulas de capoeira, cursos profissionalizantes variados, e eventos sociais. Fundada em 1961, a Sociedade Beneficente é a mais antiga associação ainda existente na Engomadeira, e surgiu devido à necessidade de lazer e recreação percebida pelos moradores.

- Associação dos Moradores da Engomadeira, localizada na segunda travessa da Rua São Francisco, número 60. Fundada no ano de 2003, tem como principais atividades desenvolvidas a promoção de eventos, campeonato de futebol, doação de cestas básicas, remédios, materiais de construção, distribuição de sopas, realização de passeios, transporte para enterros, lavagem da rua, e retirada gratuita de documentos.

- Conselho de Moradores do Bairro da Engomadeira (COMOBE), localizado na Rua Direta da Engomadeira, número 6. As principais atividades desenvolvidas são cursos profissionalizantes, a exemplo de, corte e costura, confecção de bonecas, confecção de velas e sabonetes, e escolinha infantil (reforço escolar). O Conselho existe desde 1985 e sobrevive graças à taxa mensal de R\$1,00 cobrada de seus 63 associados, e da mensalidade da escolinha infantil (R\$20,00 por criança). O Conselho já contou com a participação de mais de 300 associados e já obteve apoio de projetos como o “Capacitação Solidária”, que chegou a financiar R\$ 30.00,00 na comunidade. Atualmente o número de associados reduziu bastante, pois o Conselho não realiza mais atividades de assistência (distribuição de ticket-leite, colchões, cestas básicas) itens que atraem a participação de moradores.

4.4.1.2.10 Suporte cultural oferecido à comunidade

O suporte cultural é oferecido pelas próprias associações conforme discriminado no item anterior.

4.4.1.2.11 Suporte para as questões do meio ambiente oferecido à comunidade

Não há suporte ambiental adequado. Uma das principais reivindicações dos moradores é justamente o tratamento dos esgotos, em sua maioria proveniente dos conjuntos habitacionais que circundam a comunidade de Engomadeira.

4.4.1.2.12 Suporte para a geração de trabalho-renda oferecido à comunidade

Além das quatro associações de moradores existentes no bairro, a Engomadeira ainda conta com a colaboração da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), entidade criada e mantida pela Uneb e situada no Campus Cabula. A Engomadeira, pela sua proximidade com a Uneb, acabou sendo a primeira comunidade trabalhada pela ITCP. A interação Incubadora-Comunidade ocorreu inicialmente por intermédio das organizações locais, a fim de promover a mobilização de um grupo disposto a construir um empreendimento solidário. Dessa interação surgiu a COOFE, Cooperativa de Múltiplas Fontes de Produção de Alimentos, respondendo a demanda instalada de empreendimento desta natureza com atividade produtiva prioritária, a fabricação de pães. A COOFE está devidamente registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia, Receita Federal, Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do solo do Município de Salvador, e tem sua sede localizada provisoriamente em uma casa alugada, local onde um grupo de mulheres produz pães em regime de cooperativa para serem vendidos dentro da própria comunidade.

4.4.1.2.13 Suporte oferecido à comunidade para movimentação física dos moradores

Não foi encontrado nenhum tipo de registro para essa finalidade.

4.4.1.3 Tendências vinculadas à temática moradia-território-sustentabilidade urbana percebidas na comunidade

4.4.1.3.1 Tecnológica (busca de solução para a moradia)

Na presente data, na comunidade Engomadeira, não há nenhum projeto relativo à questão da moradia.

4.4.1.3.2 Econômica (busca de soluções para a geração de trabalho e renda no bairro)

Na presente data, na comunidade Engomadeira, os principais projetos relacionados à capacitação para o trabalho são os cursos profissionalizantes oferecidos pelas associações de bairro e pela COOFE. Os moradores possuem a percepção da necessidade de mobilização para essa questão.

4.4.1.3.3 Social (busca de solução para os conflitos com a vizinhança do bairro)

Na presente data, na comunidade de Engomadeira, não há indícios de conflitos com a vizinhança, exceto por alguns moradores que se estabeleceram no terreno pertencente à UNEB, violando um acordo informal que a universidade tem com a comunidade.

4.4.2 Comunidade Movimento dos Sem Teto de Salvador

4.4.2.1 Caracterização da Comunidade e seus Moradores

4.4.2.1.1 Localização geográfica da comunidade

“O MSTs surgiu a partir da ocupação de um terreno no km 12 da Estrada Velha do Aeroporto” (Fonte: A Tarde, 29/10/04).

4.4.2.1.2 Período de existência da comunidade

“Iniciou-se no dia 02 de julho de 2003 (2 de julho é a data de

referência para as comemorações da independência da Bahia do domínio português), mas apenas em 21 de agosto de 2003, ganhou conotação de movimento organizado, seguindo uma tendência verificada em outras capitais brasileiras, e trilhando o mesmo caminho dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra” (Fonte: A Tarde, 06/08/03).

4.4.2.1.3 Agente iniciador do processo do movimento para acesso à moradia

“O presidente do Conselho de Moradores de Mussurunga, Jhones Bastos, decidiu chamar algumas pessoas para a praça local e invadir o terreno km 12 da Estrada Velha do Aeroporto” (Fonte: A Tarde, 16/01/05).

4.4.2.1.4 Localidade principal de origem dos moradores/participantes MSTs

Os participantes do movimento são moradores da cidade de Salvador, formando um agrupamento, no início de aproximadamente 100 famílias, que se deslocaram do bairro de Vila Verde, nas proximidades da Avenida Paralela. (Fonte: A Tarde, 05/05/04).

Atualmente existe uma grande diversidade na origem dos participantes do movimento, embora quase todos do ambiente urbano.

4.4.2.1.5 Perfil de formação escolar dos moradores/participantes MSTs

Foram cadastrados pela Secretaria de Habitação do Município (SEHAB) 950 famílias nas 14 ocupações do MSTs (atualmente existem 28 ocupações). Provavelmente devido às dificuldades estruturais do movimento, as informações colhidas e cadastradas pela Secretaria de Habitação do Município não se configuram como claras e completas. Existe registro na SEHAB de participantes do MSTs com formação escolar conforme discriminado abaixo:

- analfabeto
- primeiro grau incompleto e/ou completo
- segundo grau incompleto e/ou completo

- terceiro grau incompleto e/ou completo
- outros e sem informação

4.4.2.1.6 Perfil de formação profissional dos moradores/participantes MSTs

Existe registro na SEHAB de participantes do MSTs com formação profissional conforme discriminado abaixo:

- construção civil
- catador de lixo (para reciclagem)
- autônomo e biscateiro
- servente de limpeza
- ambulante e vendedor
- estudante
- aposentado
- outras informações e sem informações

4.4.2.1.7 Estrutura familiar dos moradores/participantes MSTs

Não foram encontrados registros de dados sobre a estrutura familiar dos participantes do movimento. Nas ocupações do MSTs, existem homens, mulheres, e crianças, provavelmente vivendo sob a forma de família.

4.4.2.1.8 Perfil de renda familiar dos moradores/participantes MSTs

Existe registro na SEHAB de participantes do MSTs com renda familiar conforme discriminado abaixo:

- zero a um SM
- um a dois SM
- dois a três SM
- sem renda
- outros e sem informação

4.4.2.1.9 Perfil social (estado civil) dos moradores/participantes MSTs

Existe registro na SEHAB de participantes do MSTs com estado

civil conforme discriminado abaixo:

- solteiro ou separado – totaliza quase 80%
- casado
- outros e sem informação

4.4.2.1.10 Perfil social (idade) dos moradores/participantes MSTs

Existe registro na SEHAB de participantes do MSTs com faixa etária conforme discriminado abaixo:

- entre 30 e 50 anos – a maioria dos participantes
- entre 18 e 30 anos
- abaixo de 18 anos
- outros e sem informação

4.4.2.1.11 Perfil social (cor de pele) dos moradores/participantes MSTs

- negros e pardos – a maioria dos participantes
- brancos
- outros e sem informação

4.4.2.1.12 Forma de uso da moradia (forma de moradia anterior à participação no movimento) dos moradores/participantes MSTs

- uni-familiar
- pluri-familiar
- outros e sem informação

4.4.2.1.13 Forma de uso da moradia (forma de ocupação da moradia anterior à participação no movimento) dos moradores/participantes MSTs

- cedida
- invadida
- alugada
- própria
- outros e sem informação

4.4.2.1.14 Tecnologia da casa (material da casa anterior à participação no movimento) dos moradores/participantes MSTS

- alvenaria
- madeira ou similar
- mista
- outros e sem informação

4.4.2.2 Morador – Moradia – Território - Sustentabilidade Urbana

4.4.2.2.1 Motivação dos coordenadores do MSTS para a criação do movimento

Pedro Cardoso, um dos coordenadores do movimento, explicita o fundamento e o porquê do movimento.

O MSTS quer esclarecer o mecanismo de funcionamento da sociedade capitalista e a luta por um teto é apenas o meio para esse entendimento e para a construção de uma sociedade melhor. (Fonte: A Tarde, 02/02/2004).

4.4.2.2.2 Justificativa dos moradores para adesão e permanência no movimento MSTS

São pessoas que não têm emprego, moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura. Vivem como sombras nos semáforos, nas esquinas, nos bancos das praças, atrás de um prato de comida, um trocado. Essas pessoas enfrentam a indiferença, o preconceito, a violência policial. Estão excluídas das decisões políticas que determinam os rumos da vida social [...] Através das ocupações os participantes do MSTS pretendem conseguir prioritariamente, moradia, além disso, suas reivindicações requerem atenção para as condições precárias em que vive a população participante do movimento, almejando os direitos básicos do cidadão, como saúde, educação, alimentação, lazer, e auto-sustentabilidade por meio de garantias de trabalho, emprego, e consequentemente renda. Pedro Cardoso e Jhones

Bastos, coordenadores do movimento. (Fonte: A Tarde, 02/02/2004).

4.4.2.2.3 Justificativa dos moradores para consolidação do movimento MSTs

A existência e consolidação do movimento estão justificadas como consequência do modelo econômico capitalista no qual estamos inseridos. Este modelo oferece margem à aquisição de terras e habitação com fim meramente especulativo, existindo dessa forma terra e habitação desocupadas, ao passo que o número de desempregados aumenta significativamente. (Fonte: A Tarde, 02/02/2004).

4.4.2.2.4 Anseios e reivindicações dos moradores do movimento MSTs

A comunidade autodenominada Movimento dos Sem-Teto de Salvador reivindica acesso à moradia e políticas públicas para melhores condições de vida conforme informações de fontes da imprensa local.

4.4.2.2.5 Lideranças do movimento MSTs

O MSTs possui liderança centralizada (coordenadores) e liderança descentralizada (líderes das ocupações). Não foram encontrados registros das causas da divisão da liderança central em grupos.

4.4.2.2.6 Suporte financeiro para o movimento MSTs

A Superintendência de Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SECOMP) contratou projeto para a construção de 100 casas. O referido projeto está sob a análise do Ministério das Cidades na presente data. A Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) possui cadastro dos participantes do movimento. A organização não-governamental Instituto Brasil de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, juntamente com a Caixa Econômica Federal, “prometeram” a construção de 720 casas. (Fonte: A Tarde, 30/06/04).

4.4.2.2.7 Suporte legal para o movimento MSTS

“Existe Projeto de Lei 2.710/92 que está em andamento na Câmara Federal e que prevê a criação do Fundo Nacional de Habitação” (Fonte: A Tarde, 08/06/04). O referido projeto foi aprovado em 24 de maio de 2005 constituindo-se uma vitória para a habitação de interesse social.

4.4.2.2.8 Suporte político para o movimento MSTS

Não foram encontrados registros de vinculação do movimento MSTS para com entidades ou partidos políticos. A liderança confirma esta questão.

4.4.2.2.9 Suporte tecnológico oferecido ao movimento MSTS

Na atualidade existem dois programas federais concebidos para auxiliar na questão da falta de moradia: Programa de subsidio Habitacional, que garante a entrega de moradia gratuita à população de baixa renda, e o Crédito Solidário, que prevê prestações mensais variando entre R\$20,00 e R\$50,00, para famílias com renda mínima de dois salários mínimos. (Fonte: A Tarde, 19/12/04).

4.4.2.2.10 Suporte social oferecido ao movimento MSTS

Não foram encontrados registros de nenhum tipo de suporte social para os participantes do movimento. Recentemente, no final do mês de julho de 2005, a prefeitura de Salvador, disponibilizou, em caráter de excepcionalidade, a visita de um médico generalista. Existem diversos depoimentos em jornais que narram da discriminação social sofrida pelos participantes pela vizinhança e também nas circunstâncias de procura de trabalho.

4.4.2.2.11 Suporte cultural oferecido ao movimento MSTS

Não foram encontrados registros de suporte cultural interno e externo para os participantes do movimento.

4.4.2.2.12 Suporte para as questões do meio ambiente oferecido ao movimento MSTS

Não foram encontrados registros de suporte para as questões do meio ambiente para os participantes do movimento. Convém mencionar que, a maioria dos prédios ocupados pelo MSTS não possui disponibilidade de água (fornecimento cancelado), nem esgoto (por não ter água fornecida), nem luz (as ligações são clandestinas).

4.4.2.2.13 Suporte para a geração de trabalho-renda oferecido ao movimento MSTS

A superintendência de apoio à inclusão social da Secretaria de Combate à Pobreza (SECOMP), em reunião com o MSTS, sugeriu que os projetos habitacionais direcionados aos sem-teto, deveriam ser acompanhados de programas de geração de renda, os denominados empreendimentos solidários (Fonte: Correio da Bahia, 19/02/05).

Hoje, juntamente com as 350 casas de Valéria (projeto ainda não em execução) está sendo construída a cozinha comunitária, que futuramente será gerenciada pelos próprios participantes do movimento (depoimento de um funcionário da SECOMP ao mesmo jornal e na mesma data). Na localidade de Dique do Cabrito, o acordo com a CONDER, a SECOMP, e o Governo Federal, há previsão de, além das casas, serem construídos boxes comerciais, onde os próprios moradores da área poderão elaborar projetos de empreendimento solidários. (Fonte: Correio da Bahia, 20/02/05). Existe um programa de Salvador denominado Programa de Qualificação Profissional, no qual os participantes do movimento (ou os sem-teto), solicitaram inclusão. Eles podem participar dos cursos, como o realizado no Centro Educacional Senzala do Barro Preto (Curuzu), onde os integrantes aprenderiam, inclusive, a construir casas. Além do referido curso, existem outros cursos de formação profissional como o de zelador, jardineiro, porteiro, auxiliar de limpeza, etc. A maior parte do dinheiro para a realização desse programa vem do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT), através do Ministério do Trabalho (Fonte: A Tarde, 04/03/05).

4.4.2.2.14 Suporte oferecido ao movimento para movimentação física dos moradores

“Para a mudança das famílias que ocupavam o prédio da Mesbla na Avenida Fernandes da Cunha (Cidade Baixa) foram cedidos 5 caminhões pelo próprio responsável da Mesbla” (Fonte: A Tarde, 08/06/04).

4.4.2.3 Tendências vinculadas à temática moradia-território-sustentabilidade urbana percebidas na comunidade

4.4.2.3.1 Tecnológica (busca de solução para a moradia dos participantes do MSTs)

Na presente data, na comunidade MSTs, existe uma sinalização para uma atuação conjunta dos poderes municipal, estadual, e federal, para a captação de recursos financeiros, desenvolvimento de projetos, e construção de casas, para abrigar os participantes do movimento MSTs. Contudo, a velocidade das soluções não está compatível com a dimensão e a urgência do problema.

4.4.2.3.2 Econômica (busca de soluções para a geração de trabalho e renda no MSTs)

Na presente data, na comunidade, existe uma sinalização para a elaboração de projetos de empreendimento solidários (como a cozinha e a padaria comunitárias), além da capacitação profissional dos participantes do movimento, para que eles possam exercer algum tipo de ofício, como pedreiro, pintor, cabeleireiro, padeiro, entre outros. Soluções de curto prazo para viabilizar a sobrevivência imediata são buscadas pelos próprios participantes do movimento nas áreas no entorno das ocupações. Soluções de médio e longo prazo, ainda não possuem instituição responsável pela concepção e implantação.

4.4.2.3.3 Social (busca de solução para os conflitos com a vizinhança das ocupações do MSTs)

Na comunidade MSTs os conflitos são constantes, segundo

relatos publicados em diversas reportagens de jornais locais. Não há registro oficial sobre essa questão. Os prédios vizinhos às edificações ocupadas pelo MSTS acionam inclusive a polícia, e quase que, em caráter permanente. Proprietários de prédios ocupados acionam a polícia e a justiça legal. Quase todos os casos de ocupação em prédios de propriedade particular foram resolvidos pelos próprios proprietários devido à lentidão da justiça, segundo fontes consultadas e reportagens publicadas. Alguns prédios abandonados também foram ocupados, inclusive um de propriedade da Universidade Federal da Bahia, destinado ao funcionamento de um núcleo de estudos de populações excluídas. A universidade imediatamente se posicionou contra a ocupação, e em poucos dias expulsou os participantes do MSTS instalados no citado prédio.

4.5 Resultado geral (ou sugestão a ser implantada a curto e médio prazo)

Este trabalho de pesquisa tem como resultado geral: O desenho de uma matriz de conceitos e práticas integrados para a pesquisa e trato do problema da HIS, e que pode ser operacionalizado no território/comunidade através da inserção da dimensão educação-trabalho ou plataforma permanente de autogerenciamento dos desempenhos da moradia em territórios HIS, e que, em conformidade com este trabalho de tese, pode ser denominada Matriz Inacabada de Sustentabilidade em Territórios de HIS, conforme demonstrado na Figura 24, onde se observa que as Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas se integram às Ciências Exatas e Engenharias para a pesquisa do tema, através da dimensão Educação-Trabalho inserida nesta pesquisa.

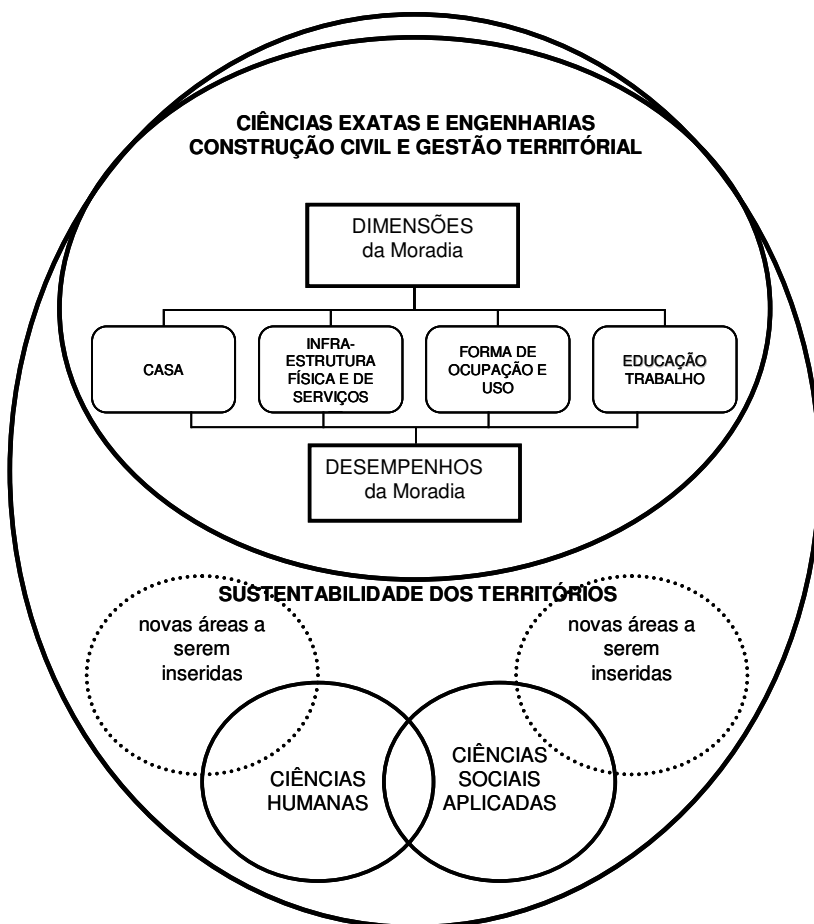


Figura 24 - Matriz Inacabada de Sustentabilidade em Territórios HIS ou Plataforma Permanente de Auto-Gerenciamento dos Desempenhos da Moradia HIS.

4.6 Tendência para o tema (ou sugestão a ser implantada a médio e longo prazo)

O conteúdo dos Capítulos 1 e 2 deste trabalho de tese remete à constatação que, no tema habitação de interesse social, o segmento produtivo construção civil, se configura não apenas como provedor das dimensões casa e infra-estrutura, mas também como agente de fomento

na busca de soluções efetivas para o problema da moradia das populações de baixa renda. Esta constatação implica no desafio operacional de assumir a posição de liderança neste processo (antes que outro segmento produtivo o faça).

Necessário que, seja estabelecido um movimento para vencer este desafio, através da integração de diferentes agentes envolvidos no processo de construir, a exemplo de projetistas, construtores, fabricantes, conselho de classe, legislação, e universidades. Neste sentido, os programas de pós-graduação em engenharia civil assumem vital importância, na medida em que, preparam as novas gerações de profissionais para atuar na construção civil. No Brasil, tradicionalmente, o ensino da engenharia civil tem ignorado o problema da moradia das populações de baixa renda. Excepcionalmente, alguns grupos de pesquisa e extensão, têm atuado no tema, e apenas nos aspectos técnicos e econômicos do problema, priorizando o uso da técnica sobre o fomento de tecnologia⁸⁵.

⁸⁵ A palavra técnica proveniente do grego *techné* (que significa arte), muitas vezes é equivocadamente confundida com a palavra tecnologia, que é uma espécie de *techné do logos* (ou uma arte que flui do verbo, metáfora que correlaciona a tecnologia ao discurso). No estágio primário, a técnica se confunde com a própria arte, para depois se distanciar, e se expressar pelo exercício de habilidades, inclusive mediante o uso de ferramentas. No estágio mais avançado ou convencional, ela se manifesta por meio do emprego de métodos e processos voltados à racionalização de procedimentos. Em ambos os níveis, os objetivos da técnica são os aumentos da confiabilidade de resultados e da produtividade, além da melhoria do bem-estar. Tecnologia é o pensar focado na invenção e na inovação. Enquanto a técnica destaca a habilidade com que certos indivíduos fazem uso de meios próprios para a prática do trabalho, a tecnologia se manifesta apenas no interior dos indivíduos propensos e aptos a conceber o novo ou a dar utilidade nova ao conhecimento científico. Por isso, a tecnologia representa um modo superior e mais sofisticado de articulação mental, pois busca, por meio de mentes lúcidas, motivadas e curiosas, equacionar soluções para problemas práticos, mediante a transformação de idéias ou de princípios científicos consagrados, em modelos que originem invenção, e depois, inovação, representada por novos ferramentais de produção, que serão postos a serviço da técnica. Pode-se então afirmar que, técnica seja fazer uso apropriado de um conjunto de conhecimentos, habilidades e regras, com o objetivo de alcançar resultado já previsto, enquanto tecnologia é o saber do novo, traduzido na capacidade para inventar e/ou inovar, propiciadora de novos resultados para o emprego de meios que melhor satisfaçam as exigências humanas de mais precisão, maior produtividade, e melhor bem-estar, que são os objetivos da técnica. Desta forma, pode-se concluir que, o propósito do desenvolvimento tecnológico é o progresso da técnica. Assim, ao contrário da técnica, que é uma habilidade essencialmente física, a tecnologia é uma arte basicamente mental. Por isso, a expansão da técnica é horizontal (universalizável por meio da educação e treinamento, o que pode explicar a existência de mais pesquisa instrumental em detrimento da pesquisa conceitual nos programas de pós-graduação), enquanto a expansão da tecnologia é vertical (cumulativa, pois função do talento do indivíduo, do tipo de estimulação cultural a que esteja submetido, lastro de conhecimentos adquiridos, dependente da experiência e vivência individual, e de conexões e fatos culturais, econômicos e políticos específicos). Assim, a técnica diz respeito ao modo de se fazer algo ou à modalidade de uso dos meios propiciados pela inovação, enquanto tecnologia é o pensar sobre o que

No tema habitação de interesse social, priorizar a técnica (projeto de embriões, padronização de materiais e métodos construtivos, etc.) em detrimento do fomento de tecnologias (contextualização das técnicas no território e nas questões de sustentabilidade urbana) tem sido o caminho adotado nos programas de pós-graduação em engenharia civil.

Neste sentido, e considerando os aspectos quantitativos e qualitativos dos problemas vinculados a esta temática, e também face às idéias expostas neste trabalho de tese, a publicação da Lei 10.257⁸⁶, e mais recentemente da Lei 11.888⁸⁷, oferece a oportunidade de esse caminho ser revisto pelos pesquisadores, instalando o fomento de tecnologias vinculadas ao tema, como passo inicial para o desenho da gestão da tecnologia na HIS no Brasil, sendo esta a tendência para o tema, de acordo com o referencial e os resultados desta pesquisa.

4.7 Potencialidades

Este trabalho apresenta como principal potencialidade a construção de vínculos de colaboração entre pesquisa e extensão, entre construção civil/gestão territorial e ciências humanas e ciências sociais aplicadas, no tema habitação de interesse social. Na atualidade, a pesquisa científica, no âmbito internacional, a tendência é o debate sobre

inventar e/ou inovar. Também é relevante destacar que, enquanto a técnica é um recurso de uso pessoal, a tecnologia é uma vocação, cuja individualidade tende a se manifestar na fase da invenção, de um modo, e na etapa da inovação, de outro. Na primeira, é intuitivo, e a concepção de algo novo depende mais do empenho, do talento, e da determinação de um só indivíduo, o inventor. Todavia, a transformação do novo (por vezes uma teoria ou mesmo uma descoberta) em inovação, é um processo que se funda na cooperação e participação de outros indivíduos. O êxito da tecnologia depende da organização e da motivação para o trabalho, sendo necessário especialistas em áreas inter-disciplinares, para transformar uma invenção em inovação ou produto a ser ofertado ao mercado demandante (conceitos em Luiz Fernando Raposo Melo em www.mr2consultoria.com.br).

86 Lei 10.257: Estatuto da Cidade, lei federal, de 10 de julho do ano 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

87 Lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008: assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei no 10.257, Estatuto da Cidade. As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, passam a ter o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia. No Art. 5º/Parágrafo único: Os convênios ou termos de parceria previstos no caput deste artigo devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

a re-ligação entre as áreas de conhecimento ou a integração das diversas dimensões dos objetos de estudo como forma de se buscar uma percepção mais próxima da realidade dos problemas (MORIN; NICOLESCU; FREITAS, 1994). No Brasil, como resposta a estudos que sinalizam para a necessidade de maior contextualização da pesquisa acadêmica, a recente valorização da extensão endossa a tendência mundial. Este trabalho entende que, no âmbito da academia, no Brasil e no mundo, a tendência é a consolidação da re-ligação dos saberes como caminho de potencialização da pesquisa especializada e fragmentada.

4.8 Dificuldades

Este trabalho apresenta as seguintes dificuldades para o cumprimento de seus objetivos:

1. A dificuldade de “materializar” as relações existentes entre a construção civil, a gestão territorial, e a educação-trabalho, embora seja reconhecido o caráter regional da construção civil, atestando a vinculação entre os fatores da produção da construção civil (materiais, mão-de-obra, equipamentos, tecnologias, lote, recursos financeiros) e os fatores humanos e o território.

2. A dificuldade de referenciar cientificamente a relação entre construção civil/gestão territorial, moradia, e morador (exceção para aspectos fiscais tipo IPTU) motivo pelo qual foi necessário se buscar o suporte de outras áreas de conhecimento como a antropologia.

3. A dificuldade de referenciar cientificamente a relação entre moradia e morador, motivo pelo qual foi necessário se buscar o suporte de outras áreas de conhecimento como a filosofia, a psicologia, a educação.

4. A dificuldade de referenciar cientificamente a concepção de um trabalho de caráter transdisciplinar, mas situado e voltado para a área de construção civil/gestão territorial (por “transgredir” a lógica vigente nesta área, na qual um objeto de estudo permite uma única percepção e quase sempre um único tratamento).

4.9 Considerações

A argumentação teórica contida neste trabalho de tese se aplica a todo, e a qualquer território, e a todo e qualquer indivíduo. No entanto, entendendo que o processo histórico de ocupação das áreas/espacos em

quase todas as grandes cidades brasileiras, e em especial na cidade de Salvador, onde o objeto de estudo foi observado, resultou em algum desequilíbrio na capacidade de auto-gestão dos territórios⁸⁸ que foram destinados aos indivíduos de baixa renda, comprometendo a sustentabilidade desses territórios, se faz necessário que, sejam pesquisadas as causas que provocaram e alimentaram o desequilíbrio mencionado, assim como, através de políticas públicas, sejam implementadas as condições de equilíbrio de sustentabilidade desses territórios.

⁸⁸ O que desorganiza territórios é a ausência de responsabilidade social (SANTOS M.)... O entendimento do termo responsabilidade social está vinculado ao campo da ética e aos valores morais da conduta humana, configurando-se como o sendo o processo resultante do desenvolvimento de posturas inerentes aos estágios de evolução de determinados grupos ou organismos sociais. A ética, por sua vez, está ligada aos costumes e às manifestações de cada coletividade através das tradições, vivências e crenças. Desta forma, pode-se entender que o conceito de responsabilidade social está vinculado ao conjunto de obrigações inerentes a um estado ou a uma condição, obrigações nascidas de uma força ainda não reconhecida pelo ordenamento jurídico ou ainda desconhecida parcialmente por este, mas procedente de convicção social; e o não aceite desta força, e o não cumprimento destas obrigações se constitui como transgressão da norma da cultura (OLIVA; OLIVEIRA, 2008).

5 CONCLUSÕES

5.1 Conclusões vinculadas ao objetivo geral

1. A multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade dispensadas ao tratamento tema, são insuficientes para a compreensão dos problemas vinculados ao mesmo, sendo esta a conclusão do trabalho, o que significa dizer que, o fato de, a natureza do objeto de estudo, o processo de acesso à moradia, não ser suficientemente conhecida pela pesquisa científica, compromete os caminhos escolhidos para a busca de soluções para os problemas do tema HIS.

2. O tratamento do problema através da disciplinaridade (produtividade de materiais, por exemplo), da multidisciplinaridade (como o tema ser tratado somente pelas ciências exatas ou engenharias, por exemplo), e da interdisciplinaridade (como o tema ser tratado apenas pela articulação de áreas das ciências exatas e engenharias, na gestão territorial, por exemplo) tem oferecido limitações de solução de médio e longo prazo para os problemas vinculados ao tema. A inserção da dimensão Educação-Trabalho (responsável pela inserção do morador no contexto moradia), junto às consagradas dimensões casa, infra-estrutura física e de serviços, forma de ocupação e uso, possibilita melhores desempenhos da moradia como demonstram os resultados encontrados na comunidade de Engomadeira, e conseqüentemente, pode oferecer soluções de longo prazo para o território, e impactos positivos para a sustentabilidade urbana, o que configura a Educação-Trabalho como dimensão estruturante no tema moradia.

3. O objeto de estudo pode ser pesquisado e trabalhado sob lógicas diferentes. Esta conclusão possibilita que, na área de estudo denominada engenharias, e especificamente na engenharia civil, e particularmente no tema habitação de interesse social, por vincular o indivíduo ao ambiente construído, quando justificado como uma necessidade de compreensão e avanço no conhecimento, a pesquisa possa contar com a adoção da transdisciplinaridade como estratégia de ação.

4. Existe limitação nas soluções oferecidas pela construção civil/gestão territorial para o tema Habitação de Interesse Social, por não inserir e interagir com o conhecimento contido em outras áreas acadêmicas sobre o usuário-morador, e particularmente, com o universo

da população de baixa renda. A ausência dos conhecimentos mencionados leva a adoção de soluções simplistas, a exemplo de padronização de projetos e materiais em embriões para habitações (não existe padrão que acolha todos os padrões porventura existentes), ou a supremacia da eficiência sobre a efetividade nas soluções tecnoeconômicas adotadas (o padrão sem contexto nada representa).

5. A denominação Habitação de Interesse Social não corresponde ao conceito de moradia para indivíduos de baixa renda construída no presente trabalho, pois nas questões vinculadas à moradia, a relação entre o individual e social é de interação e não de hierarquia.

6. Os cinco itens anteriores do presente capítulo respondem à questão de pesquisa enunciada no Capítulo 1 (Por que as dimensões casa, infra-estrutura física e de serviços, e formas de ocupação e uso, consagradas como referência de modelo do tema, mesmo juntas, e aplicadas nos projetos de habitação de interesse social, não garantem a efetividade nos desempenhos da moradia dos indivíduos de baixa renda?).

5.2 Conclusões vinculadas aos objetivos específicos

1. O efeito da inserção e integração da dimensão Educação-Trabalho junto às dimensões casa, infra-estrutura física e de serviços, forma de ocupação e uso, para o morador da comunidade pesquisada, é possibilitar melhor interação entre indivíduo e social, como demonstram os resultados encontrados na comunidade de Engomadeira. De acordo com o referencial bibliográfico adotado, a interação entre indivíduo e social se realiza de forma mais efetiva quando o indivíduo tem clareza da relação entre a moradia e as oportunidades de educação e trabalho vinculadas ao território, pois a necessidade inata do ser humano de aprender com o meio e consigo próprio se manifesta através da habilidade inata em aprender, para poder interagir no ambiente natural ou construído.

2. A dimensão Educação-Trabalho tem prioridade sobre o produto casa (ou dimensão), como demonstram os resultados encontrados na comunidade MSTs.

3. A integração dos aspectos técnico, econômico, ambiental, social,

humano, e simbólico implica no reconhecimento que o conceito de moradia vigente na academia e referenciado neste trabalho, precisa ser re-configurado, conforme demonstram os dados colhidos em fontes secundárias. Mais ainda, precisa ser reconhecido como conceito em permanente construção e evolução, na medida em que, progressivamente, conhecimentos de novas áreas de estudo podem ser agregados ao conceito. Os aspectos técnicos e econômicos (que quase sempre conduzem à padronização dos projetos) precisam estar integrados aos aspectos sociais, humanos, simbólicos, ambientais e legais (que quase sempre conduzem à flexibilização dos projetos).

4. As Figuras 14 e 23 que representam as categorias pesquisadas nas duas comunidades podem ser configuradas como dois “modelos empíricos” de processo de acesso à moradia para indivíduos de baixa renda, exclusivamente para fins didáticos ou de estudo do tema. Os dois “modelos empíricos” mencionados foram construídos através das etapas de pesquisa.

5. Os aspectos do território usualmente não são integrados ao conceito de moradia praticado nas pesquisas do tema, de acordo com as referências adotadas e com os resultados encontrados.

6. Os aspectos de sustentabilidade urbana usualmente não são integrados ao conceito de moradia praticado nas pesquisas do tema, de acordo com as referências adotadas e com os resultados encontrados. O conceito de sustentabilidade urbana construído neste trabalho expande o conceito usualmente adotado, ao incluir o autogerenciamento e o permanente processo de evolução do indivíduo contextualizado no território onde o mesmo está inserido.

7. Nas duas comunidades pesquisadas, os resultados encontrados confirmam que, nas populações de baixa renda, o titular da moradia possui majoritariamente baixo nível de escolaridade e ausência de formação profissional (ou profissão adquirida na prática), o que sinaliza para a necessidade de serem integradas às questões de moradia deste perfil de população, políticas públicas e tecnologias de natureza diversa, a exemplo de cursos profissionalizantes, inclusive formação para o empreendedorismo⁸⁹, como forma de contribuir para o acesso à

⁸⁹ Empreendedorismo: estudo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à criação de um projeto (técnico, científico, empresarial); significa empreender,

moradia digna, assim como para a não perpetuação da pobreza.

8. Nas duas comunidades pesquisadas, os resultados confirmam que, nas populações de baixa renda, o titular da moradia é majoritariamente do sexo feminino (lares sem pai), o que sinaliza para a necessidade de serem integradas às questões de moradia deste perfil de população, políticas públicas e tecnologias de natureza diversa, a exemplo de fomento à paternidade responsável, como forma de contribuir para o acesso à moradia digna, assim como para a não perpetuação da pobreza (na última década, alguns projetos oficiais de HIS têm promovido o empowerment⁹⁰ da mulher, escriturando a posse da casa ou do lote no nome da mulher, o que, no entender deste trabalho, significa corrigir o efeito sem buscar entender e evitar a causa).

9. Não houve a pretensão de serem oferecidos soluções ou produtos acabados, mas tão somente abordar itinerários de trabalho vinculados ao tema Habitação de Interesse Social. Desta forma, a Matriz Inacabada de Sustentabilidade em Territórios de HIS não se configura como produto acabado.

10. A abordagem de itinerários de trabalho vinculados à Habitação de Interesse Social tem a pretensão de sugerir que, as questões vinculadas ao tema não admitem solução exclusivamente exógena às comunidades, pois o que parece ser verdadeiramente efetivo é que o dado (ou a informação), mesmo que não seja absorvível pela lógica do especialista, não contraste com o ambiente/território. Além disso, a percepção dos especialistas, qualquer que seja o tema em estudo, avança com menor

realizar, fazer, executar; designa os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação.

⁹⁰ Empowerment ou Empoderamento: expressão definida por Paulo Freire. Embora a palavra *empowerment* já existisse na língua inglesa significando “dar poder” a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas, o conceito de empoderamento de Paulo Freire segue uma lógica diferente. Para o educador a pessoa, grupo, ou instituição empoderada, é aquela que realiza por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e a se fortalecer. Buscando a origem da palavra *empowerment* nos dicionários *Oxford* (autorizar, permitir, dar poder a, tornar possível), *Merriam-Webster* (dar autoridade oficial ou poder legal), *American Heritage* (dar poder ao cidadão), verifica-se que, o termo em inglês “traí o sentido original da expressão”, que implica avanço, conquista, superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência como denota o termo em inglês, que transforma o sujeito em objeto passivo. Pode-se dizer então que, Paulo Freire criou um significado especial para a palavra empoderamento no contexto da filosofia e da educação, não sendo um movimento que ocorre de fora para dentro, mas sim internamente pela conquista.

velocidade que as transformações do ambiente, daí a importância de ser estimulado o autogerenciamento do indivíduo e do território, através da formação e informação, assim como integrar políticas, programas, e projetos oficiais (inclusive como forma de otimizar o custo operacional dos programas e projetos).

5.3 Sugestões para pesquisas futuras

1. O conceito de desempenho do ambiente construído, em vigência na academia carece de pesquisa interdisciplinar⁹¹ (ou mesmo transdisciplinar) para ser mais efetivo, para quem oferta a moradia, e para quem demanda a moradia. Pesquisar e construir, de forma interdisciplinar, um conceito de desempenho do ambiente construído, se configura como sugestão de pesquisa futura.

2. No Brasil, nesta data, já existem alguns projetos em andamento de acesso à moradia, e que incluem no seu escopo, iniciativas de educação e trabalho, contextualizadas no território e na sustentabilidade do ambiente, a exemplo de comunidades indígenas⁹² (sul da Bahia), comunidades quilombolas⁹³ (leste da Bahia) e de grupos do Movimento

⁹¹ A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Portanto, a interdisciplinaridade não deveria ser considerada como uma meta obsessivamente perseguida no meio educacional simplesmente por força da lei, como tem acontecido em alguns casos. Pelo contrário, ela pressupõe uma organização, uma articulação voluntária e coordenada das ações disciplinares orientadas por um interesse comum. No Brasil, a interdisciplinaridade está prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96 (FAZENDA I.).

⁹² Habitação Indígena: o conceito tradicional de habitação deve ser adaptado ao modo de vida dessas populações, à natureza e ao modo de vida com características nômades. Sob essa ótica, a posse dos índios passa a se vincular não com a idéia de habitação, como costuma-se entender, mas em consonância com os seus costumes e as necessidades de sua subsistência, levando em consideração a importância da caça e da pesca em suas vidas. Analisando-se a relação do índio com o seu território, chega-se à conclusão de que esse vínculo é mais que econômico, perfaz-se, isto sim, numa interação ecológica da qual depende para subsistir. Logo, conclui-se que a retirada de um índio do seu habitat é mais traumática que o desalojamento de um não-índio de sua terra. (Nascimento de Paula. Aspectos jurídicos da proteção dos territórios indígenas no Brasil. 2008).

⁹³ Habitação Quilombola: para o moderno conceito antropológico, a condição de remanescente de quilombo é definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território. Com efeito, o termo em questão indica a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que

Sem Terra⁹⁴ (oeste da Bahia). Monitorar e avaliar esses projetos, assim como estabelecer estudos comparativos entre esses projetos e os projetos convencionais do tema, existentes no meio urbano, se configura como sugestão de pesquisa futura.

lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico... Além disso, diversos trabalhos sobre populações camponesas no Brasil têm demonstrado a importância da relação entre território e parentesco... (SCHIMITT; MANZOLI; TURATTI; CARVALHO in: A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Ano V, N. 10, 1 sem 2002 – Comunicação de Resultados de Pesquisa).

⁹⁴ Movimento dos Sem Terra: a forma de ocupação do espaço é explicitamente definida pelas lideranças do MST como fator estratégico da consolidação do ideário, em especial a solidariedade entre os sem-terra. Geralmente a ocupação do espaço ocorre através de: em primeiro lugar, os acampamentos seguindo o modelo utilizado do MST, nos quais a criatividade dos sem-terra emerge nas formas de delimitar espaços convencionais tanto públicos quanto privados em condições de transitoriedade; em segundo lugar, os assentamentos nos quais segue-se o modelo recomendado pelo MST de construção das agrovilas, numa transferência de critérios urbanos que, paradoxalmente, pelo planejamento predeterminado, acabam sendo foco de conflitos que expressam-se através de ocupações e usos não previstos do espaço; em terceiro lugar, os assentamentos provisórios, nos quais os assentados preferem adiar a construção de suas moradias, aplicando o crédito nas atividades produtivas. Aqui emergem espaços públicos sem predeterminação, e que permitem a consolidação da organização coletiva do assentamento. (CASTELLS, González de, **A criatividade dos sem-terra na construção do habitat: um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST**. 2001. Tese – UFSC, PPGCH, Florianópolis).

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. et al. **Pluralismo na habitação**. São Paulo: Annablume;PUC;USP, 2001.

ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo: EPUSP, 1995.

ALVES, M. H. **Financiamento da política de habitação de interesse social**. Nota Técnica PEHIS. Salvador: FEA;CONDER;SEDU, 2006.

ANDERSEN, H. S. Why do residents want to leave deprived neighbourhoods? The importance of residents' subjective evaluations of their neighbourhood and its reputation. **J Hous and the Built Environ**, v. 23, p. 79–101, 2008.

ANDRADE, A. B. **O espaço em movimento: a dinâmica da Pituba no século XX**. Salvador: EDUFBA, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec: IPESPE, 1995.

AUED, B. et al. **Educação para o (des) emprego**. Petrópolis: Vozes, 1999.

AZEVEDO, S. E.; ANDRADE, L. **Habitação e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BOELHOUWER, P. The future of dutch housing associations. **Hous and the Built Environ**, v. 22, p. 383-391, 2007.

BORZACCCHIELLO, J. O estatuto da cidade e a reforma urbana no Brasil. **Revista de Pós-Graduação em Geografia**, São Paulo: Humanitas, n. 10, p. 9, 2001.

BRAGA, M. T. et al. Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., ABEP, 2004, Caxambu, MG. **Anais...**

Caxambu, MG, 2004.

_____. **Índice de Sustentabilidade Urbana**. Programa PIE/PELD-CNPQ-FAPEMIG. MG. 2004.

BRASIL. Programa BID. **Habitar BRASIL**. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Brasília: SEDU/BID/IPEA. 2001.

_____. Lei 10.257, 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Brasília. 2001.

_____. Lei 4.504, 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Presidência da República. Brasília. 1964.

_____. Lei 11.124, 16 de junho de 2005. **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, Fundo Nacional de HIS e Conselho Gestor do FNHIS**. Brasília. 2005.

_____. Projeto de Lei 3.057/00. **Responsabilidade Territorial**. Comitês Técnicos de Habitação e de Planejamento e Gestão do Solo Urbano do Conselho das Cidades. Brasília. 2008.

_____. Lei 11.888. **Assistência Técnica Gratuita para Moradia**. Congresso Nacional. Brasília. 2008.

_____. SEHAB, Prefeitura Municipal de Salvador. **Plano Municipal de Habitação de Salvador**. Salvador. 2008

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Brasília. 1988.

BROUSSARD, S. R.; WASHINGTON-OTTOMBRE, C.; MILLER, B. K. Attitudes toward policies to protect open space: a comparative study of government planning officials and the general public. **Landscape and Urban Planning**, v. 86, p. 14–24, 2008.

CADERNOS FLEM. **Políticas sociais: instrumento de justiça social**. Caderno 2. Salvador: FLEM. 2002.

_____. **Economia solidária**. Caderno 5. Salvador: FLEM. 2002.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAVALCANTI, L. de S. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 185-207, 2005.

CETRANS. **Educação e Transdisciplinaridade**. Encontro Unesco. São Paulo: Centro de Educação Transdisciplinar; Escola do Futuro; USP, 1999.

CLOUX, Raphael Fontes. **A história urbana do presente do Movimento dos Sem Teto de Salvador**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Unifacs, Salvador.

CRUZ, R. M. Trabalho-emprego-profissão: metamorfoses e trajetórias. **Revista da Abop**, Florianópolis, 2000.

DARWIN, C. **A origem das espécies e a seleção natural**. São Paulo: Hemus, 1859.

DAYARATNE, R.; KELLETT, P. Housing and home-making in low-income urban settlements: Sri Lanka and Colombia. **J Hous and the Built Environ**, v. 23, p. 53–70, 2008.

DURANT, W. **A história da filosofia**. Trad.: Luiz Carlos Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1991.

FERNANDES, M. **Agenda Habitat para Municípios**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

FORMAN, R. T. The urban region: natural systems in our place, our nourishment, our home range, our future. **Landscape Ecol.**, v. 23, p. 251–253. 2008.

FRANÇA, G.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRS, 2004.

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Défict habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: [S.n.], 2000.
- GORDILHO, A. **Limites do habitar**. Salvador: EDUFBA, 2000.
- GANZO, J. A. **Ciclo de vida familiar e o projeto de empreendimentos multifamiliares**. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - CTC, UFSC, Florianópolis.
- HOEBEL, E. F. **Antropologia cultural e social**. São Paulo: Cultrix, 1990.
- HABITAT I, UN-HABITAT. Conferência das Nações para Assentamentos Humanos. **Declaração de Vancouver para Assentamentos Humanos**. Vancouver. Canadá. 1976.
- HABITAT II, UN-HABITAT. Conferência das Nações para Assentamentos Humanos. **Agenda Habitat**. Istambul. Turquia. 1996.
- HANDLER, A. B. Systems approach to architecture. **American Elsevier Pub**, New York, 1970.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- IRIBARRY, I. N. Aproximações sobre a Transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho em equipe. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, 16(3), p. 483-490, 2003.
- KARMANOV, D.; HAMEL R. Assessing the restorative potential of contemporary urban environment(s): beyond the nature versus urban dichotomy. **Landscape Urban Plann.**, v. 86, p. 115-125, 2008.
- LACATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

LARCHER, J. V. M. **Diretrizes visando à melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social.** 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – UFPN, Curitiba. 2005.

LEMO, C. **História da casa brasileira.** São Paulo: Contexto, [S.d.]. (Coleção Repensando a História).

LIBRELOTTO, L. **Modelo para avaliação da sustentabilidade na construção civil nas dimensões econômica, social e ambiental:** aplicação no setor de edificações. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – CTC, UFSC, Florianópolis.

LIMA, A. N. **Avaliação da questão fundiária do estado da Bahia.** Nota Técnica PEHIS. Salvador: FEA;CONDER;SEDU, 2006.

LINTON, R. **O homem:** uma introdução à antropologia. Trad.: Lavínia Vilela. São Paulo: Biblioteca de Ciências Sociais, 1970.

LOIOLA, E.; MATTEDI, M. R. **Panorama da questão habitacional do estado da Bahia.** Nota Técnica PEHIS. Salvador: FEA;CONDER;SEDU, 2006.

LOIOLA, E.; SANTOS, S. M.; MELO, C. M. **Proposta de Modelo Teórico Metodológico para o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Política Estadual da Habitação de Interesse Social.** Nota Técnica PEHIS. Salvador: FEA;CONDER;SEDU, 2006.

MAGALHÃES, R. A. M. A construção da sustentabilidade urbana: obstáculos e perspectivas. In: ENCONTRO ANPPAS, 3., Brasília, 2006, PROUB;UFRJ. **Anais...** Brasília, 2006.

MARICATO, E. **Brasil:** cidades. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MASSENA, R. **O tema habitação na pesquisa nacional por amostra de domicílios.** PNAD/IPEA. Rio de Janeiro: Rede IPEA. 2002

MEURER, A.; HETKOWSKI, T. **Ensaio sobre Metodologia de Pesquisa na Educação.** Salvador: UFBA, 2001.

MIRANDA, L. C. S. **Vizinhos do inconformismo:** o Movimento dos

Sem Teto de Salvador. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFBA, Salvador.

MONTEIRO, R.; OLIVEIRA, R. de. **Ambiente Construído:** Classificação e Conceituação dos Elementos que Conferem a Qualidade. Florianópolis: COBRAC, 2004.

MORAES, Cândida. M. **O paradigma educacional emergente.** Campinas: Papirus, 1997.

MORAIS, M. P.; OLIVEIRA CRUZ, B. Demand for housing and urban service in Brasil. **Institute for Housing Research da Uppsala University em Gävle**, Suécia: IPEA, 2000.

MORIN, E.; FREITAS, L. de; NICOLESCU, B. Comitê de Redação. Carta da Transdisciplinaridade. In: CONGRESSO MUNDIAL DA TRANSDISCIPLINARIDADE, 1., Convento de Arrábida, 1994, Portugal. **Anais...** Portugal, 1994.

NATHANAEL, P. P. S. **Preparação para o Trabalho:** teoria e prática. São Paulo: CENAFOR, 1983.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. **Desenvolvimento Sustentável:** a institucionalização de um conceito. Brasília: Ibama, 2002.

NUNES, D. **Salvador:** o arquiteto e a cidade informal. Salvador: FAU;UFBA, 2000.

OLIVA A.; OLIVEIRA, R. Responsabilidade social na construção civil no Brasil: um caminho que pode vir a auxiliar o acesso à moradia. **Revista INVI**, Instituto de la Vivenda, Universidade do Chile, n. 63, v. 23, ago. 2008.

_____. O Estudo das Variáveis Ambientais como Estratégia de Trabalho para o Problema da Habitação das Populações de Baixa Renda: o caso do programa Habitar-Brasil. In: ENTAC 2002, 2002, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2002.

OLIVA, A. O consumidor/usuário de faixa de renda tipo B-C-D: políticas e práticas no processo de construir a moradia. In: JORNADA

NACIONAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2., 2007, São Luis. **Anais...** São Luis, 2007.

_____. Eficiência e Eficácia: A Realidade dos Programas e Projetos de Moradia destinados às Populações de Baixa Renda. In: ENCUESTRO RED ULACAV, 11., 2005, Rosário, Argentina. **Anais...** Rosário, Argentina, 2005.

OLIVEIRA, R de. **A methodology for housing design**. 1994. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Waterloo, Canadá.

ORNSTEIN, S. **Desempenho do ambiente construído, interdisciplinaridade e arquitetura**. São Paulo: FAU;USP, 1996.

_____. **Avaliação pós-ocupacional do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel;EDUSP, 1992.

PÓLIS. INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS. **Regularização da terra e moradia, o que é e como implementar**. 2002.

PNUD. CONDER-INFORMES; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Átlas do desenvolvimento humano da região metropolitana de Salvador**. Salvador: CONDER; PNUD, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad.: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras, habitação e especulação, o direito à moradia, os movimentos populares**. São Paulo: Contexto, 1997. (Coleção Repensando a Geografia).

ROSA, S. C. **Temas para reflexão em desenvolvimento local sustentável**. Brasil: PNUD, [S.d.].

SANTO, M. T. E. **Habitação social na Bahia: trajetória e produção da URBIS**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU, UFBA, Salvador.

SANTORO, P.; CYMBALISTA, R. **Outorga Onerosa do Direito de**

Construir no Brasil: entre a regulação e a arrecadação. Estados Unidos: Lincoln Institute of Land Policy, 2006.

SANTORO, P.; LEONELLI, G. **Gestão social da valorização da terra:** o estatuto da cidade e seus planos diretores. São Paulo: Instituto Polis, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo - Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAULO, J.; CARDOSO, N.; MANEZES, P. **O Direito à Moradia no Brasil.** São Paulo: Instituto Polis, 2005.

SCHECHINGER, C. Morales. **Mercado de Solo em Cidades Latinamericanas.** EUA: Lincoln Institute of Land Policy, 2005.

SCHEINOWITZ, A. S. **O macro planejamento da aglomeração de Salvador.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo;EGBA, 1998.

SIEGEL, S. **Nonparametric Statistics for the behavioral sciences.** International Student Edition. 1956.

SILVA, M. **A Política habitacional brasileira.** São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, S. T. **Políticas públicas e estratégia de sustentabilidade urbana.** Série Grandes Eventos – Meio Ambiente. ESMPU. [S.d].

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Contexto, 1997.

SMOLKA, M. O. Informalidade, pobreza urbana e preço da terra. **Land Lines**, EUA, Lincoln Institute of Land Policy, v. 15, n. 1, 2003.

SMOLKA, M. O.; FURTADO F. **Recuperação de mais valias fundiárias urbanas na América Latina: Bravura ou Bravata?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; WBI;LILP;IPEA;ESAF, 2001.

SOUZA, P. N. de. **Educação: escola e trabalho**. São Paulo: Pioneira de Ciências Sociais, 1984.

TURNER, J. F. C. **Housing by people**. London: Marion Boyars, 1976.

UBALDI, P. **A grande síntese**. Rio de Janeiro: Instituto Pietro Ubaldi, 2001.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WILBER, K. **Uma breve história do universo: de Buda a Freud**. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadros gerados pelo tratamento da estatística descritiva

Parte A: Identificação do Indivíduo-Comunidade

		Comunidade		Total
		Engomadeira	MSTS	
Idade	< 22	16	35	51
	22 - 35	75	108	183
	36 - 50	64	52	116
	> 50	39	17	56
Total		194	212	406

Quadro 1 - Idade

Análise: Limites de idade em atendimento aos filtros estabelecidos. Engomadeira com 92% e MSTS com 83% dos entrevistados maiores de 22 anos.

		Comunidade		Total
		Engomadeira	MSTS	
Genero	Feminino	125	131	256
	Masculino	69	81	150
Total		194	212	406

Quadro 2 - Gênero

Análise: Engomadeira com 64% e MSTS com 62% dos entrevistados do gênero feminino nos entrevistados. A predominância do gênero feminino está conforme esperado para o tema.

		Comunidade		Total
		Engomadeira	MSTS	
Renda familiar	0 a 3 SM	160	171	331
	4 a 6 SM	26	3	29
	mais de 6 SM	8	0	8
	não tem renda	0	38	38
Total		194	212	406

Quadro 3 - Renda Familiar

Análise: Engomadeira com 82% e MSTS com 81% dos entrevistados na faixa de renda familiar de zero a três SM. Maioria numérica em atendimento à caracterização da população definida como amostra no MSTS e na Engomadeira – população de baixa renda (zero a três SM).

		Comunidade		Total
		Engomadeira	MSTS	
Posição do entrevistado na família: Titular	Sim	108	177	285
	Não	86	35	121
Total		194	212	406

Quadro 4 - Posição do entrevistado na família

Análise: Engomadeira com 56% e MSTS com 83% dos entrevistados como titular na família. Maioria numérica de titular como entrevistado em atendimento aos filtros estabelecidos.

		Comunidade		Total
		Engomadeira	MSTS	
Nº de familiares morando juntos	0 - 4	125	163	288
	5 - 8	64	44	108
	> 8	5	5	10
Total		194	212	406

Quadro 5 - Nº de familiares morando juntos

Análise: Engomadeira com 64% e MSTS com 77% das famílias com 4 membros morando juntos. Maioria numérica em atendimento à caracterização da população definida como amostra – população de baixa renda (estimativa de 4 indivíduos por casa). Engomadeira com 33% e MSTS com 21% das famílias compostas por 5-8 membros morando juntos. O resultado de Engomadeira demonstra mais densidade familiar possivelmente devido à auto-construção.

Parte B: Dimensão Casa

		Desempenho Técnico da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	158	29	7	194
	MSTS	196	11	5	212
Total		354	40	12	406

Quadro 6 - Desempenho Técnico da Casa

Análise: Engomadeira com 81% e MSTS com 92% dos entrevistados declararam que o desempenho técnico (segurança atendida) da casa é muito importante. Conforme esperado.

		Desempenho Econômico da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	165	22	6	193
	MSTS	15	76	121	212
Total		180	98	127	405

Quadro 7 - Desempenho Econômico da Casa

Análise: Engomadeira com 85% e MSTS com 7% dos entrevistados declararam que o desempenho econômico (relação custo-benefício) da casa é muito importante. Conforme esperado, pois as casas do MSTS do conjunto de Valéria possuem as 3 dimensões consagradas, mas são longe das fontes de Educação-Trabalho.

		Desempenho Social da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	151	31	12	194
	MSTS	163	39	10	212
Total		314	70	22	406

Quadro 8 - Desempenho Social da Casa

Análise: Engomadeira com 78% e MSTS com 77% dos entrevistados declararam que o desempenho social (facilitador de relações indivíduo-social) da casa é muito importante. Conforme esperado, possivelmente porque, o pertencimento via adesão a um movimento social como o MSTS equivale ao pertencimento a uma comunidade construída aos poucos como Engomadeira.

		Desempenho Simbólico da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	91	44	59	194
	MSTS	212	0	0	212
Total		303	44	59	406

Quadro 9 - Desempenho Simbólico da Casa

Análise: Engomadeira com 47% e MSTS com 100% dos entrevistados declararam que o desempenho simbólico (leitura da estrutura física da casa como valor) da casa é muito importante. Conforme esperado, possivelmente porque, o pertencimento via adesão a um movimento social como o MSTS equivale ao pertencimento a uma comunidade construída aos poucos como Engomadeira, onde se observa que, as respostas estão distribuídas de forma mais equilibrada.

		Desempenho Humano da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	174	9	11	194
	MSTS	212	0	0	212
Total		386	9	11	406

Quadro 10 - Desempenho Humano da Casa

Análise: Engomadeira com 90% e MSTS com 100% dos entrevistados declararam que o desempenho humano (efeito do ambiente construído sobre a fisiologia humana) da casa é muito importante. Conforme esperado porque as casas de Valéria do MSTS oferecem conforto em melhor padrão que nas ocupações, e na Engomadeira se observa que as casas próprias oferecem conforto em melhor padrão que as casas cedidas/alugadas.

		Desempenho Ambiental da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	151	34	9	194
	MSTS	177	24	11	212
Total		328	58	20	406

Quadro 11 - Desempenho Ambiental da Casa

Análise: Engomadeira com 78% e MSTS com 83% dos entrevistados declararam que o desempenho ambiental da casa é muito importante. A maioria dos moradores já deve ter tido experiência de morar em casas com condições de desempenho ambiental inferior à casa de Engomadeira e às casas de Valéria.

Parte C: Dimensão Acessibilidade

		Desempenho Técnico da Acessibilidade			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	157	27	9	193
	MSTS	161	48	2	211
Total		318	75	11	404

Quadro 12 - Desempenho Técnico da Acessibilidade

Análise: Engomadeira com 81% e MSTS com 76% dos entrevistados declararam que o desempenho técnico da acessibilidade é muito importante. A maioria dos moradores já deve ter tido experiência de morar em condições de menor desempenho técnico da acessibilidade.

		Desempenho Econômico da Acessibilidade			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	163	24	7	194
	MSTS	106	103	3	212
Total		269	127	10	406

Quadro 13 - Desempenho Econômico da Acessibilidade

Análise: Engomadeira com 84% e MSTS com 50% dos entrevistados declararam que o desempenho econômico da acessibilidade é muito importante. A Engomadeira possui mais infraestrutura de serviços e localiza nas proximidades fontes de trabalho, e em MSTS as respostas estão conforme localização da ocupação e a comparação com as casas de Valéria.

		Desempenho Social da Acessibilidade			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	150	34	9	193
	MSTS	135	76	1	212
Total		285	110	10	405

Quadro 14 - Desempenho Social da Acessibilidade

Análise: Engomadeira com 78% e MSTS com 64% dos entrevistados declararam que o desempenho social da acessibilidade é muito importante. Engomadeira possui relações de vizinhança consolidadas e no MSTS as respostas estão distribuídas conforme localização/perfil da ocupação e a comparação com as casas de Valéria.

		Desempenho Simbólico da Acessibilidade			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	130	44	20	194
	MSTS	201	11	0	212
Total		331	55	20	406

Quadro 15 - Desempenho Simbólico da Acessibilidade

Análise: Engomadeira com 67% e MSTS com 95% dos entrevistados declararam que o desempenho simbólico da acessibilidade é muito importante. No MSTS as respostas estão conforme a força do movimento social.

		Desempenho Humano da Acessibilidade			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	177	10	6	193
	MSTS	202	10	0	212
Total		379	20	6	405

Quadro 16 - Desempenho Humano da Acessibilidade

Análise: Engomadeira com 92% e MSTS com 95% dos entrevistados declararam que o desempenho humano da acessibilidade é muito importante. Conforme esperado para Engomadeira – não conforme esperado para MSTS porque as casas de Valéria, embora tenham infra-estrutura local, estão construídas mais longe da infra-estrutura de serviços do que a maioria das ocupações.

		Desempenho Ambiental da Acessibilidade			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	148	27	19	194
	MSTS	175	23	14	212
Total		323	50	33	406

Quadro 17 - Desempenho Ambiental da Acessibilidade

Análise: Engomadeira com 76% e MSTS com 83% dos entrevistados declararam que o desempenho ambiental da acessibilidade é muito importante.

Parte D: Dimensão Forma de Ocupação e Uso

		Desempenho Técnico da Forma de Ocupação da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	142	47	5	194
	MSTS	154	54	3	211
Total		296	101	8	405

Quadro 18 - Desempenho Técnico da Forma de Ocupação

Análise: Engomadeira com 73% e MSTS com 73% dos entrevistados declararam que o desempenho técnico da forma de uso e ocupação é muito importante.

		Desempenho Econômico da Forma de Ocupação da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	183	9	2	194
	MSTS	104	100	8	212
Total		287	109	10	406

Quadro 19 - Desempenho Econômico da Forma de Ocupação

Análise: Engomadeira com 94% e MSTS com 49% dos entrevistados declararam que o desempenho econômico da forma de uso e ocupação é muito importante. Conforme esperado para o MSTS, porque muitos moradores, por não terem trabalho, “sonham” em colocar uma “vendinga” nas imediações das casas de Valéria.

		Desempenho Social da Forma de Ocupação da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	134	53	7	194
	MSTS	140	65	6	211
Total		274	118	13	405

Quadro 20 - Desempenho Social da Forma de Ocupação

Análise: Engomadeira com 69% e MSTS com 66% dos entrevistados declararam que o desempenho orma de ocupação e uso é muito importante. O fato de, o resultado do MSTS está não conforme a QUADRO 19, evidencia a importância do desempenho social da forma de ocupação da casa.

		Desempenho Simbólico da Forma de Ocupação da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	105	37	52	194
	MSTS	203	6	3	212
Total		308	43	55	406

Quadro 21 - Desempenho Simbólico da Forma de Ocupação

Análise: Engomadeira com 54% e MSTS com 96% dos entrevistados declararam que o desempenho simbólico da forma de ocupação e uso é muito importante. No MSTS, quase 100% das respostas a força do movimento social.

		Desempenho Humano da Forma de Ocupação da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	167	21	6	194
	MSTS	202	4	5	211
Total		369	25	11	405

Quadro 22 - Desempenho Humano da Forma de Ocupação

Análise: Engomadeira com 86% e MSTS com 96% dos entrevistados declararam que o desempenho humano da forma de ocupação e uso é muito importante. No MSTS, quase 100% das respostas considera que as casas de Valéria oferecem melhor padrão para a fisiologia humana que as ocupações.

		Desempenho Ambiental da Forma de Ocupação da Casa			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	115	54	25	194
	MSTS	155	51	6	212
Total		270	105	31	406

Quadro 23 - Desempenho Ambiental da Forma de Ocupação

Análise: Engomadeira com 59% e MSTS com 73% dos entrevistados declararam que o desempenho ambiental da forma de uso e ocupação é muito importante. No MSTS, a maioria das respostas considera que as casas de Valéria oferecem melhor padrão da casa/entorno que as ocupações, e na Engomadeira, a distribuição das respostas possivelmente está compatível com a localização das casas/moradores dentro da área da comunidade.

Parte E: Dimensão Educação-Trabalho

		Desempenho Técnico da Educação-Trabalho			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	130	52	10	192
	MSTS	165	37	3	205
Total		295	89	13	397

Quadro 24 - Desempenho Técnico da Educação-Trabalho

Análise: Engomadeira com 68% e MSTS com 80% dos entrevistados declararam que o desempenho técnico da educação-trabalho é muito importante. A distribuição das respostas está compatível com o grau de escolaridade e compreensão de mundo do entrevistado. Observa-se que o MSTS sinaliza com maior valorização da educação-trabalho, possivelmente pela ausência de acesso para esta dimensão, e pela consequência que a falta dela faz.

		Desempenho Econômico da Educação-Trabalho			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	181	10	2	193
	MSTS	87	96	28	211
Total		268	106	30	404

Quadro 25 - Desempenho Econômico da Educação-Trabalho

Análise: Engomadeira com 94% e MSTS com 41% dos entrevistados declararam que o desempenho econômico da educação-trabalho é muito importante. Na Engomadeira, existe proximidade da

casa com oportunidade de escolas, universidade, trabalho. No MSTs, a distribuição das respostas possivelmente está relacionada à comparação entre a localização da ocupação (mais interessante) e das casas de Valéria (menos interessante).

		Desempenho Social da Educação-Trabalho			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	172	20	1	193
	MSTs	167	44	0	211
Total		339	64	1	404

Quadro 26 - Desempenho Social da Educação-Trabalho

Análise: Engomadeira com 89% e MSTs com 79% dos entrevistados declararam que o desempenho social da educação-trabalho é muito importante.

		Desempenho Simbólico da Educação-Trabalho			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	165	23	5	193
	MSTs	208	4	0	212
Total		373	27	5	405

Quadro 27 - Desempenho Simbólico da Educação-Trabalho

Análise: Engomadeira com 85% e MSTs com 98% dos entrevistados declararam que o desempenho simbólico da educação-trabalho é muito importante.

		Desempenho Humano da Educação-Trabalho			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	185	8	0	193
	MSTS	204	7	1	212
Total		389	15	1	405

Quadro 28 - Desempenho Humano da Educação-Trabalho

Análise: Engomadeira com 96% e MSTS com 96% dos entrevistados declararam que o desempenho humano da educação-trabalho é muito importante. Possivelmente, a distribuição das respostas está compatível com a visibilidade do grau de conforto fisiológico que uma renda maior permite.

		Desempenho Ambiental da Educação-Trabalho			Total
		Muito	Médio	Pouco	
Comunidade	Engomadeira	94	58	41	193
	MSTS	180	30	1	211
Total		274	88	42	404

Quadro 29 - Desempenho Ambiental da Educação-Trabalho

Análise: Engomadeira com 49% e MSTS com 85% dos entrevistados declararam que o desempenho ambiental da educação-trabalho é muito importante. Possivelmente porque as casas de Valéria oferecem melhor padrão da casa/entorno que as ocupações, e existe expectativa de melhor condição ambiental que a vivenciada nas ocupações; e na Engomadeira, a distribuição das respostas está compatível com a localização das casas/moradores dentro da área da comunidade, e a clareza da dimensão proporcionada pela educação.

	Comunidade			
	Engomadeira		MSTS	
	Escolaridade do entrevistado		Escolaridade do entrevistado	
	quantidade	%	quantidade	%
ANALFABETO	10	5,18%	33	15,57%
1º GRAU INCOMPLETO	63	32,64%	119	56,13%
1º COMPLETO	27	13,99%	4	1,89%
2º GRAU INCOMPLETO	23	11,92%	40	18,87%
2º GRAU COMPLETO	63	32,64%	11	5,19%
SUPERIOR INCOMPLETO	6	3,11%	1	0,47%
SUPERIOR COMPLETO	1	0,52%	1	0,47%
SUPLETIVO(ACELERAÇÃO)			2	0,94%
PRÓ JOVEM			1	0,47%

Quadro 30 - Escolaridade do Entrevistado

Análise: Engomadeira com 14% e MSTS com 2% dos entrevistados declararam possuir primeiro grau completo. Engomadeira com 33% e MSTS com 5% dos entrevistados declararam possuir segundo completo. Engomadeira com maior escolaridade que MSTS.

		Formação para o trabalho: curso profissionalizante		Total
		Sim	Não	
Comunidade	Engomadeira	65	129	194
	MSTS	77	135	212
Total		142	263	406

Quadro 31 - Indivíduos com Curso Profissionalizante

Análise: Engomadeira com 34% e MSTS com 36% dos entrevistados declararam que possuem curso profissionalizante. Proporções equivalentes no MSTS e na Engomadeira: cerca de 65% dos indivíduos não possuem curso profissionalizante, o que significa que, para as questões vinculadas ao Trabalho, e tratadas de forma isolada, as duas comunidades têm o mesmo ponto de partida.

	Comunidade			
	Engomadeira		MSTS	
	Indivíduos que estão sem trabalho		Indivíduos que estão sem trabalho	
	quantidade	%	quantidade	%
Sim	65	34,03%	120	56,87%
Não	126	65,97%	91	43,13%

Quadro 32 - Indivíduos sem Trabalho

Análise: Engomadeira com 34% e MSTS com 57% de indivíduos sem trabalho, embora as duas comunidades possuam em média 65% de indivíduos que não possuem curso profissionalizante.

		Formação para o trabalho: Profissão adquirida na prática		Total
		Sim	Não	
Comunidade	Engomadeira	130	64	194
	MSTS	142	70	212
Total		272	134	406

Quadro 33 - Formação para o Trabalho: Profissão adquirida na prática

Análise: Engomadeira com 67% e MSTS com 67% dos entrevistados declararam que adquiriram a profissão na prática. Proporções iguais no MSTS e na Engomadeira: cerca de 67% dos indivíduos tem profissão adquirida na prática (construção civil, vendedores ambulantes, etc.), que significa que, para as questões vinculadas ao Trabalho, e tratadas de forma isolada, as duas comunidades têm o mesmo ponto de partida.

Parte F: Hierarquização das Dimensões

		Comunidade		Total
		Engomadeira	MSTS	
Hierarquização_1	Casa	89	74	163
	Acessibilidade (Infra e supra estrutura)	17	42	59
	Forma de Ocupação	61	5	66
	Educação-Trabalho	27	91	118
Total		194	212	406

Quadro 34 - Hierarquização das Dimensões-Comunidades

				Comunidade	
				Engomadeira	MSTS
Hierarquização_1	Casa	Sexo	Feminino	56	49
			Masculino	33	25
	Acessibilidade (Infra e supra estrutura)	Sexo	Feminino	12	24
			Masculino	5	18
	Forma de Ocupação	Sexo	Feminino	38	4
			Masculino	23	1
	Educação-Trabalho	Sexo	Feminino	19	54
			Masculino	8	37

Quadro 35 - Hierarquização das Dimensões: Gênero-Comunidade

Análise: Engomadeira com 46% e MSTS com 35% dos entrevistados declararam priorizar a casa dentro do universo das quatro dimensões da moradia pesquisadas. Engomadeira com 14% e MSTS com 43% dos entrevistados declararam priorizar a educação-trabalho dentro do universo das quatro dimensões da moradia pesquisadas.

				Comunidade	
				Engomadeira	MSTS
Hierarquização_1	Casa	Idade	< 22	6	11
			22 - 35	32	36
			36 - 50	29	20
			> 50	22	7
	Acessibilidade (Infra e supra estrutura)	Idade	< 22	1	8
			22 - 35	4	21
			36 - 50	9	11
			> 50	3	2
	Forma de Ocupação	Idade	< 22	7	
			22 - 35	27	3
			36 - 50	16	2
			> 50	11	
	Educação- Trabalho	Idade	< 22	2	16
			22 - 35	11	48
			36 - 50	10	19
			> 50	3	8

Quadro 36 - Hierarquização das Dimensões: Idade-Comunidade

No MSTS, maioria das respostas prioriza a Educação-Trabalho, está conforme esperado, mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso a Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza por parte dos entrevistados dessa priorização, devido a baixa escolaridade. A concentração de resposta de Engomadeira na dimensão Forma de Ocupação está não conforme o esperado.

Análise: Na Engomadeira 45% e no MSTS 37% dos entrevistados do gênero feminino prioriza a Casa. Na Engomadeira 15% e no MSTS 41% dos entrevistados do gênero feminino prioriza a Educação-Trabalho. Conforme esperado - mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso à Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza dessa priorização, devido a baixa escolaridade.

Análise: Engomadeira 32% e no MSTS 11% dos entrevistados e situados na faixa etária entre 22 e 50 anos declararam priorizar a casa. Engomadeira 26% e no MSTS 32% dos entrevistados e situados na faixa etária entre 22 e 50 anos declararam priorizar a educação-trabalho.

				Comunidade	
				Engomadeira	MSTS
Hierarquização_1	Casa	Titular	Sim	53	56
			Não	36	17
	Acessibilidade (Infra e supra estrutura)	Titular	Sim	14	36
			Não	3	5
	Forma de Ocupação	Titular	Sim	30	5
			Não	31	
	Educação-Trabalho	Titular	Sim	11	78
			Não	16	13

Quadro 37 - Hierarquização das Dimensões: Posição na Família-Comunidade

Análise: Na Engomadeira 49% e no MSTS 32% dos entrevistados e titulares da família declararam priorizar a casa. Na Engomadeira 10% e no MSTS 45% dos entrevistados e titulares da família declararam priorizar a educação-trabalho.

				Comunidade	
				Engomadeira	MSTS
Hierarquização_1	Casa	Renda familiar	0 a 3 SM	76	59
			4 a 6 SM	13	2
			NÃO TEM RENDA		13
	Acessibilidade (Infra e supra estrutura)	Renda familiar	0 a 3 SM	17	39
			NÃO TEM RENDA		3
	Forma de Ocupação	Renda familiar	0 a 3 SM	45	5
			4 a 6 SM	10	
			Mais de 6 SM	6	
	Educação-Trabalho	Renda familiar	0 a 3 SM	22	67
			4 a 6 SM	3	1
			Mais de 6 SM	2	
			NÃO TEM RENDA		22

Quadro 38 - Hierarquização das Dimensões: Renda-Comunidade

Análise: Na Engomadeira 48% e no MSTS 35% dos entrevistados e com renda familiar de zero a três SM declararam priorizar a casa. Na Engomadeira 14% e no MSTS 39% dos

entrevistados e com renda familiar de zero a três SM declararam priorizar a educação-trabalho. No MSTs, dos 38 entrevistados declarados sem renda, 34% priorizam a casa e 58% priorizam a educação-trabalho. Conforme esperado, mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso a Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza por parte dos entrevistados dessa priorização, devido à baixa escolaridade.

				Comunidade	
				Engomadeira	MSTs
Hierarquização_1	Casa	curso profissionalizante	Sim	27	25
			Não	62	49
	Acessibilidade (Infra e supra estrutura)	curso profissionalizante	Sim	5	16
			Não	11	26
	Forma de Ocupação	curso profissionalizante	Sim	23	2
			Não	38	3
	Educação-Trabalho	curso profissionalizante	Sim	10	34
			Não	17	57

Quadro 39 - Hierarquização das Dimensões: Formação para o Trabalho-1

Análise: Na Engomadeira 48% e no MSTs 36% dos entrevistados que não possuem formação para o trabalho (curso profissionalizante) declararam priorizar a casa. Na Engomadeira 13% e no MSTs 42% dos entrevistados que não possuem formação para o trabalho (curso profissionalizante) declararam priorizar a casa priorizar a educação-trabalho. Conforme esperado, mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso a Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza por parte dos entrevistados dessa priorização, devido à baixa escolaridade.

				Comunidade	
				Engomadeira	MSTS
Hierarquização_1	Casa	Profissão adquirida na prática	Sim	59	45
			Não	30	29
	Acessibilidade (Infra e supra estrutura)	Profissão adquirida na prática	Sim	11	27
			Não	6	15
	Forma de Ocupação	Profissão adquirida na prática	Sim	42	3
			Não	19	2
	Educação-Trabalho	Profissão adquirida na prática	Sim	18	67
			Não	9	24

Quadro 40 - Hierarquização das Dimensões: Formação para o Trabalho-2

	Renda familiar							
	Hierarquização_1							
	0 a 3 SM		4 a 6 SM		mais de 6 SM		não tem renda	
	quant	%	quant	%	quant	%	quant	%
Casa	135	40,91	15	51,72			13	34,21
Acessibilidade-Infra	56	16,97					3	7,89
Forma de Ocupação	50	15,15	10	34,48	6	75,00		
Educação-Trabalho	89	26,97	4	13,79	2	25,00	22	57,89

Quadro 41 - Hierarquização Geral por Renda Familiar

Análise: Na Engomadeira 45% e no MSTS 32% dos entrevistados que adquiriram profissão na prática declararam priorizar a

casa. Na Engomadeira 14% e no MSTS 47% dos entrevistados que adquiriram profissão na prática declararam priorizar a educação-trabalho. Conforme esperado, mesmo sem possuir a Casa, mesmo estando vinculado a um movimento social que luta para ter acesso a Casa, há priorização da necessidade de aprender e interagir com o meio físico e social, embora talvez não haja clareza por parte dos entrevistados dessa priorização, devido à baixa escolaridade.

Análise: do total de pessoas pesquisadas (406), dos 100% dos indivíduos que Não têm Renda, 58% prioriza a Educação-Trabalho; e dos 100% dos indivíduos que Têm Renda de zero a três SM, 41% prioriza a Casa e 27% prioriza a Educação-Trabalho.

\

Apêndice B - Testes gerados pelo tratamento da estatística indutiva

TESTE 1: Tecnologia da casa - método/adquirida pronta

H0: A proporção de famílias que tiveram a casa adquirida pronta na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de famílias que tiveram a casa adquirida pronta no MSTs.

H1: A proporção de famílias que tiveram a casa adquirida pronta na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de famílias que tiveram a casa adquirida pronta no MSTs.

Análise: Fixando α em 5%, e comparando com o p-valor do teste, constata-se que, o mesmo foi menor do que 5%, levando a rejeição da hipótese H0, ou seja, há evidências de que a proporção de famílias que tiveram a casa adquirida pronta na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de famílias que tiveram a casa adquirida pronta no MSTs.

TESTE 2: Tecnologia da casa - método construtivo

H0: A proporção de famílias que construíram a casa aos poucos na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de famílias que construíram a casa aos poucos no MSTs.

H1: A proporção de famílias que construíram a casa aos poucos na comunidade de Engomadeira não é igual à proporção de famílias que construíram a casa aos poucos no MSTs.

Análise: Fixando α em 5%, e comparando com o p-valor do teste, constata-se que o mesmo foi menor do que 5%, levando a rejeição da hipótese H0, ou seja, há evidências de que a proporção de famílias que tiveram a casa adquirida pronta na Engomadeira é diferente da proporção de famílias que tiveram a casa adquirida pronta no MSTs.

TESTE 3: Tecnologia da casa - lote

H0: A proporção de famílias que têm o lote escriturado na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de famílias que têm o lote escriturado no MSTs.

H1: A proporção de famílias que têm o lote escriturado na comunidade de Engomadeira não é igual à proporção de famílias que

têm o lote escriturado no MSTs.

Análise: assim como nos casos anteriores, houve rejeição da hipótese H_0 , o que significa que, há diferença nas proporções de famílias que têm o lote escriturado nas duas comunidades ao nível de significância de 5%.

TESTE 4: Tecnologia da casa - recurso financeiro

H_0 : A proporção de famílias que utilizaram recurso financeiro emprestado na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de famílias que utilizaram recurso financeiro emprestado no MSTs.

H_1 : A proporção de famílias que utilizaram recurso financeiro emprestado na comunidade de Engomadeira difere da proporção de famílias que utilizaram recurso financeiro emprestado no MSTs.

Análise: Do mesmo modo, rejeita-se a hipótese de igualdade das proporções de famílias que utilizaram recurso financeiro emprestado nas duas comunidades ao nível de significância de 5%.

TESTE 5: Tecnologia da casa – planejamento construção

H_0 : A proporção de famílias que elaboraram um planejamento para a construção da casa na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de famílias que elaboraram um planejamento para a construção da casa MSTs.

H_1 : A proporção de famílias que elaboraram um planejamento para a construção da casa na comunidade de Engomadeira difere da proporção de famílias que elaboram um planejamento a construção da casa no MSTs.

Análise: Também, neste caso, rejeita-se H_0 , ou seja, há evidências de que a proporção de famílias que elaboram um planejamento para a construção da casa na Engomadeira difere da proporção de famílias que elaboram um planejamento para a construção da casa no MSTs ao nível de significância de 5%.

TESTE 6: Desempenho técnico da casa

H_0 : A proporção de Desempenho Técnico da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de Desempenho

Técnico da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de Desempenho Técnico da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de Desempenho Técnico da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

Análise: O valor de p-valor do teste 0,003 foi menor do que o nível de significância, levando a rejeição da hipótese nula, ou seja, ao nível de 5% de significância, há evidências de que a proporção do Desempenho Técnico da Casa na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção do Desempenho Técnico da Casa no MSTs.

TESTE 7: Desempenho simbólico da casa

H0: A proporção de Desempenho Simbólico da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de Desempenho Simbólico da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de Desempenho Simbólico da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de Desempenho Simbólico da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

Análise: O p-valor do teste foi aproximadamente zero, o que significa que há evidências de que a proporção do Desempenho Simbólico da Casa na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção do Desempenho Simbólico da Casa no MSTs ao nível de 5% de significância.

TESTE 8: Desempenho econômico da casa

H0: A proporção de Desempenho Econômico da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de Desempenho Econômico da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de Desempenho Econômico da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de Desempenho Econômico da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

Análise: O p-valor do teste foi aproximadamente zero, o que significa que há evidências de que a proporção do Desempenho Econômico da Casa na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção do Desempenho Econômico da Casa no MSTs ao nível de 5% de significância.

TESTE 9: Desempenho social da casa

H0: A proporção de Desempenho Social da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de Desempenho Social da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de Desempenho Social da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de Desempenho Social da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

Análise: O valor de p-valor 0,684 foi maior do que o nível de significância especificado de 5%, levando a não rejeição da hipótese nula, ou seja, não há evidências de que a proporção do Desempenho Social da Casa na comunidade de Engomadeira seja diferente da proporção do Desempenho Social da Casa no MSTs.

TESTE 10: Desempenho social da forma de ocupação e uso

H0: A proporção de Desempenho Social da Forma de Ocupação da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de Desempenho Social da Forma de Ocupação da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de Desempenho Social da Forma de Ocupação da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de Desempenho Social da Forma de Ocupação da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

Análise: O p-valor do teste foi 0,699 é maior do que o nível de significância especificado de 5%, o que leva a não rejeição da hipótese nula, ou seja, não há evidências de que a proporção do Desempenho Social da Forma de Ocupação da Casa na comunidade de Engomadeira seja diferente da proporção do Desempenho Social da Forma de Ocupação da Casa no MSTs.

TESTE 11: Desempenho simbólico da forma de ocupação e uso

H0: A proporção de Desempenho Simbólico da Forma de Ocupação da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de Desempenho Simbólico da Forma de Ocupação da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de Desempenho Simbólico da Forma de Ocupação da Casa (muito bom) na comunidade de Engomadeira é

diferente da proporção de Desempenho Simbólico da Forma de Ocupação da Casa (muito bom) na comunidade do MSTs.

Análise: O p-valor do teste foi aproximadamente zero, ou seja, há evidências de que a proporção do Desempenho Simbólico da Forma de Ocupação da Casa na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção do Desempenho Simbólico da Forma de Ocupação da Casa no MSTs.

TESTE 12: Desempenho técnico para a educação-trabalho

H0: A proporção de Desempenho Técnico da Educação-Trabalho (muito bom) na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de Desempenho Técnico da Educação-Trabalho (muito bom) na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de Desempenho Técnico da Educação-Trabalho (muito bom) na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de Desempenho Técnico da Educação-Trabalho (muito bom) na comunidade do MSTs.

Análise: O p-valor do teste foi 0,007, e portanto, menor do que o nível de significância especificado de 5%, ou seja, há evidências de que a proporção do Desempenho Técnico da Educação-Trabalho na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção do Desempenho Técnico da Educação-Trabalho no MSTs.

TESTE 13: Desempenho econômico para a educação-trabalho

H0: A proporção de Desempenho Econômico da Educação-Trabalho (muito bom) na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de Desempenho Econômico da Educação-Trabalho (muito bom) na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de Desempenho Econômico da Educação-Trabalho (muito bom) na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de Desempenho Econômico da Educação-Trabalho (muito bom) na comunidade do MSTs.

Análise: O p-valor do teste foi aproximadamente zero, e, portanto, menor do que o nível de significância especificado de 5%, ou seja, há evidências de que a proporção do Desempenho Econômico da Educação-Trabalho na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção do Desempenho Econômico da Educação-Trabalho no MSTs.

TESTE 14: Nível de escolaridade dos indivíduos pertencentes às duas comunidades

H0: A proporção de pessoas com o 1º grau completo na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de pessoas com o 1º grau completo na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de pessoas com o 1º grau completo na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de pessoas com o 1º grau completo na comunidade do MSTs.

Análise: Hipótese nula, ou seja, ao nível de 5% de significância, há evidências de que a proporção de pessoas com 1º grau completo na comunidade de Engomadeira difere da proporção de pessoas com 1º grau completo no MSTs.

TESTE 15: Indivíduos com curso profissionalizante ou pessoas que fizeram curso profissionalizante de acordo com a comunidade

H0: A proporção de pessoas que fizeram curso profissionalizante na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de pessoas que fizeram curso profissionalizante na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de pessoas que fizeram curso profissionalizante na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de pessoas que fizeram curso profissionalizante na comunidade do MSTs.

Análise: O p-valor do teste foi maior do que o nível de significância especificado, o que significa que não há evidências de que a proporção de pessoas que fizeram curso profissionalizante na comunidade de Engomadeira seja diferente da proporção de pessoas que fizeram curso profissionalizante no MSTs ao nível de 5% de significância.

TESTE 16: Indivíduos com profissão adquirida na prática

H0: A proporção de pessoas que tiveram a profissão adquirida na prática na comunidade de Engomadeira é igual à proporção de pessoas que tiveram a profissão adquirida na prática na comunidade do MSTs.

H1: A proporção de pessoas que tiveram a profissão adquirida na prática na comunidade de Engomadeira é diferente da proporção de pessoas que tiveram a profissão adquirida na prática na comunidade do MSTs.

Análise: O p-valor do teste foi maior do que o nível de significância especificado, o que significa que não há evidências de que a proporção de pessoas que tiveram a profissão adquirida na prática na comunidade de Engomadeira seja diferente da proporção de pessoas que tiveram a profissão adquirida na prática na comunidade no MSTS ao nível de 5% de significância.

Apêndice C - Questionário de entrevista de campo

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA DE CAMPO

DADOS PRIMÁRIOS

END DO ENTREVISTADO: _____

PARTE A: O INDIVÍDUO

01 – sexo ()F ()M 02 – idade: _____ anos

03 – nº de familiares morando juntos: _____

04 – posição do entrevistado na família: titular ()sim ()não dependente ()sim ()não

05 – renda familiar: 0 a 3 SM () 4 a 6 SM () mais de 6 SM ()

06 – representação de interesse: órgão comunitário ()sim ()não associação ()sim ()não

PARTE B: A CASA

01 - tecnologia da casa (tipo adotado na obra da casa – basta um exemplo de tipo):

materiais

casa adquirida pronta ()sim ()não

mão-de-obra ()familiar ()contratada

método construtivo ()aos poucos ()de uma vez

lote ()escriturado ()invadido

recurso financeiro ()emprestado ()próprio

projetos ()sim ()não

planejamento ()sim ()não

02 – relação casa X desempenhos:

simbólico ()muito ()médio ()pouco; humano ()muito ()médio ()pouco; ambiental

()muito ()médio ()pouco; técnico ()muito ()médio ()pouco; econômico ()muito

()médio ()pouco; social ()muito ()médio ()pouco.

PARTE C: ACESSIBILIDADE (local da casa = bairro da casa)

01 – infra-estrutura:

água ()sim ()não esgoto ()sim ()não lixo ()sim ()não luz ()sim ()não

telefone ()sim ()não

02 – supra-estrutura:

transporte coletivo ()sim ()não escola nível fundamental ()sim ()não escola nível

médio ()sim ()não escola nível profissional ()sim ()não posto de saúde ()sim

()não hospital ()sim ()não posto policial ()sim ()não segurança pública ()sim

()não comércio ()sim ()não

03 - relação infra X desempenhos:

simbólico ()muito ()médio ()pouco; humano ()muito ()médio ()pouco; ambiental

()muito ()médio ()pouco; técnico ()muito ()médio ()pouco; econômico ()muito

()médio ()pouco; social ()muito ()médio ()pouco.

PARTE D: OCUPAÇÃO (como é ocupada a casa)

01 – garantia de uso: própria () alugada () cedida ()

02 – forma de uso: morada () morada e trabalho ()

Período ____ a ____ / ____

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA DE CAMPO

03 - relação ocupação X desempenhos:

simbólico () muito () médio () pouco; **humano** () muito () médio () pouco; **ambiental** () muito () médio () pouco; **técnico** () muito () médio () pouco; **econômico** () muito () médio () pouco; **social** () muito () médio () pouco.

PARTE E: EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

01 – escolaridade:

do entrevistado: analfabeto () 1º grau () completo () incompleto 2º grau () completo () incompleto; superior () completo () incompleto; outros _____

do pai e mãe do entrevistado: analfabeto () 1º grau () completo () incompleto; 2º grau () completo () incompleto; superior () completo () incompleto; outros _____

dos filhos do entrevistado: analfabeto () 1º grau () completo () incompleto; 2º grau () completo () incompleto; superior () completo () incompleto; outros _____

02 – formação para o trabalho:

curso profissionalizante	() sim	() não
profissão adquirida na prática	() sim	() não
trabalha na profissão	() sim	() não
não trabalha na profissão	() sim	() não

03 – mobilidade do indivíduo entre os tipos de trabalho:

empregado	() sim	() não	empregador	() sim	() não
por conta própria	() sim	() não	não trabalha	() sim	() não

04 – mobilidade do indivíduo entre os setores de produção (já trabalhou):

comércio	() sim	() não
indústria de transformação	() sim	() não
construção civil	() sim	() não
agro-pecuária	() sim	() não

05 - relação educação para o trabalho X desempenhos:

simbólico () muito () médio () pouco; **humano** () muito () médio () pouco; **ambiental** () muito () médio () pouco; **técnico** () muito () médio () pouco; **econômico** () muito () médio () pouco; **social** () muito () médio () pouco.

PARTE F: HIERARQUIZAÇÃO:

casa ()	acessibilidade (infra e supra estrutura) ()
ocupação ()	educação para o trabalho ()

PARTE G: OUTRAS QUESTÕES DA MORADIA DE IMPORTÂNCIA PARA O INDIVÍDUO ENTREVISTADO

Período ____ a ____ / ____